

[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 02/2018
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL

Presidente: - *Luís Augusto de Melo Guimarães*
1.ª Secretária: - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
2.º Secretário: - *José António Costa Ferreira*
Hora de Abertura: - **09.30 Horas**
Ata da 1.ª Sessão - **Aprovada por maioria, dispensando a sua leitura por ter sido previamente**
de 23 de fevereiro de 2018 **distribuída a todos os membros.**
Outras presenças: - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia***
***Maria de Almeida Lima Sequeira e Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:**
- *Rui Fernando Moreira Magalhães*
- *Orlando Ferreira Pires*
- *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
- *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
- *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
- *José Miguel Romão Cunha*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:**

Muito bom dia, dado verificar-se quórum, vamos dar início a esta Sessão da Assembleia Municipal.

Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, demais Entidades e Público presente.

Vamos ter um dia longo, é uma reunião com imensos pontos, por isso vos peço a todos alguma contenção no fervor das intervenções para podermos discutir todos os pontos e refletir sobre eles, de uma forma sábia, para conseguirmos bons resultados em prol do nosso Concelho.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal *Luísa Maria Almeida Torres Belchior* disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Quanto à mobilidade desta Assembleia foram aceites todas as justificações e foram feitas as substituições dos seguintes Membros Municipais: *Lídia Maria Mota Noura*, substituída por *Mário da Cunha Pereira*; *Rui Filipe Pacheco Carrazedo*, substituído, por *Graciete Cláudia Alves Ramos*; o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, *Vitor Manuel Correia*, substituído pelo Vogal do Executivo da Junta de Freguesia de Mirandela, *Victor Manuel Fernandes Pratas*.

Em relação ao expediente recebido o mesmo encontra-se disponível para consulta no Setor de Apoio à Assembleia Municipal.

“DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar todas as faltas”.

1. - Atas – Leitura, discussão e votação da ata da 2.ª Sessão Ordinária de 23 de fevereiro de 2018.

----- **O Senhor Deputado da Assembleia Municipal *Virgílio Tavares (CDS/PP)* disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Eu queria só referir um aspeto em relação à ata, que é o seguinte, eu estive a ler como é lógico, como todos com certeza leram e respeito o trabalho de quem faz a ata, porque também já fiz atas da Assembleia Municipal e muitas outras, como sabem, e portanto não está em causa o trabalho efetuado, está em causa, o resultado final. E o resultado final deixa-me muito triste porque parte nomeadamente da minha intervenção, há uma série de erros graves e falta inclusivamente pontuação. Pelo que, a mensagem parece outra e não aquilo que eu referi. Eu só pedia que na próxima vez, isso não custa nada, dar uma revisão final, de algum erro, porque há erros que não fazem diferença nenhuma para a compreensão da mensagem, mas há outros que fazem e se não fizessem eu não estaria aqui a fazer este pedido para que da próxima vez, tenham um bocadinho mais de cuidado, é só isso.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Luís Augusto de Melo Guimarães* disse:**

Obrigado Deputado Virgílio Tavares.

Deixem-me fazer uma pequena correção e justificação que eu não dei inicialmente e deveria ter dado. Se repararem há aqui uma pequena alteração, na disposição das mesas, eu peço imensa desculpa, mas passou-me. Tem a ver apenas com o seguinte, da forma como a Mesa da Assembleia estava disposta, nós não víamos o Executivo, quando ele falava nós não o víamos, estava um pouco nas nossas costas. Por outro lado pusemos além o palanque, para as intervenções mais importantes e principais, para os Deputados se dirigirem ao palco e falarem aqui de cima, dado poderem estar virados para nós, para o público e para os demais companheiros da Assembleia. Claro que as respostas e contrarrespostas serão dadas de baixo, não precisarão de subir, tal como as intervenções do público.

Em relação à chegada do Senhor Deputado Virgílio Tavares, com certeza que sim, vamos tomar devida nota e como sempre dissemos todas as críticas construtivas são bem-vindas. Muito obrigado.

----- **A Senhora Deputada da Assembleia Municipal *Otília Lima (PSD)* disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Relativamente à ata é apenas também, não pôr em causa o trabalho das pessoas que elaboram a ata, no entanto, por vezes aparecem alguns erros que tiram o sentido às palavras. Nomeadamente na minha curta intervenção, da última Assembleia, há aqui algumas palavras, portanto, na página 25 salvo erro, nesta curta intervenção aparece por exemplo a palavra “preceativas” que não é o significado que se pretende indicar, é “perceptíveis à população”. Depois tem um conjunto de palavras, na frase seguinte: “que é apenas uma recomendação no sentido pedagógico” e não “num sentido pedagógico”; não ser muito descritivo, mas têm que ter a descrição, portanto, no sentido, de descrever as atividades e não descrição, ou seja, estas palavras que estão aqui provavelmente trocadas as letras, às vezes os computadores atraçoam-nos um bocadinho ao escrever. Portanto, agradecia que fossem corrigidas para não tirar o sentido da intervenção, porque senão fica um bocado imperceptível o sentido das coisas. Penso eu. Portanto, de qualquer maneira não se retira o trabalho da pessoa que elabora as atas. Quem sabe tanto como eu que já elaborei muitas atas da Assembleia.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Almeida Torres Belchior disse:**

Senhora Deputada Otilia, muitas vezes na gravação é normal que não se entenda muito bem as palavras, quando são discursos escritos que nós também sugeríamos que fossem todos entregues, via “email”. Também não custa aos Senhores Deputados entregarem esses discursos, por forma também muitas vezes, a poderem ser confrontados com a própria gravação, que muitas vezes, também, em certas palavras reconheço que possa não ser perceptível.

Uma ou outra gralha de acento gráfico peço obviamente desculpa, muitas vezes passa, são atas muito extensas, vamos tentar afinar essa parte, ter o máximo de cuidado e reafirmo, qualquer alteração que queiram ver registada, façam favor de fazer chegar ao Setor de Apoio à Assembleia e trataremos desse assunto.

----- **O Senhor Deputado da Assembleia Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, respetivos Secretários, Senhora Presidente de Câmara, respetivos Vereadores, Membros da Assembleia.

Para mim é só uma questão de preciosismo e de português, posso estar completamente errado, mas entendo que não. Porque presume-se que as atas já foram lidas antecipadamente e diz aqui no ponto, leitura e discussão. Ora se é leitura, nem eu pretendo isso sequer, então a leitura da ata teria de ser feita aqui, é só. Acho que a palavra leitura não deve estar cá, deveria estar só discussão e votação.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Almeida Torres Belchior disse:**

Senhor Deputado se a ata é enviada com a restantes documentação, ela é lida e analisada por todos os Senhores Deputados, quanto ao formalismo sempre foi assim pois é de legislação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 47 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a ata da 1ª Sessão Ordinária de 23 de fevereiro de 2018.

1.º Período de Intervenção do Público

2 - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- **O Senhor José Manuel Madureira disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público aqui presente.

Primeiro ponto quero dar os parabéns à Senhora Presidente e desejo-lhe boa sorte.

Em segundo, eu como membro da Assembleia de Freguesia de Abambres, venho aqui a esta Assembleia pelo seguinte, eu no anterior mandato, fiz um pedido de material à Câmara, para uma obra em Vale de Juncal e foi-me negado durante três anos.

A seguir, mandaram-me fazer um pedido de 5.000,00€ e diz que foi aprovado, no mandato anterior. Agora este Presidente de Junta, da “geringonça”, diz que foi ele que fez o pedido e que o dinheiro é do mandato dele.

Agora peço uma explicação à Senhora Presidente da Câmara, se o dinheiro é do meu mandato, ou se já foi pedido pelo atual. Porque o Presidente da “geringonça” de Abambres falou na Assembleia de Freguesia que fez ele o pedido, porque senão terei de fazer uma pergunta ao Senhor Vereador Manuel Rodrigues, como mais coisas que fizeram.

Ele tem dinheiro para receber, mas não está interessado, devia ter vergonha por tudo o que está a fazer contra os membros do CDS-PP, eleitos pelo povo, devia olhar mais pela Freguesia, olha por interesses pessoais e tudo o que faz, não leva nada à Assembleia de Freguesia. Os membros do CDS-PP não sabem nada do que ali se passa. Dá dinheiro para as festas, tem obras para fazer, nada participa na Assembleia. Eu terei que dar conhecimento ao partido para Lisboa, se ele não tomar outra medida. Ele devia ter vergonha. Ele para bem ser, havia de se demitir. Era a obrigação dele.

Tenho dito.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.

Em relação à questão levantada, quero dizer-lhe que em relação às verbas que foram transferidas para a Freguesia, eu não sei qual o montante a que se está a referir, de qualquer forma, durante o mandato anterior, não lhe posso dizer se foram verbas que foram transferidas ou não. Sei que tem havido correspondência entre a Junta de Freguesia de Abambres e a Câmara Municipal, através do nosso Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e também dos nossos Serviços Financeiros, têm sido dados os apoios e os subsídios, que têm sido solicitados, na medida das nossas possibilidades, que são parcas, como toda a gente sabe.

Antes da Ordem do Dia

3 - Período Antes da Ordem do Dia.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Secretários da Mesa, Senhora Presidente de Câmara, Executivo, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público presente.

Senhor Presidente, Antes da Ordem do Dia, aquilo que me ocorre é fazer uma análise a estes últimos seis meses de mandato que a Senhora Presidente tem vindo a exercer. Um comportamento titubeante, omissivo na resposta e porventura nas soluções.

Senhora Presidente, o que é preciso mais para que a Senhora Presidente faça uma mensagem de apresentação aos Mirandenses e ao País, no “site” da Câmara Municipal de Mirandela? Estivemos para interrogá-la no primeiro dia, na primeira Assembleia Municipal, entendemos que não. Mas passados seis meses, eu sei que a Senhora Presidente tem muito trabalho, mas porventura o seu Gabinete de Apoio à Vereação podia perfeitamente ajudá-la, ainda que alguns que lá trabalham sei que trabalham muito.

Senhora Presidente, Senhor Presidente da Assembleia, na última Assembleia, tornei-o o fiel depositário de uma resolução que apresentei aqui sobre a Resíduos, sobre o não pagamento de dinheiros que a Câmara Municipal não fez com a Resíduos do Nordeste.

Teima em não haver uma resposta aos Mirandenses e aos Membros desta Assembleia. Senhora Presidente, se ficou claro que porventura neste tipo da questão da Resíduos do Nordeste, não quero pensar que a Senhora Presidente está a fazer um financiamento à Câmara Municipal de forma encapuçada. Também não se trata de um imposto, isso é competência do Governo. Se bem se lembra Senhora Presidente e até porque esta questão dos resíduos já vai longa, a Senhora Presidente em reunião de Executivo, junto dos Vereadores da Oposição, insurgiu-se de forma bastante perentória, o porquê da não existência na proposta da Resíduos de uma taxa de resíduos social? Porque é que o PSD nunca tinha pensado numa situação destas? Pois bem, eu preparava uma proposta de taxa social para lhe apresentar aqui hoje, mas porque necessariamente tinha de fazer o trabalho bem feito, dei-me ao trabalho de ir ver a proposta aprovada na ata número doze de dez de junho de 2007.

Essa proposta já contempla uma taxa de resíduos social, porque os Municípios titulares de cartão social do Município de Mirandela, têm direito a um desconto de 50%. Portanto a taxa social existe, agregado familiar portador do cartão social, tem um desconto de 50%.

Senhora Presidente, quem não queria, ou quem não votou favoravelmente esta proposta foi a Senhora Presidente que fez na sua declaração de voto, aliás duas abstenções, uma do Membro do PS, a Doutora Júlia Rodrigues.

Senhora Presidente, eu sei que já lá vai tempo, foi uma proposta em 2007, mas temos que ter cuidado, sob pena de quando acusamos os outros Partidos com responsabilidades no Executivo da Câmara Municipal, quando não nos lembramos tão pouco daquilo que defendemos e daquilo que votamos. Portanto esta questão da Resíduos e da taxa social está vencida, não está é vencida a resolução que eu deixei junto da Câmara Municipal para poderem pronunciar-se.

Senhora Presidente, passados cem dias ou mais, os lixos do Cachão continuam. Para a Bancada do PSD, não são os cem dias que importam. Para a senhora Presidente cem dias serviu para fazer uma apresentação à Comunicação Social que os resíduos iam ser tirados do Cachão. A nós, o que nos preocupa até porque já foi anunciado na Comunicação Social, são as expectativas que mais uma vez aquela população criou e que hoje ainda não estão resolvidas. Depois da Senhora Presidente conseguir por parte do Governo da Tutela, o financiamento imediato sem, até, apresentação de candidatura, a Senhora Presidente está com tudo, só falta é retirar os resíduos e nesse dia estaremos cá para a elogiar. A única coisa que reclamamos é que a população do Cachão continua defraudada nas suas expectativas, Senhora Presidente, até porque, de lixo estamos muito cansados de falar sobre este assunto.

Senhora Presidente falar da Associação Comercial e Industrial de Mirandela (ACIM), dos funcionários e dos seus dirigentes, que devem andar baralhados todos os dias. Dirigentes que se atravessaram na banca, com garantias bancárias pessoais, que já outros o tinham feito e isto diz muito, Senhora Presidente, contrariamente ao Executivo anterior aquando da Escola Profissional de Arte de Mirandela (ESPROARTE), o Executivo anterior quando havia afetação de dinheiros e que não corriam convenientemente, o Executivo anterior e alguns Deputados que aqui estão, iam à banca, contraíam o que tinham a contrair e garantiam os ordenados todos os meses aos funcionários da ESPROARTE.

Aquilo que a Senhora Presidente não fez e fazia normalmente o Executivo anterior, fizeram estes Dirigentes na ACIM, porque os funcionários que lá trabalham têm que necessariamente ter garantias no seu dia-a-dia. Dirigentes com contas bancárias bloqueadas.

Senhor Presidente permita-me que lhe pergunte, tomou conhecimento que a Senhora Presidente alterou o protocolo? Assim o anunciou à Comunicação Social, um protocolo que foi votado favoravelmente aqui nesta Assembleia?

Senhor Presidente tem aqui um bom tema para poder interferir junto da Senhora Presidente, a perguntar se isto é verdade.

Senhor Presidente é um bocadinho isto, para falar do índice da transparência que teve uma queda abrupta, que deita por terra a transparência que a Dr.ª Júlia quer implementar. A auditoria que não é mais que uma análise financeira e sem contraditório. A Comboios de Portugal (CP) que já devia ter feito declarações públicas, assim como as alterações às obras do Santuário, a derrocada do LIDL, que criou expectativas falsas aos Mirandenses, sob pena de andar na praça pública com valores estimados, sob pena de influenciar o Tribunal se é que o Tribunal se deixa. Enfim, os custos do Gabinete da Presidência, da Estruturação Orgânica, que toda a gente percebe, que juntamente com a auditoria são mais 100,000,00€ gastos este ano, enfim.

Senhora Presidente, a Senhora Presidente está a ser a protagonista número um de um enredo de novela.

Tem a paixão por Mirandela, como todos nós temos, uma cidade linda, bonita, aprazível. É herdeira de um grande concelho, de uma grande cidade e mais, é herdeira, isto resumidamente de 30.000,000,00€ de Quadros Comunitários aprovados. Senhora Presidente está-lhe a faltar a arte e engenho, espero que não termine o seu mandato como a Presidente “casamenteira”.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.

Peço desculpa, só um segundinho antes de começar a contar, para dizer duas coisas e uma delas é que me quero penitenciar aqui, publicamente, pelo facto da mensagem da Senhora Presidente, não estar ainda publicada no “site”. A culpa é inteiramente

minha, está na minha posse há bastante tempo e não sei exatamente como é que me hei-de penitenciar, mas estou aqui, a assumi-lo publicamente.

Depois deste pequeno episódio e se já está a contar eu passo à frente, só para dizer que me dou ao cuidado de preparar rigorosamente as intervenções para seis minutos.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa e Secretários, Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais, cumprimento também a Senhora Presidente e os Vereadores.

Caros Mirandenses, na melhor das intenções hoje venho trazer-vos uma ideia que não sendo propriamente nova, gostaria que voltasse a ser tema de discussão pública, ou seja, que as forças vivas de Mirandela se manifestem contra, a favor ou assim-assim, quanto ao que será melhor para o espaço físico, onde funcionou durante muitas décadas, a linha do caminho-de-ferro até Bragança, se será melhor para o concelho e para a região a anunciada ecopista ou reativar a circulação ferroviária. Isso mesmo! Apesar de parecer uma ideia peregrina para alguns, acontece que, na verdade, digníssimos cidadãos Transmontanos, defendem com grande empenho o seguinte:

“A reposição das antigas vias férreas em termos modernos, como a ligação do Tua à alta velocidade da Puebla de Sanábria. São propostas previstas e que apesar de muitos considerarem utópicas, trarão desenvolvimento e progresso de novo à região. Como argumento a favor desta ideia, para além dos muitos Transmontanos da diáspora, bastará pensar nos milhares de Turistas que só a região de Madrid poderá canalizar para a região, bem como, na revitalização que proporcionará aos polos industriais de Mirandela, Macedo e Bragança. De acordo com o que sucede um pouco por toda a Europa, a aposta nas ferrovias continua a ter uma grande expressão como se verifica em Espanha, com a recente abertura ou reabertura da via de La Plata e outras, e no Reino Unido, onde foram reabertas Linhas encerradas há mais de 50 anos e o mesmo também se verifica na Suíça”.

Quem isto defende é um conjunto de pessoas de bem, organizadas numa plataforma Transfronteiriça, denominada - Rede Ibérica Ocidental Para Uma Nova Ordenação Raiana - que, em colaboração com o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e o Centro de Ciência Viva de Bragança, se debruçam sobre questões de “Acessibilidade e Coesão Territorial”, juntando autarcas, peritos e cidadãos interessados nesta problemática.

Dos diversos debates levados a efeito por esta matéria, destaco:

“... uma moratória de suspensão de construção de ciclovias, nos leitos ferroviários com o intuito de fazer um estudo aprofundado e abrangente sobre o impacto da construção destas infraestruturas.

De acordo com o resultado dos peritos, os resultados desastrosos das ciclovias, quando comparado com o que proporcionaria o caminho-de-ferro, não nos deixam dúvidas quanto à melhor opção a ser tomada. Muito embora não haja ainda estudos sobre esta situação, é importante questionarmo-nos sobre a agudização do despovoamento dos nossos territórios, que teve como uma das principais causas a retirada do comboio. E em nome do bem-estar das gerações futuras, não será um imperativo de consciência refletir sobre estas questões?

À imagem do que sucede noutros Países os Governos Centrais só investem em infraestruturas nas regiões periféricas quando são pressionados com a força dos cidadãos, no exercício de uma cidadania ativa”.

São estas questões que gostaria de ver, novamente “tiradas da gaveta” e discutidas na praça pública, com seriedade, com maturidade, com visão de futuro em nome do bem público...

Apelo assim à participação cívica de todos os Mirandenses, em colaboração com os responsáveis autárquicos e todos os atores a nível económico, social e político, não proponho que se decida mas sim que se discuta, que se estude, que se ouçam opiniões.

No fundo, o que me parece sensato é que o coletivo manifeste a sua vontade. Não é preciso um referendo, mas que sejam dados sinais claros ao Executivo quanto a subscrever ou não a moratória que já referi, depois de, naturalmente, submeter à decisão desta Assembleia.

Obrigado.

----- O Senhor Deputado Municipal *Jorge Humberto Fernandes* (CDU) disse:

Senhor Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Executivo, Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia e Público .

Senhor Presidente eu venho apresentar aqui uma Moção que tem a ver exatamente com o facto de termos comemorado os 44 anos sobre o 25 de Abril.

“ Moção por ocasião do 44º aniversário da Revolução de Abril”

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, que pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os Órgãos das Autarquias Locais, em dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedam em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático

o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. Deve ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, proponho à Assembleia Municipal de Mirandela reunida a 27/04/2018, que delibere:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência dum futuro que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães António Martins (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa, Senhora Presidente do Município e restante Vereação, Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal, caros colegas Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social aqui presente.

Este é o meu segundo mandato nesta Assembleia Municipal, eleito como Presidente de Junta de Freguesia.

Ao longo do primeiro mandato e já neste, foram inúmeras as Comissões Municipais eleitas neste Órgão. Inúmeros Membros da Assembleia eleitos e designados para diferentes representações. Inclusive algumas pessoas designadas, que nem sequer faziam parte da Assembleia Municipal. Mas olhando para as mais de vinte sessões pergunto:

Quantos Membros eleitos e designados apresentaram nesta Assembleia o trabalho realizado nas diferentes Comissões?

Quantos reuniram com os Membros da Assembleia visto serem os representantes desta, para se sentir as suas necessidades e opiniões?

Quantas dessas Comissões remeteram à Assembleia Municipal as presenças ou faltas dos seus Membros? Ou até as conclusões do trabalho que estas desenvolvem no seu âmbito Municipal?

Se os Municípios respondem perante a Assembleia Municipal, não deveriam estas Comissões Municipais responder também por este órgão colegial?

As Comissões Municipais são Comissões com critérios e atribuições bem específicas, mas caem num vazio legal em matéria de responsabilização dos seus intervenientes e de quem os designa para essas mesmas Comissões.

Os seus membros deveriam reportar os factos, bem como as matérias em discussão aos órgãos que os elegem ou designam.

Talvez esteja na altura da Assembleia Municipal legislar sobre estas matérias e introduzir uma nova dinâmica no funcionamento e responsabilização dos seus intervenientes.

Talvez seja algo a pensar num futuro próximo.

Tenho dito.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Messias (PS) disse:**

Senhor Presidente, respetiva Mesa, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, meus Senhores e minhas Senhoras, muito bom dia a todos.

Quero aproveitar este momento para fazer aqui uma grande homenagem a todos aqueles que tiveram a coragem, a determinação, a resistência, o altruísmo, a força e a esperança necessária para acreditar que era possível mudar um regime repressivo e onde imperava a censura e a prisão de todos aqueles que se manifestassem contra esse mesmo regime. Mesmo assim, perante este clima tão opressivo, houve quem arriscasse e conquistasse o propósito da Revolução do 25 de Abril de 1974.

Esta homenagem estende-se não só ao que foi feito, mas essencialmente à forma como foi feito. Quanta dignidade e quanto respeito pela vida humana, estiveram na base de toda a estratégia. Que grande exemplo estas pessoas nos deixaram.

Uma revolução criada com base nos pilares da excelência humana, só podia conduzir à melhoria da qualidade de vida das pessoas, deste pequeno país à beira mar plantado.

Passaram 44 anos, ainda há muito para fazer e melhorar, contudo, e apesar de não haver sistemas perfeitos e de termos a necessidade de continuar a lutar por uma vida melhor para todos, por um país mais igual, mais solidário e mais justo, muito foi conquistado ao longo destas cerca de quatro décadas.

Claro que há e haverá os ideólogos do antigo regime, a classe elitista que era favorecida, para esses, efetivamente as coisas não melhoraram, mas se avaliarmos factos concretos que dizem respeito a todos, só podemos celebrar a Revolução do 25 de Abril.

Segundo os dados da PORDATA, ao nível da educação, em 1970 as taxas de analfabetismo eram de 25,7%, ou seja, 1/4 da população era analfabeta, em 2011 era apenas 5,2%, apesar de ainda sermos o único país da Europa com analfabetismo.

Ao nível do abandono escolar, passámos de mais de 50% de abandono para 12,6% em 2017.

A percentagem de alunos matriculados no Ensino Superior, face à população em idade normal de frequência deste ensino, passou de 11,8% em 1978, para 50,4% em 2016.

A Educação pré-escolar passou de 10% em 1974 para 91,1% em 2016.

Podemos afirmar, com base nos dados estatísticos, que ao nível da educação houve melhorias significativas no acesso à mesma. Todavia, muito ainda haverá a fazer neste campo, sendo também aqui, onde cada país e cada Município deveria apostar mais, pois a educação está na base do desenvolvimento, da paz e da prosperidade. Tal como dizia Nelson Mandela, “A Educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo”.

A educação promove o empoderamento das pessoas, conscientizando-as das suas capacidades para a construção de um futuro melhor.

Não obstante as melhorias ao nível da educação, a área onde as grandes conquistas são mais evidentes, é na Saúde.

Aqui, há a realçar a taxa de mortalidade infantil que passou de 37,9% em 1974 para 2,5% em 2015, diminuindo, assim, 34,4%.

Segundo a UNICEF é das taxas mais baixas do mundo, situando-se abaixo da média da União Europeia que é de 3,6%.

Segundo o Banco Mundial, também a esperança média de vida, passou de 68,31 anos em 1975, para 81,52 anos em 2015, tendo aumentado 13,21 anos em apenas 4 décadas.

Os objetivos do Movimento das Forças Armadas eram: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver, apesar de ainda não terem sido completamente concretizados e ainda muito há para fazer quanto à democracia e principalmente quanto ao desenvolvimento, nomeadamente do interior. Há que continuar a lutar pela transparência, pela justiça social, pelo respeito pelos cidadãos e pelo cumprimento de prazos e compromissos também por parte do Estado.

Tal como a Revolução de Abril de 1974 nos trouxe mais qualidade de vida, mais esperança, mais liberdade e democracia, assim esperamos que a “revolução” que aconteceu em Mirandela em outubro de 2017, traga também mais esperança e conduza Mirandela ao progresso e à melhoria da qualidade de vida dos Mirandelenses.

Vamos continuar a lutar com confiança, pelos valores de Abril e pelo nosso futuro. Temos a convicção de que há outro caminho para uma vida melhor para Mirandela e para Portugal.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:** Bom dia Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente, restante Executivo, Senhores Membros da Assembleia, Excelentíssimos Senhores, minhas Senhoras.

Esta minha primeira intervenção, só tinha um pequeno ponto. Eu não sei quem manda mandar os “*emails*” relativos à documentação das Assembleias Municipais. Não sei exatamente o número de “*emails*” que eu recebi, mas recebi muitos. Decidam-se, façam a revisão dos documentos, ponham tudo em ordem e depois enviam uma vez. Quando muito alguma pequena retificação. Não parece que seja a melhor forma de informar quem tem que ser informado, mandar sucessivamente “*emails*” a corrigir a correção. Com todo o respeito, ponham um bocadinho de ordem na casa. Disse.

----- **A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Salvador Cristina Passas (PSD) disse:** Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Secretários, Excelentíssima Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Digníssimos Membros da Assembleia, Público presente.

Se nos longínquos tempos, a Alheira está intrinsecamente ligada à expulsão dos judeus, consequência de uma ação político-económica do Rei D. Manuel, em 1496, a generosidade gastronómica desta iguaria determinou que passados cinco séculos, em 1996, a Associação Comercial e Industrial de Mirandela tivesse o papel principal de liderar a iniciativa de proteger e valorizar, o saber-fazer ancestral que determinou que a Alheira de Mirandela fosse reconhecida pela União Europeia como um produto tradicional com proteção de Indicação Geográfica Protegida (IGP).

Considerando os acordos estabelecidos entre a União Europeia, a Organização Mundial de Comércio (OMC) e a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), foram criados pela União Europeia, desde 1992, políticas de qualidade para proteger os produtos agrícolas e géneros alimentícios, instituindo sistemas para regulamentar a proteção e valorização dos produtos agroalimentares.

Segundo a publicação do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, a informação disponível na base de dados da União Europeia, Portugal é o quarto país da União Europeia com mais produtos qualificados.

Referindo, ainda os dados publicados pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, na categoria de Salsicharia, em Portugal, existem 40 produtos qualificados, reconhecidos pela União Europeia, mas apenas cinco têm registos de produção e dessas evidências destacamos que a Alheira de Mirandela, por si só, representa 96,48% do universo da produção a nível nacional.

Os resultados evidenciados são oficializados com os dados anualmente publicados pela Direção Geral de Agricultura, que demonstram e validam o crescimento e consequentemente o consumo, da produção local da Alheira de Mirandela, que sendo os primeiros dados publicados em 1999, a produção média era de 200.000 unidades certificadas e as previsões apontam para que sejam ultrapassados os quatro milhões de unidades certificadas em 2018.

A Associação Comercial e Industrial de Mirandela, na qualidade de Agrupamento Gestor de Produtores, considera que a principal conquista foi a integração e a participação dos diferentes setores empresariais e institucionais, na afirmação económica e a qualificação de um Produto Local, a Alheira de Mirandela, que teve no crescimento e na consolidação das empresas e na projeção da identidade do Concelho.

Considerámos que a produção da Alheira de Mirandela, atualmente se enquadra nos sistemas agroambientais e de alimentação que são considerados nucleares, no domínio prioritário da Especialização Inteligente da Região do Norte, ao abrigo da estratégia consignada no Portugal 2020, que pressupõe que “a especialização inteligente deve fundar-se no potencial das regiões e esse potencial advém da existência de recursos e ativos com características de inimitabilidade e de não transferência, sobre os quais possam ser criados bens e serviços transacionáveis e construídas vantagens competitivas. Estes recursos e ativos podem ser tecnológicos (conhecimento analítico e sintético) ou não tecnológicos como por exemplo, o conhecimento e capital simbólico”.

Pois, assim, evidenciamos que a Alheira de Mirandela, um produto cultural, social e historicamente ligado a Mirandela, inimitável em qualquer parte do mundo com a Certificação IGP, conseguiu gerar e potenciar à escala local e preservar a autenticidade, respeitando, o comportamento do consumidor, a responsabilidade ambiental e social, a autenticidade, a origem local e experiências.

Mas a notoriedade da Alheira de Mirandela, sempre esteve associada à sua área geográfica de produção, à atitude empreendedora das suas gentes, como comprovada pelo artigo da edição do Jornal de Notícias de Mirandela em 29 de maio de 1960, no número 171, que denunciava à época a imitação noutras áreas geográficas das «Autênticas Alheiras de Mirandela» e da necessidade de travar os abusos, apelando a «um registo para as denominações locais ou regionais que se teriam de respeitar».

Assim, desde sempre a classe empresarial de Mirandela queria combater uma forte ameaça, pelo que de forma sucinta passo a apresentar a cronologia dos factos:

1996 - A Associação Comercial e Industrial de Mirandela, tendo solicitado o reconhecimento ao processo comunitário de atribuição de um Certificado de Especificidade à Alheira de Mirandela, ao abrigo do Despacho 137/96, via reconhecida uma ansia há muito aclamada, mas a proteção ficava aquém das expectativas dos produtores, pois na Qualificação ETG (Especialidade Tradicional Garantida - Registo Provisório), reconhecia e protegia pelo Caderno de Especificações o receituário da Alheira de Mirandela, mas não impedia que fosse produzida fora do Concelho.

Assim, e determinados a prosseguir os seus objetivos de atingir a qualificação IGP, determinaram os produtores que fosse a Associação, na qualidade de Agrupamento Gestor, que desenvolvesse estratégias para atingir o reconhecimento IGP.

1999 - Primeira organização da Feira da Alheira de Mirandela, perante uma importante conquista em 1996, a ACIM, na qualidade de Agrupamento e o Município de Mirandela organizaram a Primeira Feira da Alheira de Mirandela, de forma a projetar a etapa seguinte que seria o reconhecimento IGP.

2001 - A procura nacional do ex-líbris gastronómico fazia-se acompanhar de um aumento exponencial de Turistas que visitavam Mirandela, para degustar e comprar a famosa Alheira, nomeadamente aos fins-de-semana.

Assim, a ACIM, ao abrigo de uma candidatura ao URBCOM e atenta às dinâmicas empresariais e comerciais, desenvolveu os procedimentos necessários para promover a liberalização dos horários de funcionamento do Comércio Tradicional, permitindo a abertura do comércio aos sábados, domingos e feriados, o que potenciou o aparecimento de Lojas de Produtos Regionais, na “frente ribeirinha” do Rio Tua na Cidade, e a dinamização do comércio e do Turismo.

2004/2006 - Depois de múltiplas reuniões em várias instâncias, foi considerado que a ETG, sendo um registo provisório seria urgente diligenciar um pedido de registo definitivo que valorizasse e se circunscreve-se ao concelho de Mirandela, a Associação na qualidade de entidade gestora, requereu à Direção-Geral de Desenvolvimento Rural o pedido de alteração.

2011 - A candidatura da Alheira de Mirandela (IG) à categoria de Prato de Entrada ao Concurso “7 Maravilhas da Gastronomia”, foi selecionada por uma assembleia de notáveis que selecionou o nosso enchido como a única representante da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, num universo de 430 candidaturas a nível nacional. A 10 de Setembro de 2011, foi eleita na categoria de “Prato de Entrada”.

Em, 2016, foi então, classificada pela União Europeia, a 16 de Fevereiro de 2016, a Alheira de Mirandela, como um produto de Indicação Geográfica Protegida (IGP), finalizando com êxito um longo processo e superando um desafio lançado outrora pelos defensores da “autêntica Alheira de Mirandela”, que numa análise SWOT do desenvolvimento empresarial do Concelho se identifica como uma das maiores Forças.

2018 - No âmbito do galardão “PORTUGAL CINCO ESTRELAS”, criado especificamente para distinguir os principais recursos patrimoniais que caracterizam e valorizam o nosso país e o tornam num destino verdadeiramente “Cinco Estrelas” assim como as marcas exclusivamente de origem portuguesa, de grande relevo regional, a Alheira de Mirandela venceu na categoria de Cozinha Tradicional, sendo o único enchido vencedor a nível nacional.

De destacar ainda, que a reputação lendária e notoriedade da Alheira de Mirandela teve o destaque da jornalista Theodora Sutcliffe, da BBC, que esteve em Portugal e ficou rendida àquela que chama “a salsicha portuguesa que salvou judeus”.

Assim, com a estratégia que promove a sustentabilidade podemos ressaltar os impactos a nível local e nacional. A nível local, os mesmos podem ser avaliados ao nível do ambiente empresarial interno e externo do setor.

Ao nível do ambiente empresarial interno, apura-se que com o apoio e acompanhamento da ACIM, as empresas agroindustriais implementaram ao longo dos anos, práticas tais como:

+ Inovação - Todas as empresas são PME’s têm um processo produtivo que permite diminuir e reduzir os riscos alimentares, melhorar a eficiência e garantir a conformidade da Alheira de Mirandela, conforme os requisitos do Caderno de Especificações;

+ Responsabilidade Social com mais emprego qualificado, respeitando a igualdade de género e oportunidades;

A empregabilidade da fileira da Alheira de Mirandela, é muito relevante para o concelho de Mirandela e continua a ser o sector que potencia mais emprego nos últimos anos;

+ Gestão Ambiental e Economia Circular - As PME’s da agroindústria ligadas à Alheira de Mirandela, anualmente declaram à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), os equipamentos que contêm gases fluorados e a quantidade dos mesmos, os resíduos produzidos, com embalagens, resíduos de embalagens através do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) e apresentam uma caracterização do ruído ambiental de acordo com o DL 9/2007 e a monitorização das emissões gasosas da unidade industrial.

Existe, atualmente um esforço na lógica da Economia Circular, desenvolver parcerias com empresas que recuperam os desperdícios para serem incorporados em novos ciclos produtivos.

Assim, as boas práticas empresariais do setor posicionam as empresas envolvidas em patamares de excelência, conforme evidências de prémios atribuídos às empresas do Concelho de Mirandela pelo IAPMEL.

Ao nível do ambiente externo, o negócio da Alheira de Mirandela dinamiza vários setores económicos, tais como o setor pecuário e a indústria da panificação.

Potenciou igualmente o aumento da procura turística, criando condições para o surgimento de restaurantes e lojas de venda de produtos regionais, procuradas pelas Alheiras de Mirandela, mas nas quais os clientes e turistas procuram, também, comprar e degustar Azeite, Queijos e demais produtos regionais do concelho de Mirandela e das regiões limítrofes, nomeadamente Vinhos de Trás-os-Montes e do Douro, bem como empresas de animação turística.

Atualmente existem 25 lojas em Mirandela ao longo da “frente ribeirinha” do Rio Tua, que atraem milhares de visitantes e turistas a Mirandela e a Trás-os-Montes, e ainda, cerca de 83 restaurantes e cinco operadores turísticos.

A nível nacional, o reconhecimento e a notoriedade da Alheira de Mirandela como produto de confiança, despoletou também o interesse em conhecer as suas origens, vivenciar a lenda da chamada “salsicha portuguesa que salvou judeus” e usufruir de uma excelente gastronomia, sendo Mirandela um dos dez destinos de natureza mais procurados pelos portugueses, conforme estudo publicado pela Trivago.

Mas porque as vitórias são sempre o somatório de um esforço coletivo, é importante ressaltar o papel: dos empresários de Mirandela e da Associação Comercial e Industrial de Mirandela que há longos anos que lutaram pela Certificação da Alheira de Mirandela IGP; do Município de Mirandela, na qualidade de entidade pública assumiu-se desde sempre como parceiro desta estratégia, sendo um interveniente ativo quer ao nível do apoio logístico, promoção e financeiro; da DESTAQUE - Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente Transmontana, entidade que apoiou várias candidaturas para a Organização das primeiras edições da Feira da Alheira de Mirandela e entidade promotora da Candidatura da Alheira de Mirandela (IG) à categoria de Prato de Entrada ao Concurso “7 Maravilhas da Gastronomia”; e A Tradição e Qualidade - Associação Interprofissional para os Produtos Agroalimentares de Trás-os-Montes que é o organismo certificador da Alheira de Mirandela desde 1996 que audita e controla a qualidade e os padrões da Alheira de Mirandela certificados pela União Europeia.

Ainda há muito por fazer: potenciar a prática de certificação nas unidades de produção local; implementar um manual de boas práticas de conservação e confeção; desenvolver uma estratégia de internacionalização sustentável, entre outras.

Mas o caminho faz-se caminhando e devemos hoje congratularmo-nos todos pelos resultados de uma luta de 20 anos com uma vitória muito saborosa, porque a Alheira de Mirandela é um produto certificado pelo Prémio Cinco Estrelas de Portugal e o único no distrito de Bragança.

----- **O Senhor Deputado Municipal, Nuno Magalhães (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.

Nós aqui nesta Assembleia Municipal, temos como principal missão fiscalizar aquilo que é a ação do Município e por isso mesmo o primeiro assunto que me traz aqui, é um assunto que foi levantado na última Assembleia Municipal e que este Executivo assumiu que seria executado brevemente e que até então não vi qualquer tipo de desenvolvimento, que é relativamente às Assembleias Municipais Jovens. Houve aqui um assumir do Executivo que seria levado a cabo esta iniciativa, numa altura em que as pessoas estão cada vez mais desconfiadas daquilo que é a atividade política, parece-nos importante que se diga e que se cumpra. Nós no PSD, assumimos sempre a disponibilidade para contribuir para a aplicação desta iniciativa, ainda não fomos contactados para tal, por isso também gostava então de questionar o executivo e saber qual o ponto de situação desta questão das Assembleias Municipais Jovens, uma vez como se disse, um investimento no futuro dos jovens não é uma despesa mas é um investimento, exatamente.

A segunda questão e uma vez aproveitando aqui hoje que estou a fazer esta intervenção de outro local que não é o habitual, vou-me dirigir também à Mesa da Assembleia e dizer que efetivamente as Assembleias Municipais têm que sempre caminhar, no fazer uma evolução e não estar paradas no tempo e aqui estar preso aos preceitos antigos e por isso mesmo também saúdo esta nova iniciativa, não sei se é boa, não sei se é má, mas pelo menos é diferente o que é sempre bom. E também a própria revisão do Regimento, o que significa também que se preocupam então em causar aqui alguma alteração e algum impacte naquilo que é o trabalho da Assembleia Municipal.

Mas também temos que começar um pouco a falar na modernização da própria Assembleia Municipal e esta modernização pode ser também uma forma importante de reforçarmos a transparência e também a responsabilização de todos os eleitos que aqui estão. Por isso mesmo, eu gostava de fazer uma proposta à Mesa da Assembleia e aproveite aqui este espaço para o fazer e este novo local do palanque para o fazer, que é também pensarmos num futuro próximo, numa transmissão em direto de vídeo e áudio das próprias Assembleias Municipais. Se não for em direto por alguma questão que cause mais dificuldade, pelo menos que sejam filmadas as Assembleias, vídeo e áudio, e que elas sejam depois disponibilizadas também para os nossos Municípios. Acredito que esta é uma forma de também responsabilizar todos os eleitos desta Assembleia, pelo trabalho que aqui fazem e por aquilo que aqui dizem e também uma forma de fiscalizar mais aquilo que é o trabalho do Município e da Assembleia Municipal. Muito obrigado.

----- **A Senhora Deputada Otilia Lima (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, os Senhores Secretários, a Senhora Presidente do Executivo (que não está presente) e os Senhores Vereadores.

A minha intervenção prende-se com a apresentação de uma Moção à Assembleia Municipal.

“Moção Portugal 2020 e sua reprogramação”

A Assembleia Municipal de Mirandela, reunida a 27 de Abril de 2018, saúda a Assembleia da República pela aprovação da Resolução n.º 1502/XIII/3.ª da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) sobre Portugal 2020 e a sua reprogramação.

Com a aprovação da referida Resolução parlamentar, a Assembleia da República veio recomendar ao Governo:

1 - Que no âmbito da reprogramação do Portugal 2020 não proceda à transferência de dotações dos Programas Operacionais das regiões menos desenvolvidas (regiões de convergência) para os Programas Operacionais das regiões desenvolvidas, assim como a não eliminação do Portugal 2020 a sua orientação para os resultados em benefício da mera execução, não se relevando o mérito dos Projetos;

2 - Que garanta que as dotações dos Programas Operacionais Regionais que sejam objeto de reprogramação sejam utilizadas para reforçar medidas constantes desses mesmos Programas, evitando deste modo que sirvam para substituírem rubricas (prioridades de investimento) oriundas dos Programas Operacionais Temáticos.

3 - Que garanta que as medidas constantes dos Programas Operacionais Temáticos, objeto de reprogramação, especialmente do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), conservem a sua abrangência territorial, de forma a manterem-se os mesmos critérios de repartição nacional presentemente estabelecidos, bem como a lógica concursal que preside à sua aplicação.

A presente Moção, após aprovação, deverá ser enviada ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, bem como a todos os Grupos Parlamentares.

----- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Pavão (PSD) disse:**

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Esta é a fórmula regimental com que antecede cada intervenção e eu chamo à atenção da Mesa para o respeito pelo que consta do Regimento, que está ainda em funções e em exercício.

A minha intervenção visa acontecimentos festivos no nosso concelho que julgo que terão algum interesse e que obrigarão ou exigirão a intervenção do Executivo Municipal.

Na segunda semana do passado mês de janeiro a simpática e acolhedora freguesia de Vale de Salgueiro a escassos doze quilómetros a norte da sede do concelho terra de gente boa e onde eu próprio já me sinto um pouco residente, tem sido mencionada nos órgãos de Comunicação Social, com muita visibilidade, mas não pelas melhores razões.

Tudo por causa da conhecida Festa dos Reis, onde eu procuro estar sempre presente, uma celebração ancestral com origem nos tempos recuados, oportunidade de convívios e reunião de familiares e amigos, e em que para espanto de muitos e a reprovação de muitos mais, se permite ou até se encoraja, imagine-se, o fumo do tabaco em jovens de tenra idade.

Alegam uns tantos iluminados que tal experiência, supostamente desagradável, determinaria definitivamente, na criança a rejeição do uso do tabaco, prática pedagógica que parece não constar nos livros dos especialistas.

Outros, porém, afirmam convictos que um dia não são dias e que de tal tradição não virá mal ao mundo nem tão pouco às crianças, o que é duvidoso como sabem.

O certo, é que no mundo ocidental, nos países ditos avançados e civilizados, o tabagismo é combatido com determinação, havendo hoje legislação que proíbe o uso do tabaco em recintos fechados, transportes públicos, hospitais, escolas, hotelaria,

restaurantes sendo possível constatar que os últimos fumadores estão circunscritos à rua ou a espaços a que ironicamente chamamos “fumeiros”, palavra esta que para nós transmontanos e Mirandelenses está rodeada de agradáveis memórias que nos ligam à terra, amigos e à família.

Ao que sabemos mais de 10% das mortes registadas no nosso país num total de cerca de 12.000, são devidas ao uso do tabaco, a maioria das quais do sexo masculino sendo merecedor de registo que o número de fumadoras do sexo feminino tem vindo perigosamente a aumentar em virtude, supomos nós, das mudanças verificadas no estatuto social das mulheres do nosso país, aliás como é sabido, muitos membros desta Câmara podem constatar e verificar como hoje nas grandes urbes é comum verem-se grupos de senhoras de aspeto muito gentil e agradável de cigarro na mão a fumar, porque não podem fumar nos seus locais de trabalho, o que é um fenómeno interessantíssimo de análise.

A cada hora que passa morre em Portugal uma pessoa por doença relacionada com o tabagismo, seja por cancro, seja por doença respiratória obstrutiva crónica ou ainda por uma patologia cérebro vascular que é consequência efetiva deste hábito negativo.

No que respeita à faixa etária da juventude o que registam as estatísticas é que o início dos fumadores se estabelece entre a puberdade e a adolescência, que é de facto mais frequente.

Não sendo o meu desejo alongar-me muito nesta matéria cumpre-me aqui deixar em termos de sugestão ao Executivo Camarário um encorajamento ou mais concretamente na pessoa do Vereador encarregado destes assuntos para que tão breve quanto possível estabeleçam contactos e promovam medidas em colaboração com os agentes autárquicos locais e voluntários, naturalmente vocacionados para este assunto, para os próprios agentes da educação para que se possa refletir no programa festivo deste Dia dos Reis, em Vale de Salgueiro, e que esta prática de rosto festivo mas seguramente nefasta e altamente prejudicial possa ser banida para bem das nossas crianças e enfim da nossa população.

Na perspetiva de que esta proposta que eu hoje aqui dirijo ao Executivo e em particular ao Senhor Vereador ou Vereadora desta incidência, desejo que a minha sugestão e a minha proposta não caia em “saco roto”, mas seja objeto de alguma atenção, pelo que cá ficarei à espera das boas notícias do Executivo Municipal.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:** Bom dia Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Eu vou falar um pouco sobre a ESPROARTE, porque a ESPROARTE para mim tem uma certa (...), acho que me pertence de certa maneira. Talvez não conheçam a história da ESPROARTE e da ARTEMIR - Associação de Ensino Profissional Artístico, mas eu vou aqui fazer uma pequena síntese em relação à ESPROARTE e à ARTEMIR.

Em 1987/88, era Presidente da Câmara, o Senhor Marcelo Lago, convidou-me para, aqui neste Auditório, criar uma Escola de Arte, Música e também de Arte e Design, prova disso era o Vereador da Cultura na altura, o Senhor Dr. João Luís Teixeira, é evidente que ainda fomos a uma reunião ou duas ao Porto, através da publicação do Decreto-Lei n.º 26/89 de 21 de janeiro. Passado um ano ou dois, houve eleições, ganha a Câmara o Dr. José Gama. O Dr. José Gama convidou-me para continuar, eu o Dr. João Luís Teixeira para iniciarmos, portanto, o protocolo com a Escola Tecnológica, Artística de Pombal para a criação da Escola de Música Profissional e a Escola de Arte e Design.

A Escola de Arte e Design, ficou, em *stand by*, porque não havia na altura nenhum financiamento para a mesma, havia a hipótese sim, de se criar uma Escola Profissional. O Dr. José Gama chamou-me ao seu gabinete a ver se eu queria continuar com o processo. Eu disse que não, que não aceitava essa situação, e que eu saíria da respetiva comissão, uma comissão eventual, para a criação da ESPROARTE.

Continuou a ESPROARTE, ainda bem que continuou e ainda bem que se formou uma Escola de Música, mas o objetivo dessa Escola de Música era a Câmara e talvez não saibam isto, criar uma Orquestra Sinfónica da Região Norte, coisa que nunca foi conseguida, é evidente que isso traz custos, que isso traz situações monetárias bastante elevadas, que era quando os alunos concluíssem o 12.º ano, frequentassem aqui um Conservatório e formar aqui uma Academia de Escola de Música, era esse o objetivo. Não passou por isso, a escola sempre sofreu e sempre viveu em condições muito precárias através do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) e através de outros programas comunitários que não vou, aqui agora, referenciar.

O que é que aconteceu? Aconteceu que, passado anos, a Escola tem vivido com dificuldades financeiras. Essas dificuldades financeiras acentuaram-se nos últimos anos com a crise, em relação à sustentabilidade da Escola. A Escola esteve para acabar e é preciso que se diga isto, aqui alto e bom som, nos últimos quatro anos eu pertenci à ARTEMIR. A ARTEMIR é que superintende a ESPROARTE e tudo o que é da Escola Profissional de Música.

Quando fui convidado pelo ex-Presidente para assumir essa função, eu disse-lhe logo uma situação, e está aí a Vereadora que estava presente e disse que os funcionários, os profissionais de música, teriam que receber os seus honorários no final do mês e a única solução, que muitas vezes encontramos, isto não é o “*diz que diz que*”, isto é a verdade, porque só, já acabo, já termino, eu muitas vezes, a Vereadora de então e o ex-Presidente, assinamos, assinamos, dezenas de livranças, dezenas de livranças, ficava o meu nome, o nome da Senhora Vereadora e o nome do Presidente de Câmara. Agora o que eu vi numa ata desta Câmara é que ninguém, ninguém, ninguém, se “atrevessou”. Se “atrevessou” para fazer uma livrança, em janeiro do ano transato, aos seus funcionários e aos seus profissionais de música. Pediram sim à Câmara Municipal e depois a Câmara Municipal pagaria. Ora isso também eu fazia e é fácil de fazer, o problema é, o problema é, “*atrevessar-se*”, num banco, numa instituição e eu “*atrevessi-me*” nessa instituição e nesse banco, porque senão a Escola não tinha dinheiro para pagar aos seus funcionários e aos seus profissionais de música. Tenho dito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente do Executivo, Senhores Membros do Executivo, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia e restante Público.

Numa intervenção no dia 25 de abril, realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal no Paço dos Távoras, foram abordados dois conceitos importantes para a implementação da liberdade e da democracia, na sequência da Revolução de Abril, a coexistência de dualidades de princípios, princípios contrários, é muito expressiva, estou a falar de Províncias Ultramarinas e Colónias, isto é, a Colonização, que nos deixa nos movimentos de libertação sequelas políticas, geográficas, culturais e sociais; e a Autodeterminação, que se relaciona com o direito dos povos à sua livre opção de vida.

Hoje estamos num espaço diferente, aqui, na Assembleia Municipal, acho importante complementar os conceitos referidos com uma terceira ideia que este órgão deliberativo, em que estamos me sugere.

Houve tempos em que as realidades do aquém e do além, estou a falar da vida social e da religiosa, se juntavam na vida das pessoas, no seu dia-a-dia, impregnado de ordem imutável, herdada do passado e transmitida por tradição e costume. Por vezes estabeleciam-se, entre as realidades referidas, alianças que se respeitavam, foram-se construindo regras de chefia e de obediência.

Ainda não tinha chegado a política em que, a escolha de alguns trabalhasse para o bem de todos.

O crescimento e afirmação da liberdade humana contra a tradição rígida foi o caminho da criação de espaços da autonomia e da liberdade, a criação de iniciativa humana e relacionamento social, é assim que nasce o conceito de política que nós prezamos, pelo menos eu.

O costume é substituído pelo agir dos homens que se tornaram livres para disputar o poder, disputar no sentido de conseguir algo desejado por muitos, de uma forma responsável.

É aqui, neste contexto e neste espaço, na Assembleia Municipal, que introduzo um conceito que é a conquista de uma realidade, que tem sido permanente, pós 25 de Abril. Os homens ficam livres para a luta que se torna decisiva na transformação da vida comum e da afirmação da vontade humana, a vontade do aquém, a luta política. Uma responsabilidade que nos enaltece porque é de ordem heterónima, isto é, há muitas pessoas que colocam em poucas as suas vontades, a sua confiança, na construção de uma autonomia e de um bem-estar.

A legitimidade surge quando algumas pessoas, através do poder que lhes é conferido, podem mandar nos destinos dos outros.

Neste caso, não pode nem deve haver razões de conveniência, porque se perde o debate e a luta política, isto é, os governantes afastam-se dos governados.

A transparência, a acessibilidade, as hierarquias são, também, verdadeira consolidação do poder, são poder do povo.

Como não podia deixar de ser, faço referência a um símbolo coletivo, a nossa bandeira com o seu brasão, o seu colar de Mirandela, envolve tudo o que se liga no nosso concelho, a sua unidade social.

Os nossos símbolos podem não ser diretamente apreensíveis, mas são sentidos, juntam civismo com civilidade.

Deixo ainda uma homenagem ao Dia do Trabalhador, que simboliza o crescimento e desenvolvimento do nosso país e o respeito pela dignidade em geral, com a sua luta ao longo do século XX, os trabalhadores ganharam o direito de melhorar a segurança das suas famílias, o desenvolvimento das suas individualidades, o enriquecimento da nossa vida coletiva.

Viva Mirandela, Viva o 25 de Abril.

Obrigado pela vossa atenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Fidalgo (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.

Peço desculpa desde já, por só me ter inscrito, quase no fim, mas não vou deixar de o fazer devido a algumas palavras que aqui ouvi, que acho que não estão corretas, nomeadamente da minha área, que eu posso falar. Acho que a Deputada Rita Messias, deveria verificar melhor quando fala nas taxas da mortalidade infantil. A parte infantil que está melhor, somos dos países europeus, onde isso se verifica, posso-lhe com toda a certeza dizer, que isso não é verdade. Eu como especialista em pediatria e que também estou na docência, na parte da enfermagem pediátrica, agradeço que os meus alunos não estivessem aqui. Porque não é isso as evidências científicas, atuais, dizem, eu não sei onde é que vocês vão consultar os dados, eu vou na base científica, sempre. O que hoje digo, digo sempre aos meus alunos, amanhã posso dizer o contrário. As taxas não estão adequadas ao que disse, neste momento.

Relativamente a outras questões que aqui falam na Comissão da Juventude e Comissão da Segurança para as quais fui nomeado, não recebi até ao momento qualquer “email”, qualquer telefonema, qualquer contacto. Não sei o que se está a passar, eu recebo sim, foi o que já foi dito, são vários “emails” relativamente à Assembleia, um a corrigir o outro.

Isto foi a minha intervenção, pedida devido a isso, não me vou alargar mais, era só para corrigir estes pontos, de resto, devem ser refletidos para uma próxima e Viva o 25 de Abril.

----- **A Senhora Deputada Municipal, Rita Messias (PS) disse:**

Senhor Presidente é só uma intervenção em defesa da honra. Efetivamente Senhor Deputado, diz que os meus dados estão imprecisos, contudo, não vi que apresentasse outros, portanto quando se quer contestar, deve contestar com dados concretos, eu quando fiz a minha apresentação, referi as fontes, PORDATA, UNICEF e Banco Mundial, portanto, se há alguma imprecisão, não é na minha apresentação, mas será nos dados da estatística, quer da PORDATA, quer UNICEF ou do Banco Mundial. Para a próxima, se calhar, era mais fácil e mais correto da sua parte, quando quer contestar apresentar efetivamente dados concretos, que não o fez.

Muito obrigada.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Muito bem, está assegurado o direito de resposta e ficamos por aqui sobre essa matéria, não obedece este espaço a uma explicação técnica sobre esses números. Terminadas todas as intervenções da manhã neste Período Antes da Ordem do Dia, recorde a Assembleia que foram entregues na mesa duas moções que primeiramente como é regra praticada, primeiramente vamos sujeitar a sua aceitação à Assembleia e sendo aceite, pela Assembleia, sujeitamos depois as respetivas moções à votação. São duas como disse, vou dispensar-me de lê-las, elas foram lidas pelos próprios.

A primeira Moção que deu entrada na Mesa intitula-se “Moção por ocasião do 44º aniversário da Revolução de Abril”, em que é enaltecida a realização histórica do povo português, traduzindo esta Revolução um ato de emancipação social e nacional, entregue pelo Deputado Jorge Humberto do Grupo Municipal da CDU.

Proponho, então, à Assembleia que se pronuncie sobre a aceitação desta Moção.

----- Esta Moção mereceu da Assembleia Municipal a seguinte apreciação:

“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou por maioria com 42 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção, aprovar a Moção “Moção por ocasião do 44º aniversário da Revolução de Abril”, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU”.

“Declaração de Voto”

----- **O Senhor Deputado Virgílio Tavares (CDS/PP) disse:**

Eu queria referir o seguinte, não é uma questão de votar contra ou a favor, eu se entendi bem a Moção, não traz nada de novo, é aquilo que todos os dias nós sabemos, aquilo que acontece. Portanto, isto de estarmos aqui a ocupar tempo e a aprovar moções, que só não trazem nada de novo, como não vai ter quaisquer consequências. É por isso que eu entendia que não devia ser posta à votação.

Tenho dito.

----- **O Senhor Deputado Paulo Pontes (PSD) disse:**

Tenho por princípio aceitar qualquer proposta para votação, e parece contraditório, mas não. Votei contra porque não vejo nada na moção de concreto e objetivo. Fala-se em defender os valores de Abril, sim senhor, que se defendam os valores de Abril, mas objetivamente a proposta não tem nada de concreto, se tivesses alíneas e se tivesse pontos específicos, eu votaria a favor, assim não.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:**

Senhor Presidente, eu tive que me ausentar, mas fazia gosto de votar a moção apresentada pela CDU e o meu voto era favorável à moção.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhores Deputados, vamos por a votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.

----- Esta Moção mereceu da Assembleia Municipal a seguinte apreciação:

“DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou por maioria com 43 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a Moção Portugal 2020 e a sua reprogramação, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.

Terminado o período antes da Ordem do dia, eu vou tentar dar algumas respostas a questões que foram formuladas diretamente à Mesa e começo pelas perguntas do Deputado Paulo Pinto.

Quero, salientar o seguinte, todas as questões que são apresentadas à Mesa, por escrito ou verbalmente, a Mesa vai tentar conseguir resposta e espero por sua vez, as passar a quem pergunta. Nem sempre consegue, mas nada fica na gaveta. Tenho tido o cuidado, são muitos os “*emails*”, são muitas as pessoas que interpelam a Mesa, algumas têm respostas, porque são da nossa responsabilidade outras nós endossamos ao Executivo que é o órgão que na maioria delas tem que dar resposta, se o Executivo não responde, nós transmitimos essas respostas. Não sei se haverá algumas que são respondidas diretamente, não respondendo, nós pouco mais podemos fazer.

Queria salientar e continuar a insistir, muitas vezes há perguntas que não são passíveis de resposta, mesmo assim, acho que deve haver uma justificação. De qualquer modo, isto só para dizer, que nós e dentro do nosso papel que estamos a assumir com essa responsabilidade e que bem gostamos, quando surgem essas repostas para satisfazer os pedidos formulados.

Em relação à questão que também dirigi a nós, do protocolo, eu não sei adiantar muito mais ao Deputado Paulo Pinto, porque aquilo que eu conheço, é que de facto, está a ser estudado um protocolo, e que posteriormente ele vai ser apresentado aqui na Assembleia e por quanto naturalmente, vigorará aquele que foi ultimamente revisto, aqui, no mandato anterior, não lhe poderei avançar muito mais.

Em relação às questões do Deputado Carlos Ventura, sobre a “ordem da casa”, eu acho que há “ordem na casa”, não podemos dizer que há desordem pelo facto, da documentação que é posta pela Câmara Municipal, para complemento das nossas Assembleias Municipais, se tiver gralhas, se tiver um erro, que não seja corrigido, eu acho que o mal era se não fosse corrigido. Nós detetamos muitas vezes pequenas questões, há alertas e há correção, eu penso que isto não tem nada de mal. Eu acho que isto até revela da parte do Executivo alguma modéstia e da nossa também em querer corrigir aquilo que por vezes não sai tão bem.

Para terminar, sobre a questão do Deputado Nuno Magalhães e sobre as transmissões, quero dizer-lhe que nós já estamos a trabalhar nisso. Tivemos, aliás, no distrito o primeiro exemplo em Bragança, na Assembleia Municipal de Bragança, que está a funcionar muito bem, eu já solicitei isso ao Gabinete de Apoio e estou convencido e acabo por aproveitar, mesmo, este momento para solicitar mais uma vez à Presidente da Câmara alguma atenção nisso, porque seria muito bom, conseguirmos colocar na casa das pessoas, aquilo que são as nossas discussões, aquilo que é a nossa responsabilidade, aqui na Assembleia, espero bem, em breve, também podermos ter, se isso não tiver custos demasiado grandes, também não estão orçamentados, terá o seu tempo, conseguirmos ter em videoconferência as nossas Assembleias Municipais.

Se é sobre o que eu disse, senhor Deputado Figueiredo, faz favor de dizer.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

O Senhor Presidente da Assembleia tem sido uma pessoa irrepreensível, eu estou a dizer isto com toda a frontalidade, irrepreensível.

A Câmara, o Executivo, é que tem fugido às suas responsabilidades. Não há transparência, em relação aos pedidos que têm sido feitos para o Senhor Presidente e a Lei assim o obriga, a Lei 75/2013, assim o obriga. Eu telefonei para o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) e a Câmara é obrigada, senão o DCIAP vem averiguar o que se passa nesta Câmara. O Senhor tem sido honesto, “*super honesto*”, agora a Câmara não tem sido transparente nesse sentido. Tenho dito.

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Fidalgo (CDS-PP) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Eu tinha só duas perguntas que era: Fui nomeado para a Comissão da Juventude e da Segurança, não recebi até ao momento, qualquer “*email*”, comunicação para as reuniões.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado, eu penso que lhe posso responder, porque também faço parte dessa Comissão e também ainda não tive nenhuma comunicação. Penso eu que ainda não houve nenhuma ação nesse sentido, deve ser só por isso, naturalmente que o nome do Deputado Ricardo foi para o respetivo órgão, como foi o meu, que faço parte, por inerência dessa Comissão e também ainda não tive nenhum comunicado, portanto, não terá havido, ainda, nenhum reunião.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.

Agradecer a todos as vossas intervenções, todas elas com certeza darão contributo para que possamos esclarecer, tudo aquilo que tem que ser esclarecido.

Começo por responder ao Deputado Figueiredo, no sentido que a Câmara tem tido para com o Senhor Deputado Municipal, toda a transparência, aliás, será talvez o Senhor Deputado mais ativo. Tem relativamente às questões do Urbanismo, julgo que não é de agora, são questões que já vêm de trás, muitas delas questões que estão em segredo de Justiça e que são participações que estão no DCIAP em conjunto com a Câmara Municipal. Tem tido da parte dos Serviços Técnicos, dos serviços de urbanismo, consulta aos processos que pretende e as respostas têm sido as possíveis, juntamente com os Técnicos que estão a trabalhar na Divisão de Urbanismo e Obras Públicas, portanto, em relação a esta questão, podemos sempre melhorar, mas são questões antigas, questões que se prendem com questões jurídicas, de algumas ilegalidades, algumas queixas, algumas denúncias, muitas delas, para além da Câmara com outros órgãos envolvidos, eu julgo que todos entendem daquilo que estamos a falar. O Deputado António Figueiredo, tem tido um acompanhamento destes processos e portanto a Câmara Municipal, estará sempre disponível para com toda a transparência, mostrar e demonstrar, sempre o que os Serviços Técnicos estão a fazer.

Relativamente à referência às questões técnicas relacionadas com as taxas de mortalidade infantil, partilho as referências da Deputada Rita Messias. Relativamente ao Deputado Ricardo Fidalgo, entendo que a experiência no terreno tem essa parte sentimental e até emotiva de falar sobre a enfermagem pediátrica.

Relativamente ao Deputado Pedro Beato, aquilo que lhe posso dizer é que partilho de tudo aquilo que disse, partilho também a questão dos símbolos, o brasão, o colar, a unidade social e também desejar a todos, já que estamos perto do Dia do Trabalhador, este dia de enriquecimento da vida coletiva dos trabalhadores, da luta pelos seus direitos.

Agradecer também a intervenção brilhante que fez no dia 25 de abril nas comemorações do 25 de Abril, foi com muito gosto que ouvi a intervenção.

Relativamente ao Deputado António Figueiredo, quando faz alusão à sustentabilidade da ESPROARTE, quero dizer-lhe que relativamente a este ano, estão garantidas as duas turmas do Ensino Básico, houve uma reunião na Escola Agrícola, com a presença do Senhor Delegado da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEsTE), com a presença de todo o Ensino Profissional ou Escolas candidatas ao Ensino Profissional e Mirandela conseguiu, para além das turmas no Agrupamento de Escolas, conseguiu também as turmas na Escola Agrícola e também do Ensino da Música na ESPROARTE. A proposta que havia era lesiva para a ESPROARTE, poderia pôr em causa a continuidade da Escola, mas conseguimos e eu digo conseguimos porque foi um esforço comum de todos os Presidentes de Câmara onde existem Escolas Profissionais de Música, que houvesse uma exceção às regras instituídas e que o Ensino Profissional de Música fosse afastado dos rácios do Ensino Profissional. Portanto, Mirandela neste aspeto do Ensino Profissional tem de facto todas as turmas que se candidatou, quer no Agrupamento de Escolas, quer na Escola Agrícola quer, também, na ESPROARTE. Foi um trabalho em conjunto também com a Comunidade Intermunicipal e acabamos por ter sucesso. Quando fala da questão do financiamento da ESPROARTE e do aval pessoal que foram feitos, vários avais pessoais, o que foi feito este ano e todos sabem, a ESPROARTE esteve sem pagamento de salários e subsídio de natal, o que aconteceu foi que, foi pedido um adiantamento à Câmara Municipal, julgo que, não existe para este ensino público a responsabilidade maior do que a Câmara Municipal e não a título individual de cada um de nós. O Município de Mirandela, tem o seu Executivo, mas é óbvio, que o Município de Mirandela, tem que pagar quando a ESPROARTE não tem condições para pagar. Houve a forma de um adiantamento de verbas, é óbvio que os bancos tentam o aval pessoal dos responsáveis, cabe a cada um de nós encontrar soluções legítimas e legais para que o dinheiro público seja gasto e seja investido quando é necessário. Portanto, não julgo que sejam os avais pessoais uma forma de voluntarismo pessoal, mas sim uma forma de criar problemas, que muitas vezes depois são difíceis de resolver a nível pessoal. Por isso, como se costuma dizer em Trás-os-Montes, essa “*carapuça*” a mim não me cabe porque já vimos que os avais pessoais têm trazido muitos problemas para muitas pessoas e portanto, acho que são de todo de evitar quer da nossa parte, quer de todos a nível individual, como por exemplo também relativamente aos dirigentes da ACIM que passarei depois a falar no comentário à intervenção do Deputado Paulo Pinto.

Relativamente à intervenção do Deputado Manuel Pavão, quem conhece Vale de Salgueiro e quem partilha desta tradição há alguns anos, custa um pouco a entender a questão da tradição das crianças fumarem, esta questão deve ser debatida, deve ser conversada, talvez a evolução da tradição seja uma boa forma de evoluir esta festa. Aquilo que me é dito inclusivamente pelo Senhor Presidente de Junta é que estatisticamente as pessoas da aldeia praticamente não fumam, portanto, o hábito de fumar em criança não tem uma relação direta com o fumar em adultos. De qualquer forma podemos falar sobre isto, fazer um pequeno debate, com a colaboração do Senhor Presidente de Junta, com os habitantes e evoluir no sentido de criar uma atmosfera

positiva em relação à festa, porque, de facto, é sempre vista mesmo a nível nacional e internacional este ano, como um aspeto negativo.

Em relação à Deputada Otilia Lima, quanto à moção e à reprogramação, tem havido várias decisões sobre porque é que territórios de convergência, estamos a falar por exemplo da área metropolitana do Porto ser território de convergência, porque nós também somos territórios de convergência só que quando vamos a concursos eles acabam por ter a maior parte das verbas e absorver a maior parte dos montantes financeiros e isso é uma discussão que está a ser feita até a nível da Associação Nacional de Municípios Portugueses e portanto há todo o empenhamento para que haja avisos específicos como tem havido, pelo menos houve um aviso específico, para territórios e zonas com baixa densidade populacional. É certo que nas áreas metropolitanas também têm territórios de interior, ou seja, têm territórios desfavorecidos e é isso que eles alegam para poderem candidatar-se a esses mesmos fundos.

Relativamente ao Deputado Nuno Magalhães, agradecemos a sua intervenção, a Assembleia Municipal Jovem é para implementar e está a ser em conjunto com a Divisão da Juventude e do Vereador Orlando Pires devidamente acompanhada.

Relativamente à modernização e à proposta da transmissão em direto julgo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já se referiu a esta situação e é também uma boa forma de dar a conhecer aos nossos Municípios e para vocês Presidentes de Junta, fregueses, as nossas intervenções e não posso estar mais a favor do conhecimento e da informação do que se passa aqui na Assembleia Municipal para todos. Até nas reuniões de Câmara também poderia haver, apesar de serem públicas como esta também o é. Sabemos que as horas a que se realizam nem sempre é possível a comparência e seria uma forma de pelo menos os adeptos das tecnologias poderem acompanhar a parte política e as questões políticas que se levantam.

Relativamente à intervenção da Deputada Cristina Passas, quanto à importância da Alheira, fez uma notável exposição da Alheira de Mirandela e do papel que a Associação Comercial e Industrial de Mirandela tem tido na Indicação Geográfica Protegida e também do papel que o Município deverá ter, cada vez maior na implementação de técnicas e estratégias de marketing para a Alheira que já é realmente o nosso *ex-libris*.

Falou na notoriedade da Alheira de Mirandela, não podemos deixar de felicitar os produtores que têm tido sempre disponibilidade de trabalhar em conjunto com o Município e com a ACIM na organização das feiras e também a participação que houve aqui, na Terra, ao contrário do que aconteceu o ano passado.

Relativamente ao Deputado Carlos Ventura, julgo que o Senhor Presidente da Assembleia já se referiu aos *emails* que foram enviados a corrigir partes de documentos, entendo perfeitamente que há algumas questões que se possam melhorar no entanto e isto é também para criar aqui algum espírito de equipa e para vocês também não serem tão exigentes para quem trabalha nestes órgãos autárquicos. Só não erra quem não faz e portanto vocês deverão compreender que existe muita documentação e muitas vezes nem tudo corre bem e também, um erro pode ser sempre corrigido. Aquilo que vos peço é para compreenderem estas situações porque são situações perfeitamente normais de quem trabalha arduamente nas questões das atas e nas questões dos documentos, com pequenas correções que não têm a ver com “ordem na casa”, têm a ver muitas vezes com o excesso de trabalho a que as pessoas estão sujeitas e portanto é um trabalho desgastante que muitas vezes não se pode culpabilizar os Técnicos e os profissionais que o fazem.

Da parte da intervenção do Senhor Deputado António Martins, em que falou das Comissões Municipais, apresentação de relatórios, eu estou de acordo, é bom que haja esta partilha de informação, aliás, vai ser prática corrente no Município, qualquer formação a que os Técnicos poderão ir, fazerem um relatório e partilharem com os colegas toda a informação e todos os elementos que vão recolhendo, também é uma forma de comunicação e a partilha de informação entre os Técnicos ser efetuada. Relativamente ao Deputado Agostinho Beça, todos conhecemos o fascínio do nosso Deputado com a linha do caminho-de-ferro e julgo que é uma discussão que podemos fazer. Existe um projeto de uma ecopista entre Mirandela e Bragança, mas nada melhor do que estudar, refletir e debater estes temas que tão bem o Deputado Agostinho Beça gosta de trabalhar.

Relativamente ao Deputado Paulo Pinto, vou começar por lhe dizer que lamento profundamente a forma agressiva e o tom de voz que utilizou, uma vez que em política, não é quem fala mais alto que fala melhor e muitas vezes as coisas podem-se dizer da mesma maneira sem a agressividade e não o conhecia com essa agressividade, mas entendo que possa estar agitado e nervoso com algumas situações.

Relativamente à mensagem dos Mirandelenses por acaso ainda não está disponível, mas a mensagem dos Mirandelenses tem sido sempre transmitida e sempre que os Mirandelenses pedem para falar com a Presidente da Câmara e sempre que sou convidada para ir a qualquer aldeia ou mesmo na cidade, em qualquer situação. Não julgo que seja uma questão política prioritária, a mensagem já foi feita por mim, foi para revisão, ainda não está colocada no *site*, mas há questões muito mais importantes e muito mais prioritárias que nos devem ocupar a mente, do que uma simples mensagem de bem-vindos ao *site* do Município.

Vou agora responder às questões que foram levantadas, em relação aos resíduos. Da taxa social, há aqui duas situações que já temos, por um lado o Regulamento dos Apoios Económicos que foi aprovado em 20 de junho de 2011 e o Regulamento Municipal de Plano de Emergência Social que foi aprovado a 27 de abril de 2012. Este cartão social de que falou com 50% de desconto e uma abstenção de que falou numa ata de 10 de dezembro de 2007, penso que ouvi bem, em 2007 eu ainda nem sequer estava na Câmara Municipal, fui eleita em 2009, portanto, deve haver aí algum lapso temporal, de quando falou, ou então dos seus apontamentos. O cartão social não dá descontos, para resíduos, dá descontos na alimentação, medicamentos, passe e livros escolares. Em relação a esta situação da taxa social e o porquê da não existência, os Serviços Técnicos não conhecem estes 50% de descontos e nunca foram utilizados, não sei onde é que o Senhor Deputado viu esta situação, mas algum lapso haverá aqui.

Relativamente aos resíduos do Cachão e defraudada nas suas expectativas, eu não queria voltar a repetir que a responsabilidade do depósito do lixo não é deste Executivo. Houve dois incêndios quando o PSD era poder na Câmara Municipal, alguém autorizou o depósito do lixo no Cachão e a responsabilidade está de quem autorizou o lixo no Cachão. A imagem é dantesca, um crime ambiental grave que poderá não ficar por aqui, porque existe uma responsabilidade inerente a quem tem cargos públicos, e de facto, só houve um incêndio porque havia lixo no Cachão.

Quando me diz que as expectativas das populações, ainda não estão resolvidas, apetece-me dizer-lhe que vindo de si e sendo Deputado Municipal há tantos anos custa-me vê-lo passar por esta situação porque é, de facto, engolir em seco, porque a responsabilidade de quem sempre apoiou no Executivo está na causa deste crime ambiental. E vir agora dizer que nós conseguimos os 270,000,00€ em Fundo Ambiental, é verdade, estamos agora, como já expliquei em reunião de Câmara,

existem três locais com resíduos e lixo, um deles pertence à empresa, na sua totalidade, outro deles pertence 50% à empresa, porque há um contrato de promessa de compra e venda, 50% à Agroindustrial do Nordeste e outro foi cedido pela anterior administração para depósito de resíduos, estamos aqui perante três situações distintas. Estamos a fazer contactos, nós e o Município de Vila Flor, para que logo que começemos a retirar o lixo, não haja quebra de transporte, ou seja, começar e acabar no período mais curto de tempo. Como sabem, já houve, que não foi pago, pelo menos a sua totalidade, retirada de lixo através de uma empresa pela anterior administração, eram 50.000,00€ ficamos com uma dívida de 36.000,00€, pagaram alguma coisa e a situação financeira do Cachão, apesar das contas serem o que são, é dramática. Relativamente ao Cachão quero também dizer-vos que a Câmara Municipal de Mirandela, nos últimos dois anos tinha que pagar o mesmo que a Câmara Municipal de Vila Flor, 138.000,00€, a Câmara Municipal de Mirandela só pagou 120.000,00€, que é o que estava inscrito e é o que está inscrito em orçamento e, portanto, temos de pagar neste momento mais 46.000,00€, dos últimos dois anos, mais o valor que este ano está a ser pago também pelo Município de Vila Flor, que é 180.000,00€ como subsídio à exploração.

Tivemos assembleia geral, foi debatida a questão do Matadouro Industrial do Cachão, foi debatida a questão da Agroindustrial do Nordeste, porque para além da retirada de resíduos é preciso fazer a requalificação ambiental de todo o complexo, para se poder requalificar na sua totalidade e estamos a estudar fazer um projeto conjunto entre o Município de Mirandela e o Município de Vila Flor.

Relativamente à ACIM, bem, aqui voltamos outra vez às garantias bancárias, aos avais pessoais, ninguém tem culpa que os dirigentes, ninguém tem culpa, não! Há responsáveis, mas nós não estávamos cá para isso, se fossem levados a dar avais pessoais para um empréstimo posso-vos dizer que o contrato está a ser analisado e posso-vos dizer também, dado que estamos na transparência e dizemos que a transparência e eu acredito que a transparência deve ser tanto daqui, do Executivo também para os Senhores Deputados, houve um pagamento que foi feito de um empréstimo de 30.000,00€, que tinha o aval pessoal do Senhor ex-Presidente e do Senhor Vereador Manuel Rodrigues de 30.000,00€, antes de saírem do Executivo. Compreendo perfeitamente que tivessem pago esse aval pessoal, porque caso não o tivessem feito teriam que pagar eles próprios esse aval. Se pagaram o deles e não pagaram o dos outros, isso já não é problema nosso, porque os outros estavam um aval pessoal de um empréstimo de 150.000,00€.

Relativamente às contas bancárias bloqueadas e à transparência que eu saiba ninguém tem as contas bloqueadas, só por outros motivos, não pelas questões da ACIM. O que a Câmara Municipal fez, foi chamar à atenção que este protocolo que existia de venda do pavilhão da Reginorde e da sede da ACIM, com valores diferentes, poderia não ser legal. Mesmo estando aprovado em reunião de Câmara e aprovado em reunião de Assembleia Municipal, a legalidade não lhe é conferida pela aprovação. Esse protocolo está a ser analisado, sob o ponto de vista jurídico, caso o protocolo seja legal, a Câmara vai manter os quatro mil e tal euros por mês que tem que pagar diretamente a uma conta da ACIM. Como vocês sabem, a ACIM tem as contas bancárias bloqueadas e é transferida para uma conta da MIRCOM, mas essas situações em assembleia geral da MIRCOM e da ACIM vão-se falando.

Relativamente ao índice de transparência, Senhor Deputado, lembro-lhe que em novembro o índice de transparência se refere de janeiro a dezembro de 2017 e avalia a transparência do seu Executivo e não do nosso Executivo, portanto, lamento que venha falar nisto, houve realmente a quebra de alguns lugares, mas diz respeito ao ano de 2017.

Bem, relativamente à derrocada do LIDL, esta é de facto, grave. Grave porque depois de quatro anos, de pouco ou nada se ter feito, ninguém quer influenciar o Tribunal, é grave porque é uma situação que podia ter sido resolvida no imediato, estamos com juros de mora e com pedidos de indemnização, muito, muito, não vou dizer valores, porque são muito altos e, portanto, julgo eu que será talvez, das maiores preocupações que temos na Câmara Municipal que é a perigosidade desta derrocada, não é só por aquilo que está no local, mas também porque fomos visitados por uma empresa que já fez a primeira fase de sustentação de terras e parece existir ao longo de todo aquele corredor falta de segurança dos muros de suporte, porque são feitos em alvenaria e deveriam ter sido feitos em betão.

Relativamente à reestruturação orgânica, ainda ontem foi entregue aos Senhores Vereadores o estudo que foi feito ainda sem nomes, outros com nomes e houve uma redução significativa da orgânica.

Em relação ao apelido de “casamenteira”, não percebi, eu conheço o Santo António, não conheço outro Santo que faça casamentos, não percebi porque é que veio com esta referência, quanto a mim brejeira, numa Assembleia Municipal que se quer com toda a dignidade. E o respeito, para o termos, também temos que o saber usar. Muito obrigada.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Ó Senhora Presidente, a Câmara Municipal tem responsabilidades na ESPROARTE.

A ESPROARTE precisa de dinheiro e vai buscá-lo à Câmara Municipal? É uma falta de respeito para com os presidentes que aqui estão, que assumem compromissos, por vezes particulares junto das comissões fabriqueiras e de outros dirigentes aqui de movimentos associativos, que não têm a Câmara Municipal, precisam de dinheiro e metem avais pessoais, como eu, meti um aval pessoal, quando fui dirigente da ACIM. Se olhar aí junto dos Senhores Vereadores, o Vereador Orlando Pires que foi Presidente da Casa do Professor, sabe as dificuldades com que viveu, ou foi à Câmara Municipal pedir o aval pessoal para outros compromissos.

A Vereadora Vera Preto foi Presidente da APPACDM, o Vereador José Cunha esteve na Comissão de Festas, assim é fácil ser Presidente de Câmara, sabe porque é que a Senhora Presidente fala assim? Porque nunca foi dirigente nesta Terra. As instituições nunca lhe disseram nada, o seu voluntariado, nesta Terra tem-se reduzido, a nada. É uma opção, porventura, não a crítico mas tem que compreender os estados de ansiedade destes membros da Assembleia, que são dirigentes nas suas Juntas de Freguesia e que muitas vezes, alguns com alguma disponibilidade, assumem compromissos porque não têm a Câmara Municipal para assumir compromissos.

Eu sabia isto do Arquiteto António Figueiredo e também dou conta do meu exemplo, sob pena de na primeira assembleia geral que houvesse da instituição, a Direção cair e ficavam lá os avais pessoais.

Da Resíduos não fala. Do Cachão, Senhora Presidente, a única coisa que lhe peço, nós estamos cá para a elogiar no dia em que tirar de lá o lixo, isto foi um problema, já dissemos aqui, reprovável a todos os títulos, não façam mais notícias, porque a Senhora faz política com os cem dias do lixo do Cachão e o que é certo, é que o lixo ainda não saiu.

Senhora Presidente, foi a Senhora Presidente que prometeu, eu só me estou a debater agora, já por questões últimas, não são as primeiras.

Senhora Presidente, a ACIM, a Senhora Presidente fez uma declaração pública que mexeu no protocolo, claro que ainda não mexeu, no dia em que mexer vai ter que vir à Assembleia Municipal. Mas não faça essa declaração pública, a Senhora Presidente, não é mais a candidata, agora é a Presidente da Câmara Municipal de Mirandela. E tem crime ou não tem crime? É que ainda continua a rever o protocolo. Senhora Presidente se porventura me excedi, nalguma linguagem, confesso que o meu líder parlamentar não está na Assembleia da República, eu hoje por momentos me senti António Costa, porque ele fala assim, e eu não falei assim, falei porventura de um púlpito que hoje está mais elevado e que o som está muito bom.

Sobre a derrocada do LIDL, Senhora Presidente, as suas promessas eleitorais e que agora a Senhora até quer decidir, eu já senti por parte da Senhora Presidente que a Senhora quer decidir, só que tem uma sentença a decorrer em Tribunal e está fixada a ela, sob pena daquilo que decidir ser em excesso ou pecar por defeito. Tanto quanto sei, o anterior Executivo, assumiu todas as responsabilidades decretadas pelo Tribunal. Tenho dito.

----- **O Senhor Deputado da Assembleia Municipal António Figueiredo disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Ó Senhor Presidente, eu quando me referi há bocado, em relação àquilo e que prestei homenagem ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal responde-me assim: “face ao exposto sugere o Senhor Deputado que, e certo das suas razões denuncie estas faltas na próxima reunião da Assembleia, respeitosos cumprimentos, o Senhor Presidente Luís Guimarães”.

Eu pedi ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal informações sobre quê? Sobre a nova expansão da nova Zona Industrial, sobre aquilo que eu perguntei aqui à Senhora Presidente da Câmara Municipal, qual a evolução das receitas correntes, receitas de capital e receita total. Também perguntei pelas transferências de Estado, bem como a evolução das despesas correntes, tudo em termos de percentagem. Até hoje a Senhora Presidente mandou-me ir ver isto ao orçamento, o orçamento também eu sei ler, eu não sou nenhum mentecapto, Senhora Presidente. Eu sou uma pessoa informada e tento-me informar, o que eu quero é as percentagens, agora se não tem ninguém que faça isso, arranje alguém. É só isso que eu lhe peço, não lhe peço mais nada.

Pedi ao Senhor Vereador e com o devido respeito, o Senhor Vereador transmitiu-me isso, foi muito atencioso para comigo e enviou-me uma situação que lhe foi pedida, em relação ao Arquivo Municipal. Ele enviou-me as plantas, foi sério para comigo, é essa seriedade que eu quero, mais nada. Eu perguntei, ao Engenheiro Manuel Miranda, a ver se me enviava o pedido das plantas, dos alçados e cortes, segurança contra incêndios do Agrupamento de Escolas. Ele disse-me que não tinha ordens da Senhora Presidente da Câmara para me dar isso e eu enviei para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a ver se me disponibilizavam isso, até hoje eu não recebi nada. Isso é falta de rigor, é falta de transparência, eu não estou aqui a acusar nada, é isto que falta. Eu pedi à Câmara, também, outras obras que eu já nem me recordo, tenho aqui algumas só e nada disto me foi dado. Agora disse aí uma coisa, “carapuça” só se põe a quem quer, Senhora Presidente, carapuças eu enfito muitas e atiro com elas ao lixo muitas vezes. Isso é a sua posição, a sua filosofia e eu tenho que respeitar, mas não concordo. Não concordo, eu vivo em democracia Senhora Presidente.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.

Senhor Deputado António Figueiredo, dizer-lhe que temos tantos assuntos, tantas questões que temos que, realmente, criar um circuito de informação, porque na sua qualidade de Deputado obviamente que tem direito a estas situações, mas algumas situações nomeadamente questões do Agrupamento, têm a ver com o próprio Agrupamento de Escolas, realmente tem direito a consultar os processos, mas temos de criar um circuito de informação de forma, a que também haja cumprimento da proteção de dados, porque a proteção de dados também é importante, porque temos os projetistas, temos as pessoas que fazem os projetos, há situações que não é de todo conveniente, são processos que estão em apreciação e muitas vezes não estão disponíveis para serem enviados de imediato, até porque o Senhor Deputado é Arquiteto, tem um gabinete e temos de tratar todos de igual forma. Relativamente às declarações do Deputado Paulo Pinto, dizer-lhe que realmente lamento muito que volte a vir a defender os avais pessoais, eu dou avais pessoais sim e sou solidária com todas as instituições, eu acho que não se deve “agredir as pessoas”, pela carreira que têm ou deixam de ter, devem ser colocadas as coisas tal qual elas são. A ARTEMIR pertence à Câmara Municipal, ponto. A Câmara Municipal tem uma responsabilidade direta sobre a ARTEMIR e sobre a ESPROARTE, como tem também, sobre outras empresas intermunicipais. Esta é uma Escola, mas temos também por exemplo a AIN - Agro-Industrial do Nordeste, também é uma empresa intermunicipal. Não estamos a falar de empresas, que também tenho, felizmente por herança e aí eu faço os meus avais pessoais, sempre e quando me são solicitados. Só lamento que não saiba exatamente de todos os assuntos e se ponha a adivinhar algumas questões. Eu vou-lhe dizer como é que era a situação em relação às Juntas de Freguesia: as Juntas de Freguesia faziam as obras, com a garantia que a Câmara Municipal cumpria o pagamento, neste momento temos Juntas de Freguesia com processos em Tribunal, porque a Câmara nunca cumpriu o pagamento. Eu não vou falar nas Juntas de Freguesia, quais são, mas eles sabem, e isso é que é falta de transparência, é que é criar expectativas sem serem cumpridas. Quando a Câmara Municipal não cria endividamento e leva uma Junta de Freguesia a ficar endividada perante empreiteiros, projetistas e outras situações, isso é que é grave, porque quem depois tem que responder em Tribunal é a Junta de Freguesia e não a Câmara Municipal.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013.

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Beato (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Ao ler a informação da Senhora Presidente, no ponto 1.1, Serviço Municipal de Proteção Civil, Gabinete Técnico Florestal e Serviço Municipal de Veterinária, surgiu-me uma pergunta que gostaria de fazer à Senhora Presidente da Câmara.

Este tema é um tema que enquadra um conjunto de instituições e de serviços de relevo do nosso Concelho, como as Freguesias, os Bombeiros, a Polícia a GNR, o Plano Nacional de Defesa da Floresta, Serviços de Informação da Defesa da Floresta, Voluntariado Jovem para a Defesa da Floresta.

Em Mirandela, normalmente estes contextos têm um espaço que se vai organizando e que é importante para o seu desenvolvimento, eu estou-me a lembrar de vários, como por exemplo, de setores específicos como os Museus, por exemplo, e temos alguns interessantes como, para além, do Teixeira Lopes, Santa Casa da Misericórdia, da Oliveira e Azeite, mas depois temos outros pelo concelho como é o das Curiosidades do Romeu, o Rural de Abreiro, Etnográfico de Suções, etc., e está a crescer um espaço novo que me parece muito importante para o futuro, que é este Parque Natural do Vale do Tua (PNRVT).

Vivemos numa cidade, que como é visível nas informações da Senhora Presidente da Câmara está atenta, a fatores essenciais da nossa vida, como a Educação, a Cultura, o Desporto, a Saúde Pública, a Ação Social, o Urbanismo, Proteção Civil, Ambiente, tudo aspetos que se relacionam com o nosso dia a dia e aspetos importantes.

Neste último ponto, informação e promoção ambiental, encontramos o trabalho de uma série de elementos, como o Gabinete Técnico Florestal, Serviços de Informação Geográfica do Município, Comissão Nacional de Defesa da Floresta, Voluntariado Jovem para a Defesa da Floresta, de facto, esta complexidade, ganha uma visibilidade e uma importância muito significativas.

A pergunta que eu gostava de fazer à Senhora Presidente seria para quando estaria previsto o aproveitamento das instalações que estão relacionadas com todo este contexto, instalações que deveriam naturalmente desenvolver o estudo do nosso território ambiental, ter desenvolvimento de atividades de informação e interpretação ambiental, utilização de recursos pedagógicos e didáticos do ambiente, acompanhado de livros, exposições, revistas, vídeos, ações de formação, educação, CD's, ser um espaço educativo e de sensibilidade ambiental, e tudo isto faz falta aqui e que esteja instalado num edifício onde funcionem Serviços do Ambiente, a minha pergunta, finalmente, é: se nós temos esse edifício para quando está previsto o tratamento estratégico desses assuntos, porque são assuntos, da nossa consciência ecológica, no edifício que eu considero bonito e bem localizado, que é a ECOTECA.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, eu agradeço a questão, até porque a ECOTECA é de facto um edifício, novo, ainda não foi inaugurado, houve uma reunião há pouco mais de um mês, com o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, exatamente para dinamizar, a ECOTECA como local de Educação Ambiental. Os Serviços de Ambiente, da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), querem alargar o seu âmbito, até em número de Recursos Humanos em Mirandela. Fazer de Mirandela um polo, da Agência Portuguesa do Ambiente, e tivemos uma reunião tripartida, entre a Agência Portuguesa do Ambiente, entre a Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua e a Câmara Municipal. É um edifício que apesar de áreas comuns muito grandes, tem pouco espaço de trabalho, em si, mas aquilo que ficou agendado e vai ser objeto de um protocolo ou de um contrato de comodato, é que a Agência Portuguesa do Ambiente vai ficar com as instalações, vai custear a manutenção das instalações. Posso-vos garantir que aquele edifício é um edifício que fica bastante cara a manutenção, aquecimento e tudo o que diz respeito ao próprio edifício, vai também fazer criar uma ECOTECA, uma biblioteca de fins ambientais. Posso-vos dizer que este edifício, aliás julgo que já falamos nisto numa reunião de Câmara, foi dotado três ou quatro dias antes das eleições, de equipamento informático audiovisual, que estava candidatado por uma candidatura da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, no valor de 200.000,00€ que ainda não foi pago, estamos a tentar que seja incluído, ainda nesta candidatura da Agência. Ainda não abriu, aquilo que combinamos com a Agência Portuguesa do Ambiente foi durante o mês de maio, se possível coincidir com o dia da cidade, criar este espaço novo para o ambiente de forma, a que, também possamos ter um laboratório interativo para crianças, ligado à parte ambiental e também àquele corredor que existe, que vai ter ao hipermercado. Precisa de ser limpo, de ser mantido, e a Agência Portuguesa do Ambiente está disponível para trabalhar em conjunto com o Município de Mirandela, a agência do Vale do Tua para que fique ali sediada a Porta de Entrada do Parque do Vale do Tua e que aquele edifício fique sob o nome de ECOTECA ou qualquer outra designação ligada às práticas ambientais à sensibilização ambiental à Educação Ambiental das nossas crianças com laboratórios interativos para crianças, adultos e grupos que possam visitar.

Durante o mês de maio iremos ter com certeza todas as novidades, eles estão muito interessados em fazer a mudança e obviamente que fazem também um espaço de atendimento de todas as pessoas vêm a Mirandela tratar de todas questões ambientais daqui da região.

4.2 - Regimento da Assembleia Municipal-Mandato 2017-2021.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhores Deputados deixem-me só referir que a Comissão eleita aqui na Assembleia para Revisão do Regimento era constituída pela Deputada Fernanda Mesquita, pelo Deputado Jorge Humberto, pelo Deputado Humberto Cordeiro, pelo Deputado Virgílio Tavares, além dos elementos da Mesa. Esta Assembleia já tinha um bom Regulamento mas penso que com a colaboração de todos ainda conseguimos melhorá-lo um pouco mais. Devo aqui salientar o esforço e a colaboração de todos os Senhores Deputados, e o senhor Deputado Humberto Cordeiro por e-mail fez algumas observações interessantes e como não podia deixar de ser, salientar o trabalho, do Deputado José António Ferreira, que coordenou, e que para além dessa colaboração, compilou, nos deu as provas para comentarmos e eventualmente acrescentarmos algo que fosse relevante para a melhoria do nosso Regimento.

Pelo que vou solicitar ao senhor Deputado José António Ferreira que faça uma introdução ao trabalho desenvolvido por esta Comissão para alteração ao Regimento.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados, permitam-me antes de começar a intervenção, agradecer as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que me foram dirigidas.

Mas não posso antes de abordar esta matéria, sobre a revisão do Regimento, por dever de consciência, dizer que se me coube um trabalho mais específico, mais aturado, o produto final é, de facto, um trabalho de equipa que incorporou esse espírito de partilha para um documento comum, o mais ágil adequado e funcional possível.

Portanto, agradecer a todos os envolvidos na Comissão de Revisão que fizeram parte deste trabalho, já mencionados pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e dizer que se aproveitou o facto de se iniciar um novo mandato que abre sempre a porta para uma eventual revisão do Regimento da Assembleia para melhorar aspetos internos de funcionamento e promover agilidade e alguma disciplina nas Sessões da nossa Assembleia Municipal, portanto o resultado final o Regimento que hoje é aqui apresentado para votação, teve a preocupação de ser um documento global, mais do que ser apenas um documento minimalista. Essa poderia ter sido uma das opções, mas entendemos que causaria muito mais desconforto a todos os senhores Deputados, Deputadas e Presidentes da Junta de Freguesia, porém, porquê? Um Regimento meramente minimalista seria sempre um documento muito remissivo, ou seja, atiraria os membros da Assembleia Municipal sucessivamente para as Leis, obrigando a consultar a Lei n.º 75/2013 e a Lei n.º 169/99, com as alterações da Lei n.º 5-A/2002, entre outros diplomas reguladores das atribuições e do funcionamento dos órgãos autárquicos. De qualquer das formas, importa dizer que este é um documento dinâmico e aberto, como eu costumo dizer, está sempre sujeito, assim que se entenda e se julgar conveniente o seu aperfeiçoamento, em resultado daquilo que os Grupos Municipais entenderem ajustado e mereça a concordância do plenário. Gostaria de destacar que mantivemos os tempos anteriormente estabelecidos, assegurando a participação de todos de igual modo, sinal da maior democraticidade vivida nesta Assembleia, ao contrário de muitas outras do nosso país que fixam tempos de intervenção em função da representação e percentagem eleitoral obtida pelos partidos da Assembleia.

Por fim quero agradecer a confiança que foi em mim depositada e responsabilidade confiada e espero é que este seja um documento em que todos se revejam, mas acima de tudo que seja um Regimento que dignifique esta Assembleia Municipal e que também dignifique Mirandela, pelo menos foi esse o propósito e o espírito seguido por todos.

Agradecer como Secretário da Mesa da Assembleia, o empenho dos envolvidos, recordando que o Regimento é por si só um documento nunca estático, sempre aberto, estando sempre, naturalmente, à mercê de ser aperfeiçoado. Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS/PP) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Eu só queria dizer duas notas, para que a Assembleia saiba, porque estas coisas também têm de ser informadas, como foi referido há bocado, o trabalho das diferentes Comissões e no que compete à Comissão de Revisão já foi aqui referido. Foi muito trabalhoso, foram várias reuniões, penso que o resultado é positivo, portanto, não vou falar mais sobre isso. Mas queria também informar que a Comissão Permanente da Assembleia Municipal não tem estado parada e já se deslocou por exemplo à Torre de Dona Chama, onde auscultou os vários problemas que existem na vila da Torre, nomeadamente o Colégio, Lar, etc. Esteve também presente o Senhor Presidente da Junta connosco e portanto, isso é um assunto também que nos traz uma mais-valia e que poderemos futuramente aqui informar ou propor melhorias em relação àquilo que constatamos.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Eu li partes do Regulamento, com toda a sinceridade e verifico, que ao longo destes 24 anos que estou numa Assembleia Municipal os Regulamentos têm vindo a melhorar consecutivamente e acho isso uma boa nota, portanto acho que é um trabalho de mérito desta Comissão, é também um trabalho de mérito do Senhor Secretário José António, que compilou todos esses dados e isso é super cansativo, pois as pessoas é que não imaginam, o trabalho que isso dá e acima de tudo, corresponde a um desejo, que é o desejo que o Senhor Presidente tem, para que as Assembleias Municipais corram com ética, com elevação, com responsabilidade, fiscalização do órgão, todas essas vertentes há que mencionar e há que louvar. Em relação àquilo que os Deputados desta aula Magna, que é a Assembleia Municipal fez, um representante de cada partido CDS-PP, o PSD, a CDU, o PS, e a Mesa da Assembleia com todos eles, eu congratulo-me que em relação ao texto que eu li na diagonal, acho que está um texto devidamente formalizado.

Disse.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado Virgílio Tavares a questão que o colocou, a seu tempo nós iremos fazer aqui um desenvolvimento sobre o trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente, pois é uma Comissão que está a funcionar muitíssimo bem, articula tudo e mais alguma coisa de uma forma extraordinária, e que nos permite em determinados assuntos criar as condições mais que necessárias para que depois também aqui na Assembleia, as coisas corram bem. Só que vamos guardar isso para outra altura, porque é nossa obrigação comunicar à Assembleia qual é o nosso trabalho e vamos fazê-lo oportunamente.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regimento da Assembleia Municipal-Mandato 2017-2021”.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhora Presidente da Câmara e Senhores Deputados.

Muito boa tarde, dado já haver quórum vamos dar seguimento à nossa Ordem do Dia.

4.3 – “ Eleição de um Presidente da Junta para a Assembleia Distrital de Bragança.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhora Presidente da Câmara e Senhores Deputados

Vou ter que fazer, aqui, uma pequena referência, confesso que desconhecia que esta Comissão Distrital ainda estava em funções, porque com o aparecimento das outras Divisões Administrativas, nomeadamente, no nosso caso da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), que ela teria sido extinta, mas pelos vistos, ela ainda prevalece. Não sei por quanto tempo, porque isto tinha a ver com os Governos Cívicos, na maior parte dos distritos desapareceu, mas no nosso distrito ainda existe, e daí nós não termos feito esta eleição.

Como sabem, se isto é uma eleição logo é por votação secreta.

Pelo que a Mesa aguarda a apresentação das Listas a concorrer, para depois iniciarmos a eleição.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhores Deputados, permitam-me apenas reforçar, como disse o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, de facto, o ponto constava da ordem de trabalhos e isso permite antecipadamente que os Grupos Municipais ou alguém individualmente se organize, nesse sentido, e a Mesa tem é que receber qualquer tipo de candidatura, seja unipessoal ou seja oriunda dos Grupos Municipais.

Informo que a Mesa só recebeu duas propostas vindas dos respetivos Grupos Municipais, do PS e do PSD.

O Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta como candidato, Vítor Manuel Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela. O Grupo Municipal do PSD apresenta como candidato, Eurico Carrapatoso, Presidente da Junta de Freguesia de Alvites.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhora Presidente.

É possível fazer a eleição de um candidato que não está presente nesta Assembleia?

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado Paulo Pinto, nós não íamos pôr nenhuma objeção a essa candidatura, nem vemos nenhum inconveniente, não estar presente o candidato, pois se era um ponto na Ordem do Dia e se o candidato antecipadamente, subscreveu e aceitou a sua candidatura pois está rubricada, a Mesa não vê nenhum impedimento.

----- **O Senhor Deputado da Assembleia Municipal Agostinho Beça disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Obviamente que isto não era tratado assim, “de ânimo leve” e portanto tem a concordância do candidato, apesar de não estar presente, fez-se representar, mas como digo, isto foi tratado com a devida antecedência, portanto, não me parece sequer, que seja um incidente digno de realce.

----- **A Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal Luísa Maria Almeida Torres Belchior disse:**

Senhores Deputados, queria, ainda, informar que além do Boletim de voto ainda vai ser entregue a pedido da Câmara, um convite no âmbito da “Semana da Energia e Ambiente 2018.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, após um empate na primeira votação, deliberou por maioria, com 30 votos a favor na Lista B, 28 a favor na Lista A, e 1 voto em branco, eleger o Presidente da Junta de Freguesia de Alvites, Eurico José Lopes Montanha de Morais Carrapatoso, para a Assembleia Distrital de Bragança, proposto pela Lista “B”, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD”.

4.4 – “Designação de representantes das freguesias do concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Art.º 3.º-D da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhores Deputados, houve aqui uma chamada de atenção e legítima, com certeza, agradecia que os senhores Deputados, não estivessem na bancada do público para não causar nenhum tipo de transtorno à contagem para as deliberações.

Relativamente ao ponto 4.4 “Designação de representantes das freguesias do concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta” importa contextualizar a questão e justificar a sua inclusão na ordem de trabalhos.

Com efeito, como todos se recordam, no dia 29 de dezembro fizemos aqui um processo eleitoral entre diversos outros para a designação da representação Municipal nesta Comissão, Importa dizer isto com o máximo de rigor que a situação exige, que foi o facto de termos apenas elegido um representante para esta Comissão, contudo, a ordem de trabalhos que foi entregue a todos os Deputados Municipais identificava a Lei, ao abrigo da qual se estava a proceder àquela designação, Lei esse n.º 76/2017. Porque é que eu faço esta referência? Porque de facto a Lei 76/2017, veio permitir uma ampliação da representação nessa Comissão, enquanto a anterior Lei, apenas permitia a eleição de um representante, mas a Lei de 2017, ampliava essa representação, até cinco. Aqui e com todos na posse do enquadramento legal a que obedecia essa designação, em dezembro, nenhuma das Bancadas suscitou qualquer observação ou qualquer outro tipo de questão de porque é que apenas o fazíamos para um e não usufruíamos da amplitude que a Lei consagrava, de até cinco e portanto do ponto de vista do enquadramento legal nada foi ferido, nem do ponto de vista político, nada foi exigido e prosseguiu-se. Suscitado posteriormente, sobreveio de facto, a questão e diga-se pertinente, pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedães, António Martins, de que esta nova Lei, permitia de facto que a representação nessa Comissão não fosse de apenas um, mas que a Lei permitia até cinco. Não necessariamente cinco, mas até cinco, entre outras questões. Enquanto, anteriormente era exigido que fosse um Presidente de Junta, a nova lei diz: “representantes do concelho”, sem especificar a sua natureza, o que nos remetia quer para um membro da Assembleia Municipal, quer para um membro que representava uma Freguesia, fosse do Executivo, fosse da Assembleia de

Freguesia ou até um membro extra Assembleia Municipal, como é o caso da CPCJ, em que alguém de fora da Assembleia Municipal foi eleito para essa Comissão. Como esta é uma Comissão em que a Assembleia Municipal faz o seu conjunto de representações ou eleições, como eu dizia foi de facto, considerado pertinente esta observação e a Mesa mais não fez que acolher democraticamente e com todo o sentido esta sugestão. Porque não usufruir da Lei? Ainda para mais num momento em que todos nós sabemos, que estamos a viver relativamente a este problema das florestas, nomeadamente, os trágicos acidentes de 2017 e aquilo que é as ações regulamentares decididas politicamente, de limpeza, de desbastação e quis o legislador, seguramente com esta intenção, contribuir para um olhar diferenciado numa Comissão desta natureza, que não recolhesse apenas um conjunto de pessoas técnicas sobre a área, mas que permitisse a visão de outras pessoas do concelho e que representassem o concelho, ou no fundo, representassem as suas populações e representassem os seus territórios.

Pois bem, chegados aqui, de facto, a observação pareceu-nos pertinente e mostramos toda a abertura, em ampliar essa representação para além da primeira designação que foi feita em dezembro de apenas um.

Este assunto, foi tratada em Comissão Permanente, no passado dia 23 de fevereiro, foi tratada entre todos os representantes desta Assembleia Municipal e foi acordado entre as partes, que à semelhança da Comissão da Segurança, e da CPCJ, que a Mesa estaria completamente disponível para ampliar essa representação, de acordo com todos os partidos, de um para cinco, usufruindo da totalidade, que a Lei o permitia. Nesse sentido, aquilo que foi firmado como um acordo de cavalheiros em todas as partes, foi que cada Grupo Municipal indicaria o seu representante para completar o leque dos cinco, ou seja, seriam mais quatro, para além daquele que já tinha sido eleito.

À semelhança, como eu já referi de outras Comissões em que cabe uma representação a cada Grupo Municipal, como à CPCJ e Comissão de Segurança, foi então firmado este acordo, que cada Bancada (...), terá o seu momento, Senhor Deputado terá o seu momento, está bem? Terá o seu momento. Chegados aqui, parece não haver esse entendimento, se bem que eu também devo salvaguardar uma coisa. Uma coisa é a disposição e penso nisto fazer justiça ao Paulo Pinto porventura na intervenção que vai fazer, uma coisa é a predisposição do representante do Grupo Municipal na Comissão Permanente de tomar uma determinada diligência dentro do seu Grupo Municipal e depois não encontrar eco ou correspondência. Portanto, salvaguardo de facto essa posição, mas o que eu quero dizer é, chegados aqui, de facto, aquilo que foi conversado entre as partes e assumido de carácter provisório, porque naturalmente que o seu representante tem sempre que negociar e partilhar essas situações com o seu Grupo Municipal, o que se entende, obviamente, não há de facto esse entendimento, o entendimento é outro, para fazer o desfecho desta situação.

O que a Mesa propõe à Assembleia é um interregno de cinco minutos para que os Grupos Municipais possam negociar, porventura, uma lista conjunta de quatro nomes para o efeito. Se a Assembleia assim o decidir fazemos esse interregno para uma negociação ou então os Grupos Municipais têm todo o direito de apresentar uma lista com os quatro nomes que desejariam e aí partimos para um processo eleitoral, de ver quem desejariam ser eleito para a representação.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente, na minha perspetiva, nós não podemos ser omissos em relação à Lei, e a Lei está fundamentada que eu estive a ler isso. Ora se nós abrimos um precedente, nós estamos a contrariar a legislação em vigor.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Deputado, não havendo um consenso entre os Grupos Municipais, as Bancadas apresentam o seu nome e fazemos um processo eleitoral para eleger os representantes para esta Comissão.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:**

Senhor Presidente, eu vou só tentar ajudar, para ver se conseguimos fazer luz sobre isto. Houve um ato na Assembleia de dezembro, que tem que ser declarado nulo. Essa pessoa não está eleita. Atenção, a alínea b) do artigo n.º 1 do artigo 3 da Lei 76/2017, diz que podem ser designados até cinco membros, ou seja, nós quando procedemos à votação em dezembro, fizemo-lo sendo um ato nulo, não o devíamos ter feito, como tal, não há ampliação. Esse ato caiu. Agora parece-me de bom senso e é assim que a Assembleia deve funcionar, que se devam interromper os trabalhos e, na medida do possível, encontrar o consenso para propor à Assembleia.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Deputado Rui Sá foi essa a minha primeira observação à Assembleia Municipal, aquela designação foi feita ao abrigo da Lei 76/2017. Todos os Grupos Municipais estavam na posse da documentação que era possível eleger até cinco membros, na opção foi feito um, mas ninguém suscitou essa ampliação, nem o aumento do número de representantes na Comissão.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:**

Mas na certeza porém que o eleito na altura, não ficará prejudicado, certamente, os Grupos Parlamentares irão encontrar entendimento e essa mesma pessoa será proposta também.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Da mesma forma, Senhor Deputado, que quem foi eleito não pode ser prejudicado, teria de ser a Assembleia a destituí-lo de um ato que o fez e validou na eleição.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Não me parece que isto faça grande sentido, este diálogo até entre a Mesa e assim desta forma.

Para mim, efetivamente, o que tem que ser posto já à votação, é se queremos alterar a composição da Comissão ou não queremos.

Se quisermos então, sim senhor, partimos para esse ato eleitoral. Mas antes de mais, também quero comentar que acho extremamente interessante, como é que na altura ninguém consultou o artigo e a alínea da Lei e pacificamente aceitou-se a eleição de um elemento. Para mim está eleito e não haverá lugar a alteração dessa eleição. Mas se assim o entender esta

Assembleia, quem sou eu, para contrariar a vontade da Assembleia. No entanto a minha posição desde já, enquanto Deputado Municipal, é que se vote a alteração, ou não, da dita Comissão.

Quero também só completar, que não entendo muito bem, ainda alguém me há-de explicar, esta ansiedade, esta ânsia, de integrar uma Comissão que é eminentemente técnica, não tem nada de político, é constituída por polícias, por gente das estradas, por gente “disto e daquilo” e tem lá apenas dois políticos, enfim. Porque de resto, o trabalho desta Comissão é eminentemente técnico. Obrigado.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhores Deputados importa dizer que, por parte da Mesa, naturalmente, antes de qualquer eleição de possíveis membros para a integração desta Comissão, a Assembleia tem que deliberar sobre a ampliação do número de representantes, essa é a primeira votação. A Lei diz até cinco, nós fixamos o número.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

É só para comentar o simples facto e repetir aquilo que o Deputado Beça falou. Não percebo qual a celeuma levantada aqui neste ato, visto que o que estava acordado com o PSD era cada Grupo Parlamentar pôr o seu eleito, se há algum problema que aqui surja, eu gostava de perceber porquê, qual é a razão e motivo desta pequena alteração, que eu não estou a perceber. Era só isso, o agradecimento dessa explicação.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Que grande confusão vai nisto, mas a confusão é gerada pela Mesa, desculpem que lhe diga. Eu vou ler o ponto de trabalhos: “Designação de representantes das freguesias do concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta”. O Senhor Secretário, não pode ser um eleito e quatro designados, ou é tudo eleito ou é tudo designado, porque o eleito até pode dizer assim: “ó meus amigos, vocês aqui, para já não mandam menos porque eu sou eleito e vocês são designados”. O erro está da Mesa, sejam cinco, sejam quatro, sejam três, sejam dois, esse é o primeiro ponto. Em segundo lugar, se querem cumprir o que está aqui, deve haver uma proposta para não haver votação secreta, uma proposta para designar os membros que vão integrar essa Comissão. Mas segundo ouvi dizer, na Comissão Permanente designaram ser um de cada partido, o que eu não concordo. Já repararam? A CDU tem um membro e tem o direito de designar um membro? O CDS tem dois e tem o direito de designar, um? Eu acho que deve haver consenso, deve haver uma proposta e eu ponho já a minha proposta que é, entendo que deve ser assim: O PS deve designar dois, o PSD deve designar outros dois e os independentes, que são os que estão mais no terreno, os Senhores Presidentes de Junta, designarem um. E a proposta vai sem nomes, os Senhores depois designam aquele que já tinha sido eleito se assim o entenderem e é a melhor forma de sair disto, é haver uma proposta de designação sem nomes e os próprios partidos, depois, indicam quem é que vai ocupar esses lugares. Esta é a minha opinião.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Deputado Dinis Veiga, iniciou a sua intervenção, apontando porventura um erro da Mesa. Mas acabou por dar o reconhecimento a tudo aquilo que a Mesa disse, que foi de facto, partirmos para a designação e que essa designação se fosse pacífica e que cada um apresentasse seu membro, a Mesa acolhia. A Mesa não tem que interferir nesse processo e mais, recordo que a Mesa disse que estava disponível para abrir um espaço de cinco minutos para conciliação entre as Bancadas para ultrapassar o problema ou de fazer uma designação em conjunto ou em individual e cada um apresentava o seu. Acabou por corroborar tudo o que era a posição inicial da Mesa.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente participei numa reunião da Comissão Permanente, de forma genuína, aberta, como tem sido em todas as reuniões já realizadas até aqui. Foi-me proposto esta possibilidade, de um elemento de cada partido, aceitei e achei de forma simples, mas tive que vir junto da minha Bancada na reunião respetiva e deram-me conta, a palavra acordo de cavalheiros, parece-me excessiva.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhores Deputados, não há dúvida que eu interpretei as palavras do Secretário da Mesa José António Ferreira como não culpabilizar o Senhor Deputado Paulo Pinto, porque isso é normal. Uma Comissão Permanente tenta adiantar os assuntos e nem sempre é possível em termos políticos concluir-se isso, mas temos consciência disso, ninguém vai culpabilizá-lo dessa forma. Mas mais, deixem-me também esclarecer, ninguém o disse, que nessa Comissão Permanente e para haver equilíbrio de partes, com certeza é uma informação que o Deputado Dinis Veiga não tem e eu vou dizer-lha, o PS teve um entendimento imediato em que como já tinha um representante, cedia esse novo representante ao Grupo de Independentes, para não ter dois elementos do PS, é verdade, isso falou-se na Comissão Permanente. Claro que eu trouxe isto para a Comissão política, para a nossa, que aceitou, poderia não ter sido aceite e eu neste momento não estaria “encabulado” por isso, paciência. Mas foi esse o entendimento e realmente esse consenso não seria mau, porque quando o legislador resolve ampliar e nós na altura tomamos a decisão de ir só por um, uma questão que muitas vezes a gente complica, errado ou não, já está. O legislador resolve aumentar o número de políticos para que a representatividade política seja mais ampla, também mais ampla será se estiverem todos os setores da sociedade política e o conceito era esse. Então partimos nessa base, se não resulta vamos para outra, que era um membro do PSD, um do CDS-PP, um pelos Independentes nomeado também por eles, e outro pela CDU, pois o membro do PS já tinha sido nomeado. Temos cinco minutos para encontrar uma alternativa e vamos partir para ela. Pode ser?

----- **O Senhor Deputado Municipal António Martins (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Obrigado senhor Deputado José António.

Eu sou teu amigo por causa disso, vieste aqui hoje assumir dar a cara e eu fico contente que o tenhas feito. Porque assumiste aquilo que não devias ter assumido e deste a cara por aquilo que não devias ter dado. Mas por isso é que eu sou teu amigo, porque tu enfrentas as coisas, gostas de ser uma pessoa correta e isso é que é importante. Mas há aqui um aspeto que se calhar causou a dúvida em quem estava aqui em dezembro e agora parece que toda a gente está preocupada em pertencer à Comissão, que naquela altura também não se apercebeu do erro. Mas agora também já eu estou preocupado, porque se calhar para pertencermos à Comissão temos que ser Técnicos. Porque quando temos lá alguém do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), não sei que Técnico é que ele? Da Infraestruturas de Portugal (IP), não sei que Técnico é que ele é? Ou produtores florestais, também não sei que Técnicos são? Mas se calhar temos que ter um cartão, porque se não tivermos um cartão, não somos Técnicos das Comissões, e isso é que é preocupante. E se me permites, porque foste tu que deste aí a “cara”, com o devido respeito, a convocatória de dezembro dizia o seguinte: “A Comissão Municipal de Defesa da Floresta, nos termos da alínea b), do número um, do artigo três d), do Decreto-lei 124/2006”, e o que é que diz esta alínea d)? Diz que “um Presidente de Junta de Freguesia, designado pela respetiva Assembleia Municipal”, portanto, o pressuposto legal foi este. Se pegarmos na convocatória de hoje, já diz que é a “Designação de Representantes das Freguesias do concelho da Comissão da Defesa e Floresta nos termos da alínea b), do número um, do artigo três da Lei 76/2017, não é a mesma coisa. Portanto na altura, se calhar a pouca preocupação que houve por parte das pessoas foi terem ficado na primeira Lei de 2006 e não terem ido ler a outra. É normal acontecer isto e é um erro que toda a gente cometeu. Assumimo-lo, agora, o que importa aqui hoje é isto, eu levantei a questão, foi legítima e agradeço muito que a tenham aceite e porquê? Eu não sou Técnico, nem me envaideço para ser Técnico, nem quero ter um cartão para ser Técnico, mas sou um membro desta Assembleia, de plenos direitos como os outros sessenta que aqui estão e se a Assembleia concordar em alargar a Comissão, aos cinco membros, que o legislador quis dar, acho que é um contributo positivo que nós damos nesta Assembleia, essa é a realidade. Agora prende-se aqui uma questão? O que a Lei diz é que são os representantes das Freguesias, podem ser qualquer um dos sessenta e um que aqui está, como pode ser outros vinte e tal mil que pertencem ao concelho de Mirandela. A realidade é esta, portanto, resta à mesa dar a dignidade a esse órgão, à Comissão Municipal, e resta à Mesa aceitar que possa haver voz nessa Comissão, nomeadamente os representantes das Freguesias, que são eleitos e que estão nesta Assembleia Municipal, que são os Presidentes de Junta, e temos aqui pessoas que foram eleitas no Partido Socialista, temos aqui pessoas que foram eleitas no Partido Social Democrata, mas também temos aqui um Grupo de Independentes e foi isso que eu na altura disse ao Senhor Presidente da Assembleia, eu concordava que a composição da nova Comissão fossem dois de um partido, dois de outro partido e que fosse incluído o Grupo de Independentes nesta Comissão, porque eles têm tanta voz como nós, têm tanto direito como nós. E eu acho que é a vocês que vos compete isso, não é à Assembleia, é a vós. Vocês têm hoje uma ferramenta muito importante e já que são os amigos das Freguesias e se importam tanto pelas Freguesias de dar voz às Freguesias dentro dessas Comissões. Mas agora eu tenho uma dúvida, não sei se posso pertencer a ela, se o meu partido me designar? É que eu não tenho cartão de Técnico para lá estar.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados.

Eu também não sou Técnico, Senhor Presidente. Agora gostava de perceber, Senhor Deputado Dinis, qual é o direito que lhe assiste para dizer que a CDU não tem direito para estar nesta Comissão. Este era o primeiro ponto, era isso que eu gostava de perceber, qual é o direito que lhe assiste de o Grupo Parlamentar do PSD ter dois Deputados, porque os Senhores entendem que deve ter dois Deputados e o Senhor dizer que o PS deve ter também dois Deputados, porque o Senhor entende que tem o direito de dizer, que tem o direito de ter dois Deputados e a CDU ter zero. Portanto eu gostava de perguntar-lhe a si, qual é o direito que lhe assiste para dizer isso.

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados.

Na verdade, para quem anda há tantos anos a ser Deputado desta Assembleia, e eu que também já ando há muitos anos nesta e noutros lugares, receber uma lição de democracia, quando o 25 de Abril foi anteontem, um puro ostracismo aos eleitos, nomeadamente à CDU e ao CDS-PP, que não tinham direito sequer a voto, numa designação ou numa eleição dos representantes à floresta, eu lamento e quero registar isto, porque efetivamente não esperava. Conheço o Deputado Dinis há muitos anos, não esperava estar nesta Assembleia no dia 27 de Abril, dois dias depois do 25 de Abril e que raio de democracia, há quarenta e quatro anos transformou neste ato que eu acabei de assistir? Era só isso que eu queria registar.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Deputado Dinis Veiga quer exercer o direito de resposta?

Queria dizer que relativamente à intervenção do Deputado António Martins, a Mesa em todos os momentos deste processo incorpora exatamente esse espírito, a Mesa não tem que se pronunciar ou decidir sobre essa matéria, coloca o Plenário à votação, à ampliação para dois, para três, para quatro. Senhor Deputado Rui Sá, de um, até cinco, cabem os dois, o três e os quatro, cabe ao Plenário decidir essa ampliação, depois de decidir essa ampliação, conforme referiu o Deputado António Martins, é aos Grupos que cabe essa conciliação, essa designação e como dizia o Deputado Dinis Veiga, a partir do momento em que os Grupos entreguem na Mesa sob proposta de acordo, um conjunto de nomes, a Mesa aceita, designa-os por edital e fica o problema sanado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

É interessante Senhor Presidente e Senhores Deputados, é interessante dizer que anteontem foi o 25 de Abril. Muito bem, o 25 de Abril implantou a democracia. Que eu saiba, a democracia funciona, quem mais votos tem é quem mais vai representar. --- Agora não me venha ó Senhor Deputado da CDU, o Senhor tem o seu voto, vota a favor, vota contra ou abstém-se. Agora,..., desculpe, é o seu caso e é o caso do CDS-PP. O que não está correto e foi contra isso que eu me manifestei, é de querer esta Assembleia dizer, é um do PS, é um da CDU, é um do PSD, é um dos Independentes, e um do CDS-PP, está errado. Se há uma votação, vamos a votos, em democracia funciona a votação, não pode funcionar como funil. Desculpe, eu ouvi-o com atenção.

Não é correta, porque o Senhor tem uma democracia tipo funil, quando o Senhor quer ver os seus interesses, vê pela parte larga, quando quer ver os interesses dos outros, vê pela parte estreita. Desculpe, eu esclareci a maneira de ultrapassar este ponto, eu não impus nada. Quem vai impor e quem vai resolver o problema é a Assembleia.
Ora isso foi o que eu disse, o Senhor não percebeu.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Antes disso, já o tinha dito eu, dá-se a última palavra ao Deputado Agostinho Beça e tem que se encerrar por aqui e partir para as soluções.

A Mesa nunca impôs qualquer número, nem forma de designação, dando essa autoridade aos Grupos Municipais.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Esclarecer aqui o meu estimado colega, Rui Sá, que, na convocatória para 6.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017, foi mencionado o Decreto-lei n.º 124/2006, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017, é isto que eu queria esclarecer, estás-me a mostrar aquilo que eu te ia dizer. Rui, com franqueza, não percebo qual é a tua intenção, acabaste de ler aquilo que eu te li?

Que fique bem claro para toda a Assembleia, que o que o Senhor Deputado Rui Sá me mostrou foi exatamente aquilo que eu ia dizer. Decreto-lei n.º 124/2006 alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017, portanto, aquilo que foi posto no momento certo, foi o correto, não faz sentido essa afirmação.

Quero esclarecer também o Senhor Deputado António Martins, que não precisa de ter cartão nenhum de Técnico de nada. Atenção, nem isto da minha parte foi, nem é, nem será nunca uma atitude corporativista. Mas quero também que fique bem claro, que os Técnicos que vêm do IMT, da REN – Redes Energéticas Nacionais, da EDP, são normalmente Técnicos especializados nessa área e portanto, quando vêm para uma Comissão destas, vêm com conhecimento de causa, não vêm porque lhes apetece e porque politicamente é muito bonito estar numa Comissão destas. Esta Comissão é seríssima, já funcionou, já reuniu duas vezes, está constituída e está a funcionar muitíssimo bem e se lerem o *site* do Município já estão lá, pelo menos, mencionados muitos trabalhos que a Comissão desenvolveu. Obrigado pela vossa atenção.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Damos por terminadas as intervenções. Sujeitamos, então, à Assembleia Municipal, a decisão, votação de ampliação de mais quatro membros para esta comissão, esgotando a quota prevista na Lei, que é de cinco representantes.

Vai, então, ser sujeita à aprovação, a ampliação de mais quatro elementos para a Comissão, aliás, como sugerida por todas as partes.

Alguém vota contra?

O Senhor Deputado Dinis, acabou por pedir à Mesa, exatamente esse ato, de deliberar o aumento e que a Assembleia teria de se pronunciar sobre o aumento desse número. Porque quando a Lei diz até cinco, cabe-nos a nós decidir se é, mais um, mais dois, mais três, mais quatro, mais cinco.

Mas isso é a segunda componente da história, agora estamos a falar do número de pessoas.

A convocatória está no abrangente, que cabe tudo.

Quem vota contra a ampliação de mais quatro membros para esta representação?

Quem vota contra a ampliação de mais quatro, esgotando a quota possível, de cinco representantes nesta Comissão?

Ficando só um apenas.

Dezanove votos contra.

Quem se abstém?

Vinte e um votos de abstenção.

Quem vota a favor de ampliar mais quatro?

Oito votos a favor da ampliação de mais quatro, esgotando a quota de cinco.

Isto foi sujeito a votação. Quem votava a favor da ampliação, quem votava contra a ampliação, quem se abstinha. Foi isto que foi sujeito a votação.

Foi claramente dito que o que ia ser sujeito a votação era a ampliação para mais quatro para a representação Municipal.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:**

Senhor Presidente, posso fazer um ponto de ordem?

Esta votação vai contra o espírito que a Comissão Permanente tinha em conversações com o PSD.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Deputado Virgílio Tavares, mas esse foi desfeito a montante. O que foi sujeito a votação e que a Assembleia acabou de decidir, foi se ampliávamos ou não em mais quatro o número de representantes da Comissão, perfeitamente dito, perfeitamente claro, perfeitamente consciente quem votou.

A Mesa regista dezanove votos contra a ampliação para mais quatro membros nessa Comissão, apresenta 21 votos de abstenção e apenas oito votos favoráveis à ampliação do alargamento da quota de um para cinco, conforme prevê a Lei. Foi este o desfecho, foi claramente colocado à votação, em português limpo e “escoreito”. Portanto dá-se por encerrado o ponto da ordem de trabalhos e avança-se na ordem.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, com 19 votos contra, 21 abstenções e 8 votos a favor, não aprovar a ampliação do número de representantes das freguesias do concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta”.

“Declaração de Voto”

----- **O Senhor Deputado Municipal António Martins (PSD) disse:**

Eu votei a favor do alargamento da Comissão e quero agradecer à Assembleia, de facto a vossa colaboração para dar uma representatividade aos órgãos, para que haja uma maior representatividade, não só dos Grupos que estão na Assembleia dentro das Comissões.

Muito obrigado pelo vosso sentido de voto e nomeadamente à Bancada do Partido Social Democrata, estou extremamente agradecido.

Obrigado.

4.5 – “ Designação de Fiscal Único para o mandato 2017-2021.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 01 março de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a Designação de Fiscal Único da Resíduo do Nordeste, E.I.M,S.A;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para anunciar que a Bancada do PSD votará favoravelmente este ponto.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, com 37 votos a favor e 5 abstenções aprovar a Designação de Fiscal Único da Resíduos do Nordeste, E.I.M, S.A. para o mandato 2017-2021”.

“4.6 – “Proposta de aprovação de Despesas de Representação ao Pessoal Dirigente.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 29 de março de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a atribuição de despesas de representação, para cada um dos Chefes de Divisão, com efeitos retroativos à data da respetiva nomeação;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhora Presidente de Câmara, Senhores Deputados.

Senhora Presidente permita-me que neste ponto da ordem de trabalhos refira que no sentido oposto do que publicamente assumiu e que também consta na proposta de reestruturação de serviços que submeteu à reunião de 21 de dezembro de 2017 e aprovação nesta Assembleia realizada a 29 do mesmo mês, referia que a mesma visava a melhoria e a racionalização de custo. Contudo, a reestruturação orgânica efetuada e que está em vigor desde o dia 1 de março do corrente ano, tem como consequência imediata um aumento da despesa, o que facilmente se constata inclusive com a revisão orçamental que também já vai ser votada no ponto 4.9, pois verifica-se que a rubrica das despesas de representação é igualmente reforçada. Obviamente que o que está em causa não é o montante que é insignificante, mas sim o seu aumento.

Mas não foram apenas estas despesas que aumentaram com a estrutura orgânica, pois pese embora que o “folclore” político que propagandeou nomeadamente na Rádio Terra Quente com a entrevista do discurso direto do dia 10 de outubro de 2017, com referência à eliminação dos dez cargos de dirigentes de terceiro grau, o facto, é que tendo inclusive saneado politicamente esses cargos de direção, as despesas com a atual estrutura orgânica também aumentaram, tal como sem qualquer dúvida podemos afirmar que também aumentaram significativamente as despesas com os membros políticos dos Gabinetes de Apoio à Presidência e à Vereação que Vossa Excelência nomeou. Para quem pretendia reduzir despesas este é um deplorável exemplo de gestão municipal. Com este aumento de despesas fica demonstrado que a gestão do atual Executivo socialista está precisamente a ser efetuada em contradição do que a Senhora Presidente politicamente assumiu. Já com o exercício de funções de Presidente de Câmara argumentou que a eliminação desses dez cargos dirigentes da anterior estrutura e passo a citar, “a poupança que se vai verificar na despesa desses cargos dirigentes, será utilizada nomeadamente para comprar equipamentos para proteção individual e botas para os trabalhadores operacionais. Pois não obstante, estes aumentos de encargos estamos convictos que o Município não deixará de comprar os equipamentos em causa.

Neste enquadramento o Senhor Vereador do PSD Rui Magalhães, ao abrigo do estatuto de direito de Oposição foi atempadamente referindo que houve disponibilidade previamente à realização desta Sessão, informação necessária referente a estas despesas, para que assim houvesse termo de comparação a efetuar perante os Membros desta Assembleia.

Como Vossa Excelência ainda não disponibilizou qualquer informação, ficará esta confrontação para a próxima Assembleia Municipal, no entanto aguardamos, ainda que durante esta sessão explique o aumento de encargos.

A Bancada do PSD votará a favor.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente. Senhores Deputados.

Deplorável é a forma como o Deputado Paulo Pinto fala e a arrogância com que se refere a estas situações.

Saneamento político Senhor Deputado, provavelmente saberá o que é, mas é de outros tempos não é de agora. Realmente aquilo que trazemos a votação é a “Proposta de aprovação de Despesas de Representação ao Pessoal Dirigente”. Ainda ontem em reunião de Câmara foi disponibilizada toda a informação ao Senhor Vereador Rui Magalhães e com base nos cargos que nós estamos aqui a referir-nos da orgânica anterior, temos um Diretor de Departamento e as despesas de representação desse Diretor de Departamento são de 311,00€, quatro Chefes de Divisão 194,80,00€, dez Unidades Intermediárias de Terceiro Grau que não têm despesas de representação, mas têm um salário superior.

Quanto à orgânica atual sem referir nomes, a diminuição de despesa é de 34.786,49€ da orgânica anterior para 16.851,78€, sem falarmos de nomes, porque nós temos dirigentes que recebem por carreira e não por nomes. É óbvio que nós ao estarmos a nomear alguém de fora da Câmara temos mais despesa, mas também temos mais pessoal que fica livre eu até dei o exemplo do Vereador Manuel Rodrigues que deixou de ser Vereador, mas é funcionário da Câmara e é trabalhador da Câmara Municipal, portanto não houve nenhum saneamento político. Houve simplesmente a legalidade que o anterior Executivo deveria ter - como nós fazemos agora aqui - aberto o procedimento concursal, dos dez Dirigentes de Terceiro Grau. Nunca o fez e portanto estavam numa situação irregular, neste caso nós temos seis Chefes de Divisão com áreas de intervenção muito específicas e temos uma orgânica simplificada sem mais custos para a Câmara Municipal e para o Município. Eu julgo que deve abordar o Senhor Vereador Rui Magalhães que ele tem em sua posse todos os documentos que lhe foram ontem mesmo dispensados. Saneamento político nós não fazemos, deve estar a ver-se ao espelho.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhora Presidente, os números vou guardá-los, vamos analisá-los. Não aceito o termo de que a minha intervenção foi arrogante e que tive um discurso deplorável. Não foi os termos que utilizou? Não me parece Senhora Presidente, uma coisa é o debate político, porventura num momento ou outro mais excessivo, aquilo que a Senhora Presidente fez durante anos, desde 2010, quando estive no Executivo e na Oposição e outras pessoas que conhecemos de outros tempos pertencentes ao PS que o fizeram condignamente, porque as referências ainda hoje são as melhores e que eu guardo com isso o estatuto e o respeito que ganharam dos Mirandenses e em particular dos Socialistas. Gostava também, na qualidade das funções que aqui represento, ter a mesma dignidade e o mesmo respeito por aqueles que porventura durante anos fizeram aquilo que eu estou a fazer agora. Senhora Presidente, há bem pouco tempo a Senhora Presidente estava do lado de cá, agora a Senhora Presidente está do lado de lá, creio que o discurso não está empolado quanto a Senhora Presidente quer fazer parecer.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Só para discutir algumas situações. Eu estive com orgulho do lado de lá e sofri sempre alguma arrogância do lado de cá. Não posso é permitir o saneamento político, porque nunca em tempo algum este Executivo, fez saneamentos políticos, aliás aquilo que vamos fazer hoje que é a abertura do procedimento concursal dos seis Chefes de Divisão, é uma situação que decorre da Lei, situação que o anterior Executivo não fez com os dez nomeados políticos, se assim lhe quer chamar. Um ano antes das eleições, nomeados políticos, esses sim, e portanto, com respeito e total abertura e transparência para com todos os Mirandenses aquilo que nós podemos dizer é que vamos sempre honrar os nossos compromissos, com lealdade, com transparência e de forma a compor as contas públicas. Acho que é melhor ficarmos por aqui, porque de facto, muito há a discutir e o futuro dirá muito daquilo que fica por dizer.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Obrigado Senhora Presidente. Temos de encarar isto com alguma filosofia, porque o debate político é isto mesmo, contradição de ideias, isto é normal.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 46 votos a favor 6 abstenções e 1 voto contra, aprovar a Proposta de aprovação de Despesas de Representação ao Pessoal Dirigente.”

4.7 – “Prestação de Contas 2017.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 Abril de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do PSD e quatro abstenções dos membros do PS:

- 1 – Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2017 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação”.**

----- **Os Senhores Vereadores do PSD apresentaram a seguinte Declaração de Voto:**

“Declaração de Voto”

“Por manifesta falta de tempo para analisar com a exigível profundidade os documentos de prestação de contas e todos os documentos que lhe estão anexos, o PSD de Mirandela reserva essa avaliação mais cuidada para a próxima sessão da Assembleia Municipal de Mirandela e para a próxima reunião do Executivo.

Porém, como menos positivo salientamos uma execução de 34% das despesas de capital face valor orçado, que, apesar de tudo, ascenderam a 5.171374 €, apresentando um decréscimo de 35% comparativamente ao ano anterior.

Do que foi possível observar, concluímos e relevamos como positivo o seguinte:

- Os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão e de atividades traduzem globalmente um desempenho e uma gestão eficaz e eficiente do executivo anterior.
- Apesar de um grau de execução de apenas 60%, houve um aumento de receitas e despesas que possibilitaram investimentos importantes para os Mirandelenses.
- Verifica-se um aumento quer ao nível da receita (670.197 €) quer ao nível da despesa (953.697 €) relativamente ao ano transato e atendendo à evolução registada nos últimos quatro anos, denota-se uma estabilização dos valores executados à exceção do exercício económico de 2015.
- O quadro n.º 3 esquematiza o princípio do equilíbrio corrente e permite avaliar que a execução orçamental em 2017 culminou num saldo corrente superavitário, o que demonstra que as receitas correntes financiaram toda a despesa corrente e ainda parte do investimento realizado.
- A Autarquia efetuou transferências correntes no montante de 1.567.864 € e de capital 256.916 € que totalizaram 1.824.780 €, ou seja menos 45.235 € que no exercício económico anterior.
- Houve uma acentuada queda dos juros de empréstimos bancários e dos juros devidos pelo atraso dos pagamentos a fornecedores. Os juros pagos a instituições bancárias diminuíram 57.074 € em relação a 2016 no entanto, comparativamente ao ano de 2014 a redução foi de cerca de 460.000€.
- A média da dívida total é de 18.065.496,27 euros mas o limite da dívida total é de 27.098.244,41, a partir da qual se considera que o município está numa situação financeira difícil; embora o ideal seja diminuir a dívida total, sempre existe uma capacidade de endividamento de cerca de 9.000.000 de euros.
- O documento de prestação de contas afirma mesmo que “aquando da análise do gráfico n.º 1, verificou-se que despesa paga no exercício de 2017 aumentou 953.697 € relativamente a 2016. Observando o gráfico seguinte, infere-se que esse aumento provém das despesas de investimento, sendo sinónimo de uma boa gestão autárquica, pois o contexto de aumento de atividades municipais bem como de equipamentos em funcionamento, dificulta a diminuição das despesas correntes”.
- Finalmente convocar as conclusões do relatório da PKF que diz o seguinte:

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de Gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais. Julgamos que isso diz tudo e, como tal, o nosso voto será favorável.”

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues apresentou a seguinte Declaração de Voto em nome do Executivo em Permanência:**

“Declaração de Voto”

“A nossa Declaração de Voto vem no sentido de esclarecer o nosso voto de abstenção e poderemos falar em três razões objetivas, pelas quais nos vamos abster, relativamente a este ponto da Ordem do Dia, a Prestação de Contas 2017.

Por um lado, estamos perante um documento que reporta a situações até 21 de outubro, que são do anterior Executivo, por outro lado, está a decorrer uma auditoria financeira, cujos resultados vão surgir no final do mês de abril e portanto todas as situações que poderão estar em causa e que não estão naturalmente vertidas nesta Prestação de Contas, não teríamos outra solução senão abstermo-nos em relação a esta Prestação de Contas.

Estamos a falar aqui numa dívida de 18 milhões de euros, sem as participadas e é bom que fique claro, o que também justifica esta situação, é que por exemplo, isto só para dar o exemplo, nas contas da AIN, durante os anos de 2016 e 2017, a Câmara Municipal deveria participar com 138 mil euros e só o fez com 120 mil euros, há uma diferença de 18 mil euros em cada ano, comparativamente com as prestações que o Município de Vila Flor participou.

Para além do aumento que nós pedimos agora aqui, que é o Contrato Programa assinado com o Município de Vila Flor, nós devemos ainda à AIN, pelo encontro de contas os dois anos, ou seja, 36 mil euros, estes 36 mil euros deveriam ter sido pagos, justamente pagos, à AIN, como fez o Município de Vila Flor, durante os últimos dois anos e perfazem trinta e seis mil em falta, pelo menos perante o nosso parceiro, o Município de Vila Flor.

Em relação à Declaração de Voto, justifico assim a nossa abstenção, julgo que fica claro para todos os Mirandelenses, que sem querer pôr em causa, o Relatório e a Prestação de Contas, julgamos que por uma questão de transparência, de coerência e dos valores e de ética a nossa abstenção vai nesse sentido.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Senhor Presidente, Senhores Secretários.

È só para informar que o Grupo do PS se vai abster nesta votação, uma vez que, logicamente, reportando-se a um exercício económico de apenas dois meses por parte deste Executivo, não faria sentido nenhum votar, nem a favor, nem contra, portanto será a abstenção a nossa posição. Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Antes de mais agradecer à Mesa o facto de eu não estar presente mas ao mesmo tempo considerarem aqui a minha inscrição neste ponto.

Relativamente à Prestação de Contas que nos foi apresentada, há algumas notas que me parecem importantes dar:

A prestação de contas confirmou a redução de dívida, tanto de capital como a fornecedores, observando uma queda acentuada dos juros de empréstimos bancários, dos juros devidos pelos atrasos nos pagamentos a fornecedores;

Por sua vez, a dívida com empréstimos diminuiu aproximadamente dois milhões de euros. O que significa que se conseguiu pagar empréstimo, reduzir dívida e, ainda, realizar importantes investimentos no futuro, como a reabilitação do parque escolar de Mirandela, com destaque para a Escola Secundária de Mirandela e para o Edifício da EsACT.

O limite da dívida também sofreu um aumento, fruto desta capacidade de reduzir dívida e de captar fundos comunitários. Ao contrário do que se quer passar a dívida do Município situa-se nos dezassete milhões de euros, ascendendo aos dezoito milhões com as participadas.

E aqui tenho que dizer à Senhora Presidente que na certidão da Prestação de Contas a vejo falar sobre a dívida das participadas, sugerindo que a dívida não é real. Eu sei que gostava que não fosse, no entanto, anualmente, as participadas apresentam a dívida e fazem a sua consolidação de contas com o Município de Mirandela, por isso aqui é importante esclarecer, que a dívida legal e o que está disposto nesta Prestação de Contas é efetivamente a dívida do Município.

E também esclarecer sobre a situação que levanta sobre a questão da dívida das participadas, mais exclusivamente da AIN, em que é dito se o Município deve ou não deve dezoito milhões ou trinta e seis milhões à AIN, essa dívida é do Município e não da participada, por isso aqui a dívida da participada não altera em nada.

Verificou-se, também, um aumento das receitas, fruto da captação do investimento, através dos fundos comunitários. O orçamento foi revisto três vezes para o aumento da verba de projetos que constavam no orçamento mas que esperavam mais dotação através de fundos comunitários. Este aumento reforça a qualidade dos projetos candidatados e o potencial crescimento que Mirandela tem.

A taxa de execução é de 60% e não podemos afirmar que esta é uma taxa ótima, obviamente, no entanto, é em si uma taxa apelativa, uma vez que continuamos a executar mais que no ano de 2016.

O que, conforme nos diz o documento, na sua página quinze, é fruto de uma boa gestão autárquica, onde se procura reduzir as despesas sem que isso se traduza numa redução acentuada dos investimentos. A atividade do Município tem vindo, constantemente, a aumentar receitas, as despesas a diminuir e o investimento é cada vez maior.

Uma boa gestão autárquica, aqui, também, reconhecida por si!

Resumindo, o documento apresentado segue as normas legais em vigor, a apresentação da certificação por auditor externo e reflete a atividade do último ano, no que respeito à execução orçamental e posição financeira do Município. Este documento corresponde com todo o normativo técnico e legal, pelo que, se mostra irrepreensível no cumprimento do seu objetivo.

Conforme o nome o indica, a Prestação de Contas pretende apresentar os números, os factos reais e concretos do que se passou no último ano, sendo um documento técnico e factual de responsabilização e transparência, não sendo, propriamente, um documento político ou uma obra de construção ou interpretação literária.

No entanto pretendo também fazer outra análise desta Prestação de Contas, e aqui tenho que dizer que o PS faz aqui um número, no mínimo, caricato.

Conforme disposto na Lei n.º 75/2013, compete a esta Assembleia, aprovar sob proposta da Câmara Municipal, apreciar e votar os documentos de Prestação de Contas.

E é também, competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de Prestação de Contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Assim sendo, a Câmara Municipal é responsável por elaborar a Prestação de Contas que posteriormente é apresentada à Assembleia Municipal, onde é discutida e votada.

Até aqui, tudo muito bem!

Mas, pasmem-se, o Partido Socialista, responsável por elaborar e aprovar a Prestação de Contas, opta por apresentar o documento e no momento da sua aprovação, desvincula-se do documento, votando em abstenção.

Na Declaração de Voto, a Senhora Presidente diz que votam em abstenção e diz que pode falar em “três razões objetivas”, conforme está no documento:

1. “Por um lado, estamos perante um documento que reporta a situações até 21 de outubro, que são do anterior Executivo”. Lamento informar a Senhora Presidente mas estamos perante um documento que reporta as situações até 31 de dezembro e não até 21 de outubro. Recordo que a Senhora Presidente, quando assumiu a Presidência da Câmara, assumiu o presente, o futuro e o passado da Câmara Municipal de Mirandela. Por isso, os documentos que apresentam retratam a posição da Câmara Municipal de Mirandela e por isso, dizem respeito à Câmara Municipal de Mirandela e não a Executivos passados ou vigentes. A sua competência é elaborar e apresentar os documentos de Prestação de Contas da Câmara para 2017 e não de outubro a dezembro de 2017. As Autarquias Locais obedecem ao princípio da continuidade e, como tal, a responsabilidade não muda quando entra qualquer Executivo.

2. “por outro lado, está a decorrer uma auditoria financeira, cujos resultados vão surgir no final do mês de Abril”. Todos nós sabemos que investiu mais de 50.000,00 € no resultado desta auditoria. Por isso, importa questionar: há alguma coisa que esta Assembleia deva saber? Se baseia a sua abstenção no facto de estar a decorrer uma auditoria financeira, cujos resultados sairão em Abril, então é porque há factos que são importantes e que deviam ser conhecimento desta Assembleia e não estão vertidos na Prestação de Contas ou então pretende, apenas, semear a discórdia, lançar a suspeição e o fumo negro sobre a atual Prestação de Contas. Sendo qualquer uma destas situações, a Senhora Presidente pretende ludibriar esta Assembleia, trazendo aqui um documento de Prestação de Contas em que não confia, que não espelha a realidade do Município, segundo a sua visão e que poderá ser contrariado ou não pela auditoria financeira.

3. Na Declaração de Voto, não é clara qual é esta terceira razão objetiva, mas depreendo que seja a questão das dívidas e das participadas. Novamente, fumaça! Continua a tentar que os números lhe agradem e nem que para isso contrarie a Certificação Legal de Contas, o Tribunal de Contas e os restantes organismos que apontam para uma dívida total de dezoito milhões de euros. E que subscreve, você subscreve esta dívida, uma vez que assina esta Prestação de Contas, que diz exatamente isso e se tiver dúvidas pode consultar o quadro quinze, na página 28, onde está expressa, então, a dívida total do Município.

Chegados ao fim das três razões objetivas, percebemos que não são razões e muito menos são objetivas.

O Partido Socialista apresenta um documento à Câmara e à Assembleia e é um documento elaborado pelo Partido Socialista, que foi apresentado pelo Partido Socialista e, no entanto, chamados a votar, retiram a confiança ao documento e votam em abstenção, ou seja, pedem a esta Assembleia que aprove um documento elaborado por eles no qual não acreditam, do qual desconfiam e do qual lançam suspeição de não refletir a verdadeira realidade do Município.

Como se isto não fosse suficiente, vemos uma total confusão de posições relativamente a estes documentos. Ora assumem a sua autoria, ora abstêm-se, um verdadeiro filho bastardo.

Começando pela Proposta, no documento de apresentação da proposta de Prestação de Contas, assinado pela Senhora Presidente, diz que: “Os documentos de prestação de contas, obedecem a modelos uniformes apresentados ao longo dos pontos 5, 7 e 8 do POCAL e em instruções do Tribunal de Contas (Resolução 4/2001, de 18 de agosto).”
Ou seja, os documentos apresentados seguem as normas estabelecidas tanto pelo Sistema de Contabilidade como pelo Tribunal de Contas. Então qual é o problema do documento? Porque é votado em abstenção e não é aprovado, uma vez que cumprem os pressupostos legais?

A PKF, reconhecida e certificada consultora internacional, parceira do Município e cujo profissionalismo não pode ser posto em causa, diz-nos na certificação legal de contas que: “as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Mirandela em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.”, numa auditoria efetuada “de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas”.

Então Senhora Presidente, qual é o problema do documento? Porque não foi aprovado pelo PS esta prestação de contas?

Em suma, este Executivo apresenta-nos um documento por si elaborado, que cumpre todos os requisitos Técnicos e legais, que apresentam a verdadeira imagem da situação do Município de Mirandela, mas o PS resolve retirar a confiança ao documento, “chutando” a responsabilidade de o aprovar para a Assembleia Municipal, lavando as suas mãos.

Não conseguimos compreender nem aceitar esta tomada de posição. Assim, faço quatro questões à Senhora Presidente:

Concorda ou discorda do documento que apresentou à Câmara Municipal?

Concorda ou discorda que o documento espelha a real imagem do Município?

Aceita ou não aceita a certificação legal apresentada pela PKF?

Deve ou não deve esta Assembleia aprovar este documento?

Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

Relativamente ao documento de Prestação de Contas de 2017, é com bastante satisfação que vemos notar que a Senhora Presidente teve em consideração as críticas que lhe foram efetuadas relativamente à apresentação gráfica do Orçamento 2018, de facto este documento está com uma apresentação mais satisfatória.

No entanto, o ponto essencial que queremos salientar nesta Prestação de Contas de 2017 é a Redução da Dívida Total do Município relativamente ao ano anterior e que sobressai uma margem bastante superior a 8.000.000,00 € relativamente ao limite da dívida legalmente previsto e calculado pela Direção Geral das Autarquias Locais.

Este resultado é da maior importância política, porque contraria as declarações que a Senhora Presidente tem vindo a proferir publicamente, relativamente à grave situação financeira do Município.

Destaca-se ainda que, vários fornecedores do Município de Mirandela têm frequentemente referido que nunca estiveram a receber tão tardiamente como está agora a acontecer, não se compreendendo pelo facto de o saldo disponível para pagamentos de 675.000,00 € conforme constam nos Mapas da Prestação de Contas, informação plasmada nas páginas 79 e 89 no valor exato de 675.202, 22 €.

Não queremos acreditar que o atraso nos pagamentos seja uma estratégia política propositada para fundamentar as falsas declarações que tem vindo a proferir relativamente à situação financeira do Município, ou servindo apenas para mascarar a péssima gestão de prioridades do atual Executivo Socialista.

Em relação à Declaração de Voto, quando justifica a sua abstenção, pela existência de uma dívida de 36.000,00 € por parte do município de Mirandela à AIN, é de todo muito redundante, sem jeito, ainda mais justificada por questões de transparência, de coerência e de ética, não nos parece que seja o caso.

Contudo, a Bancada Parlamentar do PSD votará favoravelmente este relatório de Prestação de Contas do anterior Executivo.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara e restante Executivo Municipal, caros Colegas, minhas Senhoras e meus Senhores.

O assunto que me leva a intervir neste ponto da Ordem do Dia, tem a ver com a orientação de voto do Executivo, principalmente com a sua justificação ou simplesmente a falta dela.

Lendo a Declaração de Voto da Senhora Presidente que vincula todo o Executivo em permanência, não consigo senão manifestar a minha total estupefação, quanto ao sentido de voto como com o conteúdo da mesma Declaração de Voto.

Primeiro, como é possível o primeiro subscritor de um documento formal, oficial e absolutamente fundamental para a Gestão Autárquica, ter-se absterido na sua votação?

A Senhora Presidente não governou esta Câmara por pelo menos dois meses e dez dias, durante o ano de 2017?

Este documento supervisionado pelo seu Executivo foi produzido baseado em evidências contabilísticas e outras que certamente serão validadas pelo Tribunal de Contas e pela Direção Geral das Autarquias Locais e aqui se inclui o seu período de governação, ou não? Ou também se abstém da sua governação? Porque por esta sua decisão nós podemos inferir uma decisão idêntica para a Prestação de Contas de 2018?

Segundo, continuando a surpresa, quando lemos a sua Declaração de Voto, justificando a vossa abstenção, consideramos que fica tudo menos claro o porquê de tal orientação.

A Senhora Presidente começa por invocar três razões objetivas para justificar a abstenção. Mas certamente por culpa minha e após várias leituras atentas ao documento, só consigo ficar, ainda mais confuso. Eu passo a explicar: a única razão objetiva que consegui encontrar ser talvez o facto de ter iniciado funções a 21 de outubro e pensar que poderá ser corresponsável por algum ato de gestão anterior a essa data. Mas quanto a isso, deixe-me dizer-lhe que não corre qualquer risco. Em primeiro lugar porque não era a Senhora Presidente que se encontrava em funções e muito menos existirão factos que sejam passíveis de uma censura formal.

Da continuada leitura da Declaração de Voto, encontro quanto muito, mais uma razão e esta subjetiva que é o facto de estar a decorrer a sua análise financeira a processos do Município em exercícios anteriores. Mas permita-me dizer-lhe que, ou os

resultados já existem, ainda mesmo antes de serem produzidos, o que honestamente não quero acreditar, ou então a Senhora Presidente daqui a pouco vai ter que arranjar uma outra justificação para os seus atos de gestão. Sim? Porque agora são os seus atos de gestão, não são de outros.

Quanto à sua referência às transferências financeiras para a AIN, não creio sinceramente fazerem qualquer sentido para justificar o sentido de voto assumido por Vossa Excelência.

A minha perplexidade fica, ainda, mais assinalada, quando se encontra na página quinze do documento produzido pelo vosso Executivo, aonde a Senhora Presidente, é a primeira subscritora, nomeadamente a questão da reunião do relatório da Prestação de Contas e diz, eu vou passar a citar: “Observando o gráfico seguinte, infere-se que esse aumento provém das despesas de investimento sendo sinónimo de uma boa gestão autárquica pois o contexto de aumento de atividades municipais, bem como, de equipamentos em funcionamento dificulta a diminuição das despesas correntes”, o que eu acabei de citar está na página quinze do documento de Prestação de Contas.

Senhora Presidente, não será esta a verdadeira razão do seu sentido de voto? Ou seja, a incapacidade de reconhecer as externalidades positivas da anterior governação?

Quanto ao seu último parágrafo e passo a citá-lo: “julgo que fica claro para todos os Mirandenses que sem querer pôr em causa, o Relatório e Prestação de Contas, julgamos que por uma questão de transparência, de coerência e dos valores e de ética, a nossa abstenção vai nesse sentido”.

Excelentíssima Senhora Presidente, na minha humilde opinião esta sua declaração torna tudo menos claro, não é por se invocarem valores como a transparência, a coerência e a ética que eles se materializam, como diz o povo, “não é por invocarmos o santo, que ele vai aparecer”.

Permita-me só dizer-lhe mais uma pequenina coisa: quando no corrente ano a Senhora Presidente for cortar fitas e inaugurar com pompa e circunstância, obras planeadas e/ou iniciadas até 21 de outubro de 2017, refletidas no relatório de Contas que se a Senhora se absteve, a Senhora vai fazer o quê? Abster-se? Ou nessa altura as questões de transparência de coerência, dos valores e da ética a farão esquecer a sua orientação de voto de hoje?

Disse.

----- O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta e Público.

Realmente aquilo que disse o senhor Deputado Carlos Ventura era aquilo que eu de uma certa maneira vinha aqui também dar a minha opinião. Mas ele foi incisivo em termos de situações que aqui neste púlpito mencionou e que eu concordo plenamente. Portanto, eu fiquei, em relação, àquilo que eu iria dizer é uma questão de eu me tornar, a repetir em relação ao contexto. Mas, eu vou só aqui fazer uma narrativa. Se nós repararmos para as indicações de evolução do endividamento pelo Município, em relação às prestações de contas de 2017, através da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), nós verificamos que excluindo as dívidas não orçamentais e as exceções previstas na Lei 73/2013, o Município de Mirandela, é, e repito aqui, alto e bom som e posso mostrar isso, o grau de endividamento municipal, em termos de distrito, Mirandela, em 2017, estava no índice mais baixo, a que na DGAL correspondia os tais 18.192.000,00€.

Portanto, se nós verificarmos o grau de endividamento, que tem aqui a percentagem de dívida em relação à receita, quais são os concelhos com mais dívida, aqui no nosso distrito?

Alfândega de Fé, Macedo de Cavaleiros, Moncorvo, Miranda do Douro e também Freixo de Espada à Cinta. Mirandela está de 7 a 50% do endividamento. Está aqui, eu não estou a inventar nada, isto foi tirado da DGAL e está aqui na DGAL, em termos de endividamento, Mirandela, 18.192.000,00€. DGAL, Direção Geral das Autarquias Locais, eu não estou a inventar nada, eu quando aqui venho falar argumento-me. Eu não estou aqui a dizer nada que não exista, há dados que estão lançados, Freixo de Espada à Cinta e Alfândega da Fé, são os Municípios do distrito com maior endividamento *per capita*. Atenção, vejamos isso, não estamos aqui a falar de Mirandela, não estamos aqui a falar de Bragança, não estamos aqui a falar de Carrizada, não estamos aqui a falar de Vila Flor, não estamos aqui a falar de Vinhais, não vamos aqui a falar de Vimioso, portanto é preciso que se compreenda isto. E a prestação de contas é uma situação caricata, quer dizer, eu acho que de certa maneira o “peixe morre sempre pela boca”, há pouco o Deputado Carlos Ventura disse “não é por invocarmos o santo, que ele vai aparecer” mas eu acho que às vezes pedimos o milagre e o milagre não aparece e nós queremos a cura, para isso e isso não nos aparece. Há-de chegar a uma altura que esse milagre vai acontecer, é o milagre das rosas e dos jardins e portanto, é uma consonância de uma narrativa, em que a democracia de hoje e isto digo-o com extrema desilusão mesmo, a democracia para mim hoje está falida a *demo kratos*, como assim dizia na antiga Grécia que era o domínio do povo, está falido e então arranjam-se hoje situações mirabolantes, facciosas, de irresponsabilidade em que quem está na elite, pensa que os outros são mentecaptos. Os mentecaptos às vezes talvez alguns se deixem apanhar pela rede, está muito bonito hoje a rede. A rede que até hoje mais do que nunca vê-se a correlação que hoje há das forças governamentais e da judaização da política em termos desses circuitos mirabolantes que acontecem diariamente nas nossas crises de identidade, de uma nação, que muitas vezes é demagoga. O que eu tenho a dizer também e se quiserem ver isso vão ao portal da transparência municipal que tem lá tudo isso, o que é a transparência municipal. Em Mirandela, nas contas de Mirandela, ela por acaso não está muito nos limites dos trezentos e tal municípios, está no meio dessa transparência municipal, em termos de contas. Atenção, eu não estou aqui a lançar uma falácia, isto é uma verdade que eu tirei e estas situações, são situações importantes que devem muitas vezes servir de esclarecimento às pessoas. Eu acho que as pessoas devem exigir a informação e devem exigir que essa informação seja dada e que as pessoas verifiquem e assumam da sua parte o que é a transparência, o que é a democraticidade dessa transparência e o que é a mais-valia em termos democráticos, para termos uma Câmara transparente, uma Câmara, portanto o que pede a Senhora Presidente e eu concordo plenamente com ela, transparência, mas transparência no bom sentido da palavra, não é andarmos aqui em pícaros de pés e quando a transparência não nos serve, atiramos com a transparência para o lado.

Se nós assumimos um eixo de responsabilidade, nós temos que nos responsabilizar, seja aquilo que for, portanto eu acho que nesse sentido a Declaração de Voto que fez a Senhora Presidente, foi uma Declaração de Voto que eu fiquei um bocado triste quando li isto. Portanto, acho que não tem uma razão justificativa, plausível para mencionar estas situações que muitas vezes em termos de partidos de governação existem, há diretrizes, há o contraditório, destas situações que muitas vezes a nós nos passa despercebido e que a Senhora Presidente aqui colocou mas não vejo a vantagem política para que de hoje para amanhã a

Senhora Presidente está anexada a este documento e portanto tudo o que vai inaugurar seja de estradas ou o que está a fazer a CAPSFIL com o Grupo Mota-Engil, o que está a fazer o Santuário de Nossa Senhora do Amparo, está subjacente, a um orçamento de 2017 e é esse orçamento, em termos de obra, que a Senhora Presidente vai inaugurar e oxalá que seja para breve. Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Virgílio Tavares (CDS-PP) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Eu só queria no meio deste “barulho” chamemos-lhe assim, ou seja, nós temos aqui por um lado uma Prestação de Contas de 2017, temos um PSD que esteve no poder cerca de dez meses, ou à volta disso, e vai votar a favor, embora não concorde com o que o PS tem feito nos dois meses e pouco do ano passado. Temos por outro lado, o PS, que vai abster-se na medida em que tem precisamente esse tempo reduzido e portanto o outro tempo era do anterior Presidente. Nós perante isto, porque esses argumentos também não me convenceram, porque isto das estatísticas nós sabemos como é que é, não se pode comparar o Município de Mirandela com o Município de Freixo de Espada à Cinta, com seis mil ou seis mil e “picos” habitantes. Isto é como aquela estatística, toda a gente sabe disso, eu como meio frango, o meu colega vai comer um e meio, comemos uma média de um frango cada um, é mentira que eu só comi meio, isto é a estatística sabemos que é assim, portanto não me convence e claro também da parte do Executivo acho que os argumentos também não me convencem, portanto, nós vamos abster-nos.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Esta intervenção vamos fazê-la em duas partes, eu faço a primeira, a intervenção política, depois passaremos a uma intervenção técnica pelo Vereador, José Miguel Cunha, que nos falará mais especificamente sobre as contas e o estado de arte relativamente às contas. Este documento em primeiro lugar não foi elaborado pelo PS, não foi apresentado pelo PS, e por isso, acho que há aqui um erro grave quando se referem ao Partido Socialista, na elaboração do documento. Quem elabora o documento e quem apresenta o documento é o Município de Mirandela, do qual eu sou a responsável eleita pelo Partido Socialista, e portanto, há uma situação que eu queria partilhar convosco. Honrar os compromissos da Câmara Municipal é o papel de qualquer Presidente da Câmara, tudo aquilo que se encontra enquanto dívida registada e tudo aquilo que são projetos do futuro que estão aprovados com impactes territoriais, foram assinados pelos vários Municípios na Comunidade Intermunicipal, na DESTAQUE, em todas as organizações.

De facto a luta política não justifica tudo, ou seja, a verdadeira imagem da Câmara Municipal é muito mais importante e o respeito para com os Mirandelenses e quando tratamos de dinheiro público, é esse dinheiro público que nos merece o máximo respeito. Por isso e porque este documento é um documento que se reporta a dez meses de gestão autárquica do anterior Executivo, decidimos em conjunto votar abstenção.

Nós não reprovamos o documento, a verdade é que se nós tivéssemos votado contra o documento não passaria. Portanto quando nós votamos abstenção, sabendo que o PSD iria votar a favor o documento foi aprovado em reunião de Câmara e vem à Assembleia Municipal para ser aprovado, porque votando contra, digo e repito, o documento não seria aprovado.

Falamos em consolidação da dívida, a consolidação da dívida é apresentada, só em junho de 2018. Portanto, esta prestação de contas não entra com a dívida consolidada, e portanto, para esclarecer o jovem Deputado Nuno Magalhães, nós apresentamos a consolidação da dívida no mês de junho. Estamos agora a ver a Prestação de Contas do Metro Ligeiro de Mirandela, da AIN e de todas as participadas. Quando fala em ser caricato, apreciar e votar as contas, a votação foi pensada, a abstenção foi pensada, foi ponderada e é um ato coerente que representa acima de tudo uma confiança nos Mirandelenses e acima de tudo uma confiança no futuro do Município de Mirandela com uma boa Gestão Autárquica, situação que não tem acontecido até aqui. Quando nós falamos em auditoria financeira na verdade está a decorrer uma auditoria financeira e vamos ter resultados daqui a 30 dias e quando falamos na diminuição da dívida, a dívida foi feita à custa essencialmente, não da diminuição da despesa mas essencialmente do pagamento de empréstimos e portanto existiu a redução da dívida. O tempo médio de pagamento a fornecedores, Senhores Deputados, é de cinco meses, nós estamos a manter o tempo médio de pagamento a fornecedores e temos, infelizmente, fornecedores que só agora doze e treze anos depois se lembraram que agora é que têm para receber da Câmara Municipal e têm dívidas da Câmara Municipal e nos batem à porta a dizer que lhes foi prometido durante este ano todo e temos aqui alguns Deputados que conhecem bem algumas situações e que não poderão fugir delas. Porque é que não foram antes? Porque pertenciam ao mesmo partido político? Infelizmente é isto que se passa.

Em relação às questões das obras, é óbvio que as obras estão em andamento, as obras são do Município de Mirandela, não são do Presidente A, nem do Presidente B. As obras são de quem e temos tido algumas conversas sobre se as obras são de quem as paga ou de quem as manda fazer, mas isso não é importante. O importante acima de tudo é que as obras sejam feitas, que sejam pagas a tempo e horas, porque podem acreditar que nenhuma escola seria concretizada se não estivessem a receber o dinheiro os empreiteiros. Por isso, quando falamos em pagamentos aos empreiteiros podem ter a certeza que tem sido feito um esforço enorme para manter estas obras todas que foram lançadas antes das eleições e para que tudo esteja pronto a tempo e horas.

Passo agora a palavra ao Vereador José Miguel Cunha, que nos vai dar uma explicação sobre a parte financeira.

----- **O Senhor Vereador da Câmara Municipal José Miguel Cunha disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, restantes Membros da Mesa, Senhora Presidente, caros Colegas do Executivo, Senhores Deputados, e Público.

Muito boa tarde sobre as questões levantadas aqui, sobre a Prestação de Contas, em que o Deputado Nuno Magalhães, referiu que todos os valores da dívida baixaram durante o ano de 2017, não se confirma. Baixou sim os valores dos empréstimos em cerca de 1.500.000,00€ mas a parte da dívida a fornecedores aumentou. Aumentou 600.000,00€ a dívida a fornecedores de imobilizado, para quem não saiba, é a parte dos empreiteiros aumentou em cerca de 650.000,00€ a parte dos restantes fornecedores.

Fazendo o balanço, realmente a dívida baixou cerca de 900.000,00€, mas estamos a falar do abaixamento da dívida às custas dos empréstimos, que é normal, não havendo novo empréstimo, ano após ano, esse valor vai baixando. Por isso, podemos verificar o aumento da despesa com os fornecedores, não é só obras, como muitas vezes se fala que é devido às obras que estão a decorrer, não, também houve aqui um aumento dos fornecedores em geral. Por isso baixou, é importante para o Município que possa baixar a dívida, mas não, centrado nos empréstimos, mas no geral, ao qual eu acho que devemos ter mais contenção nas despesas dos

fornecedores.

Quando dizem que havia em saldo, no fim do ano, cerca de 650.000,00€, porque é que não foram pagos os fornecedores? Para que os Senhores saibam no final do ano 2017, a 30 de dezembro, como acontece a cada trimestre, a EDP efetua o pagamento das rendas da iluminação pública, cerca de 270.000,00€ e foi transferido nesse dia, esse valor, por isso aumentou o valor em caixa. Como também temos muitas vezes retido os valores dos funcionários para pagamentos da TSU, da Segurança Social, todas essas despesas que tem de ser o Município a reter para depois pagar ao Estado.

Quero lembrar que esta prestação de contas foi elaborada pelos serviços. Os serviços fazem fotografia do que é o Município, do que está no POCAL, não será o órgão político a fazer este documento, nem a alterar qualquer valor. Como a auditoria é feita por uma entidade independente que está a fazer o estudo da realidade do Município, iremos ver os resultados.

Se me perguntarem a minha expectativa é que até nem encontrem nada de mais, mas a nossa consciência tem que estar tranquila sobre como recebemos as contas do Município. Sobre a Prestação de Contas também falar aqui da parte da execução do orçamento, que andou na casa dos cinquenta e tal por cento. Quero lembrar que nós vamos receber um aviso, devido a essa situação, do Tribunal de Contas, porque a Lei sobre o POCAL refere que a execução orçamental tem que estar na casa dos 85%. Iremos receber esse aviso, como recebemos em anos anteriores. O que pode acontecer de um dia sermos penalizados por essa situação. Em relação ao relatório da PKF, eu fiquei triste pela referência não vir aí vinculada, posso dizer que numa outra Associação à qual o Município tem ligações, em que a PKF também faz auditoria, a Prestação de Contas, também aconteceu este problema e que não identificou essa situação e que devia ser da sua responsabilidade e vão ser chamados, o porquê de não referir isso, porque é da sua responsabilidade também comunicar à sua entidade que as contas aqui ou ali podem sofrer algumas alterações.

Sobre o pagamento médio aos fornecedores eu posso referir quando entramos no Município, durante o mês de novembro, nós entramos no final de outubro e depois fazer a passagem dos acessos às contas bancárias, efetuamos pagamentos ao mês de junho, estamos a falar de cinco ou seis meses. Este mês iremos fazer o pagamento, dificilmente se calhar iremos conseguir pagar a todos os fornecedores, referente ao mês de novembro.

Agora sobre os pagamentos aos fornecedores, nós estamos a ter uma justiça de pagar a todos ao mesmo tempo referente àquele mês, até há pessoas que o PSD conhece muito bem, já me referiram que anteriormente isso não acontecia com eles, “comigo isso não acontecia, era pago a horas”, não sei se havia uma visão diferente dos fornecedores, mas acontecia isso.

Agora eu não ouvi falar os senhores Deputados e até felicitar o Executivo, na informação que receberam da Senhora Presidente dos valores em dívida do Município, em que já baixou no primeiro trimestre a empréstimos cerca de 300.000,00€ e a fornecedores baixamos cerca de 900.000,00€. Estamos falar no primeiro trimestre um abaixamento da dívida de 1.200.000,00€, não quer dizer que vamos conseguir até ao final do ano porque aumenta as obras e com tudo isso pode haver algum problema na receita dos financiamentos, mas já baixamos mais num trimestre do que num ano, aqui se calhar demonstra o trabalho de execução e rigor perante as contas municipais.

É verdade que podemos estar abaixo de outros concelhos, mas temos dívida. Eu não sei como é que os Senhores pensam, mas para mim é uma preocupação ter dívidas, eu pessoalmente não as tenho e também não gostava que o Município as tivesse. Gostava de ter dinheiro em caixa, porque isso ia-nos facilitar a negociação com empreiteiros, com fornecedores, iria facilitar-nos o trabalho do dia-a-dia dos nossos funcionários que constantemente estão a receber telefonemas para saber quando é que vamos pagar, eu próprio também os recebo e também com certeza que podíamos ajudar mais as Juntas de Freguesia. Quantas vezes me abordam para perguntar quando é que vou começar a ajudar, a transferir algumas verbas e materiais, mas para podermos fazer alguma coisa também temos que ter dinheiro para fazer esses gastos.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhores Deputados, importa declarar à Assembleia Municipal que o uso da palavra pelo Senhor Vereador José Miguel Cunha foi devidamente autorizado e solicitado à Mesa pela Senhora Presidente, só nestas circunstâncias é que um Vereador pode intervir, alegando aquilo que o Regimento e a Lei confere, que é em resposta à intervenção de um determinado Deputado, exercer aquilo que é o seu direito de consideração ou de honra porventura em resposta e foi nesta qualidade que foi dada oportunidade ao Senhor Vereador de intervir.

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Magalhães (PSD) disse:**

Eu quando falei em redução de dívida e isto está no documento, a não ser que o documento não espelhe a realidade, diz que: “redução de dívida com juros de empréstimos bancários e juros de dívidas pelo atraso nos pagamentos a fornecedores”. Eu não falei do gráfico catorze, falei do gráfico quinze do limite da dívida total do Município, são coisas diferentes. E aqui quando me referi à redução de dívida foi nesse aspeto.

Relativamente à Senhora Presidente eu continuo sem ter respostas às minhas perguntas e volto a perguntar:

Concorda ou discorda que este documento espelha a real imagem do Município? Aceita ou não aceita a certificação legal apresentada pela PKF?

Deve ou não deve esta Assembleia aprovar esta prestação de contas?

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhora Presidente quer usar da palavra.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Não. Obrigada.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 voto contra, 25 abstenções e 27 votos a favor, aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2017, da Câmara Municipal.”

“Declaração de Voto”

----- **O Senhor Deputado António Martins declarou:**

- “ 1 - A Câmara Municipal, aprovou na reunião do dia 19/04/2018 a Prestação de Contas do ano 2017;
- 2 - A aprovação foi conseguida com 3 votos a favor dos Senhores Vereadores da Oposição e 3 abstenções do Executivo em funções;
- 3 - Surpresa minha, quando leio a declaração de voto da Exmª Senhora Presidente em nome do Executivo em Permanência e cito “ Em relação à Declaração de Voto, justifico a nossa abstenção, julgo que fica claro para todos o mirandelenses, que sem querer pôr em causa, o Relatório e a Prestação de Contas, julgamos que por uma questão de transparência, de coerência e dos valores e de ética a nossa abstenção vai nesse sentido.”
- 4 - Ora a Lei n.º 75/2017, de 12 de setembro define como competência material da Câmara, na sua alínea i) número 1) do artigo 33º “... E ainda os documentos de prestação de contas.”;
- 5 - Ainda a mesma Lei 75/2017, de 12 de setembro define como competência do Presidente da Câmara Municipal, na sua alínea j) do número 1), do artigo 35º “submeter., e ainda os documentos de prestação de contas, a aprovação da câmara municipal.”;
- 6 - Não se percebe, se a quem cabe a responsabilidade de apresentar tais elementos, possa se abster na votação dos mesmos, invocando a transparência, a coerência, valores e ética;
- 7 - Onde está então a coerência de quem tem a obrigação de apresentar o Relatório e a Prestação de Contas, se depois se abstém?
- 8 - Onde está então ética, de quem tem a obrigação de apresentar o Relatório e a Prestação de Contas, se não aprova o trabalho apresentado pelos seus colaboradores?
- 9 - Onde está a transparência, de quem tem a obrigação de apresentar o Relatório e a Prestação de Contas, se não valida politicamente os mesmos?
- 10 - Onde está então os valores, de quem têm a obrigação de apresentar o Relatório e a Prestação de Contas, será que não o põem em causa?

Se o próprio Executivo em funções não aprova os documentos que ele próprio tem a obrigação de apresentar, o que dizer eu como membro da Assembleia Municipal.

Neste sentido, voto em abstenção o referido ponto.

4.8 – “Inventário 2017.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 Abril de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aprovar o Inventário de 2017, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;**
- 2 – Submeter o referido documento à respetiva apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”**

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

Senhora Presidente de facto este Executivo Socialista é uma caixinha de surpresas, direi mesmo um Executivo que não tem noção do que é a gestão de uma Autarquia, senão vejamos: apenas a título de exemplo, a votação que efetuaram de abstenção na Prestação de Contas de 2017, pois a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas estipula no artigo 52 o seguinte, que passo a citar: “As contas são prestadas por anos económicos e elaboradas pelos responsáveis da respetiva gerência ou, se estes tiverem cessado funções, por aqueles que lhes sucederem, sem prejuízo do dever de recíproca colaboração”, ou seja, o Executivo Socialista absteve-se de votar um documento cuja responsabilidade de elaboração é sua. Sempre se acrescenta que esta situação é no mínimo caricata, pois já no que se refere ao Inventário aceitaram favoravelmente o documento este que também integra o Balanço em que estão refletidos todos os direitos e obrigações do Município.

-----Foi presente o “Inventário de 2017”, que mereceu a seguinte apreciação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento”.

4.9 – “Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental 2018.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 Abril de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a 1.ª Revisão Orçamental de 2018, elaborada para inclusão do Saldo apurado na Gerência de 2017 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos, bem como do projeto designado por Reabilitação e Eficiência Energética na Iluminação Pública da Cidade de Mirandela;**
- 2 - Submeter o referido documento à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão Orçamental de 2018, elaborada para inclusão do Saldo apurado na Gerência de 2017 e das Reposições não Abatidas nos Pagamentos, bem como do projeto designado por Reabilitação e Eficiência Energética na Iluminação Pública da Cidade de Mirandela”.

4.10 –“Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 Abril de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:
1 -Aprovar a Proposta de alteração ao mapa de pessoal do Município de Mirandela;
2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes da Junta, minhas Senhoras e meus Senhores.

Eu fico um bocado perplexo com isto porque eu pensei que a Senhora Presidente era uma pessoa mais objetiva e com mais sinceridade política, mas eu fico baralhado com isto. Fico baralhado porque, isto até pode ser prejudicial em termos de prática, não em termos de procedimentos legais. Eu estou-lhe a falar isso, não se ria Senhora Presidente, eu estou-lhe a falar com toda a sinceridade. A Senhora Presidente põe aqui nos serviços de licenciamento de obras particulares, põe aqui uma Unidade Orgânica Flexível, que é o Senhor Engenheiro Paulo João Ferreira Magalhães e põe Rui Manuel Fernandes, Teresa de Jesus Celas Pinto Teixeira, Ana Lúcia Monteiro Rodrigues Taveira, Carminda Assunção Travanca Ferreira Pires, Vera Maria Resende Esteves Magalhães, isto é o procedimento que a Câmara vai estar a realizar em termos de licenciamento municipal. Eu enviei-lhe e enviei isso para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, isto não tem nada a ver com guerrinhas como a Senhora Presidente lhe chama entre arquitetos e engenheiros, não tem nada a ver com isso. A Senhora numa ata faz referência a isso, não tem nada a ver com guerrinhas entre Engenheiros e Arquitetos, simplesmente eu telefonei outra vez para a Ordem, e a Ordem disse-me que esse procedimento era ilegal. A Inspeção Geral de Finanças disse-me que esse procedimento era ilegal, oiça bem Senhora Presidente aquilo que eu vou dizer, o DCIAP disse-me que esse procedimento era ilegal, disse-me isso e mandou-me uma informação a dizer que ia verificar através do Ministério Público de Bragança esse procedimento que a Senhora fez. Não andamos aqui a brincar à legislação e a Senhora continua, a Senhora Presidente eu pensei que a sua situação fosse uma situação mais consensual, entre uma prática profissional e não ligou nada a isso. A Senhora não está a cumprir o número dois do artigo 10 da Lei 31/2009, não está a cumprir isso. Até o Secretário-geral do PS, o seu amigo António Costa, diz “a arquitetura para os arquitetos” e a Senhora Presidente de Câmara que devia personificar a Lei em termos de colocar para o bem comum, não. Eu enviei-lhe isto e disse assim: eu acho que a Senhora Presidente vai realmente basear-se nestes esclarecimentos e vai pôr uma pessoa a aprovar projetos de arquitetura. Quando eu aqui, eu pedia ao Senhor Presidente, o Senhor Presidente enviou-me isto e eu olho para isto e digo assim: eu nem acredito nisto, com toda a sinceridade nem acredito nisto. Depois põe aqui Serviço de Reabilitação do Centro Histórico uma arquiteta Adelaide Maria Morando Carpinteiro, eu acho que isto é a gozar com a Ordem dos Arquitetos é a gozar com a Inspeção Geral de Finanças que diz a Inspeção Geral de Finanças, diz assim: “sem prejuízo no disposto no número 4 do artigo 42 do Decreto-lei 176/98 de 3 de julho no que respeita ao projeto de arquitetura a administração pública e os donos da Obra Pública dotam os seus quadros de funcionários e trabalhadores com qualificação adequada para apreciar e analisar o projeto no âmbito de uma obra sujeita a licenciamento de comunicação prévia ou procedimento pré-contratual podendo recorrer a entidades externas, senão tiver arquitetos., a entidades externas dotados por Técnicos qualificados para esse fim, quando tal se revele conveniente para o cumprimento desta obrigação”. E a Senhora, Senhora Presidente, eu fiquei completamente atordado, com esta “pancada” em relação à minha classe, eu acho que é um pouco *sui generis* aquilo que realmente fez. Eu fiz essa comunicação também ao ex-Presidente de Câmara, também fiz e fiz aqui e mandei para o DCIAP e tudo. Eles dizem que o Ministério Público está a averiguar. Tiraram uma certidão daquilo que eu enviei, extraíram uma certidão e o Ministério Público está a (...), foi aquilo que me disse um elemento do Ministério Público do DCIAP de Lisboa que enviou para Bragança. Portanto esta situação é uma situação ilegal, que a Senhora Presidente de Câmara tem que ter em conta a Lei. Se não há um princípio legal, ó “valha-me deus”, andamos aqui a brincar. Se não há um princípio legal, então cada um faz aquilo que quer e aquilo que lhe apetece. Até é uma situação caricata, o aqueduto dos arcos da SONAE foi aprovado em Câmara por um engenheiro que ainda é mais caricato numa operação urbanística, que ainda é mais caricato isso. Eu acho que isso é uma coisa de “bradar aos céus”, mas vamos ter tempo para falar nisto. Disse.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

Senhora Presidente como já foi anteriormente referido, no ponto 4.7 da ordem de trabalhos desta Assembleia “Prestação de contas 2017”, da atual gestão do Executivo, destaca-se o aumento das despesas, especialmente as despesas com os membros de nomeação política dos Gabinetes de Apoio à Presidência e à Vereação, esperando, naturalmente, que este aumento de encargos não coloque em causa a consolidação das mobilidades iniciadas no anterior mandato do Executivo Social-democrata, assim como de todas as outras mobilidades que já anteriormente estavam previstas.

Contudo, não se identifica na presente alteração ao Mapa de Pessoal qualquer previsão de mobilidades, à exceção das anteriormente iniciadas, como já referido, pelo anterior Executivo, o que comprova que Vossa Excelência não está a dar cumprimento às promessas efetuadas durante a campanha eleitoral e também já no exercício de funções, pelo que os trabalhadores da Autarquia começam a constatar que a escolha de “Outro Caminho”, foi um enorme erro que terão que aguentar até às eleições autárquicas de 2021.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

Eu só queria fazer uma pequena referência. Nesta proposta de alteração do Mapa de Pessoal, ao projeto que o atual Executivo vai dar cumprimento, que é um projeto, é mais um, que é um projeto que foi candidatado no mandato anterior e que teve a ver com estes três profissionais Técnicos Superiores que certamente, depois, através de concurso irão ser designados. É um projeto que foi candidatado à CIM, que deu, não que eu estivesse aqui, mas deu bastante trabalho ser feito e hoje o Executivo em exercício vai dar cumprimento a esse projeto, mas na alínea anterior abstém-se de aprovar o Relatório de Contas. Identifica-se nesta alteração que a mesma acontece em resultado do trabalho desenvolvido pelo anterior Executivo Social Democrata pois os cinco Sapadores Florestais, como aliás também a Senhora Presidente refere na sua proposta são o resultado do protocolo assinado a 15 de junho de 2009, entre o Município de Mirandela e a Autoridade Florestal Nacional e por seu lado os três Técnicos Superiores são também o resultado, no âmbito do Aviso Norte 2020 projetos incluídos nos planos integrados inovadores de combate ao insucesso escolar, em que foram aprovadas as duas candidaturas apresentadas pelo anterior Executivo para um Psicólogo e dois Educadores Sociais. Desejando-se que as contratações em causa sejam efetuadas mediante procedimentos concursais, imparciais e transparentes, sendo de referir que desconhecemos qualquer projeto financiado apresentado ou aprovado pelo atual Executivo Socialista.

Só para dizer que a Bancada Parlamentar do PSD irá votar favoravelmente este ponto. Obrigado.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Começo por responder àquilo que está aqui em causa que é “Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal”. A “Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal” como está aqui explícito na informação diz respeito a um protocolo assinado a 15 de junho de 2009 que nunca foi cumprido, ou seja, este protocolo existia entre o Município de Mirandela e a Autoridade Florestal Nacional, mas nunca, nunca desde 2009 foi dado enquadramento aos cinco Sapadores Florestais. Por isso, nessa ótica do que está para trás é que está a ser executado, é óbvio que se nós temos que pagar as dívidas também vamos fazer aquilo que não foi feito e que estava programado. Portanto, é bom que fique claro, que mesmo a candidatura no âmbito da CIM, tem sido trabalhada pela Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude, por isso todos os argumentos que foram aqui lançados no sentido de dizer que este Executivo está-se a aproveitar do trabalho executado é de todo uma falácia e é de todo uma forma incorreta de referir-se a esta alteração do Mapa de Pessoal, porque se estes assistentes operacionais que são cinco postos de trabalho eram tão importantes porque é que não os criaram mais cedo? Porque é que é este Executivo que os criou, porque já estavam protocolados, ainda por cima 50% é pago pela Autoridade Nacional Florestal. Por isso aquilo que lamento é a forma como veem sempre o “copo meio cheio” e veem sempre um problema em tudo o que é feito. Se é bem feito porque já estava feito, se é mal feito porque fomos nós que fizemos, isto é o pior que há em política.

Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado, António Figueiredo, esta é uma questão antiga que eu conheço há muito tempo, dado que também estive aqui de 2009 a 2013 e sei que existiam sempre nesta fase, sempre muitas críticas relativamente à questão urbanística, quem é que dava os pareceres no âmbito do urbanismo e como é que se ia resolver a questão dos pareceres de arquitetura serem dados por engenheiros civis? Ora bem, o que se trata aqui neste quadro de pessoal que não está aqui em discussão na Assembleia Municipal, não se trata exatamente dessa situação. Como sabem nós temos neste momento, tivemos até há pouco tempo arquitetos fora, infelizmente por motivos de saúde. Um deles vai ficar mais algum tempo, mas não tem sido fácil gerir toda a questão do urbanismo e temos que encontrar algumas soluções. Concordo que, quem tem que dar pareceres de arquitetura tem que ser um arquiteto, os engenheiros fazem a parte da engenharia.

A nível de planeamento estratégico o que vos posso dizer é que estamos a tentar adaptar todas as funções e as competências àquelas que os Técnicos têm. Temos um Gabinete de Formação Profissional que está finalmente a colher a formação que os nossos Técnicos do Município necessitam e estou certa que vamos conseguir dentro de todo o urbanismo e de todas as obras municipais, fazer com a maior transparência possível todos os processos urbanísticos que estão em causa em Mirandela.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Gostei de a ouvir, mas isso é uma promessa que a Senhora Presidente irá cumprir em termos de colocar um arquiteto a verificar, a analisar, a diferir ou indeferir projetos de arquitetura.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:**

É só dizer à Senhora Presidente que fazer referência a um projeto de 2009 que o Executivo anterior não pôs em funcionamento, tem que dizer o porquê, se não sabe, tem aí dois Vereadores que à data eram do Executivo, mas se não lhe perguntar eu digo-lhe: porque o Ministério das Finanças não aprovou porque a Câmara estava em processo de saneamento financeiro.

É fácil dizer que não se fez. Já agora fazia referência ao projeto dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) esse sim é do ano passado e os Senhores e muito bem, vão pô-lo em funcionamento.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Deputado, não sei se sabe mas o projeto foi todo reformulado.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 abstenção e 48 votos a favor, aprovar a Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal”

4.11 – “Proposta de Abertura de seis Procedimentos Concurrais e Constituição dos respetivos Júris.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 Abril de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos membros do PSD e quatro votos a favor dos membros do PS, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a abertura dos seis procedimentos concursais para preenchimento dos seis cargos de direção intermédia de 2.º grau (Chefes de Divisão);**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **Os Senhores Vereadores do PSD apresentaram a seguinte Declaração de Voto:**

“Declaração de Voto”

“Os vereadores do PSD na Câmara Municipal de Mirandela optam pela abstenção no que concerne à proposta de constituição do júri dos procedimentos concursais para dirigentes intermédios de 2.º grau por manifesta falta de fundamentação da proposta e pela omissão dos critérios racionais e objetivos que presidiram e justificam a decisão tomada pelo Executivo em Permanência. Entendemos que deveria ter sido incluída na proposta o *curriculum vitae* dos cinco membros dos vários júris para que fossem perfeitamente perceptíveis os motivos que presidiram ou que justificaram racionalmente a decisão tomada.

Que não restem dúvidas de que não queremos, com isso, colocar em causa a idoneidade, a honorabilidade, a competência, o mérito profissional, a credibilidade e a integridade pessoal dos dirigentes indigitados e do docente convidado que não podemos avaliar com rigor por ausência de informação.”

----- **A Senhora Presidente JÚLIA RODRIGUES apresentou a seguinte Declaração de Voto, em nome do Executivo em Permanência:**

“Declaração de Voto”

“Em relação a esta Proposta e por uma questão de complementar tudo aquilo que está nesta informação, nós vamos levar à Assembleia Municipal o *curriculum vitae* resumido do júri, porque acho que não valerá a pena entrar em pormenores pessoais, nem políticos de cada um deles, aquilo que vamos fazer, em jeito de esclarecimento de todos, e por questões de completar o processo, é um *curriculum vitae* resumido que nós vamos pedir às entidades, às quais solicitamos a colaboração para nos indicarem um membro de júri para cada concurso e são seis concursos.”

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Vou ser muito breve, apenas explicar a todos os Mirandelenses que qualquer cidadão nacional poderá ser opositor neste concurso, desde que reúna os requisitos mínimos exigidos. Portanto, é um concurso que pela primeira vez acontece nesta Câmara, que eu me lembre, assim nestas últimas décadas, porque os anteriores, como a Senhora Presidente explicou, não foram sujeitos a concurso.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Ventura (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Deputados.

Relativamente a este ponto tenho que dizer à Senhora Presidente que por momentos pensei que estava a receber documentação errada, que não era para mim. Qual é o meu espanto, vejo três folhas com o cabeçalho e logotipo da Câmara Municipal de Alfândega da Fé e assinados pela Senhora Presidente Dr.ª Berta Nunes. Isto não é para mim de certeza, algum engano no *email*, ou alguma coisa do género. Comecei a ler, li a primeira folha, a segunda folha, a terceira folha e percebi o caricato.

Eu vou iniciar Senhora Presidente, vou fazer de conta que não ouvi o seu comentário.

Li a primeira folha, a segunda folha, a terceira folha e afinal era para mim. É verdade, era para mim. Então não é que três dos cinco Membros do Júri têm como notas curriculares, despachos de nomeação da Chefe de Divisão da Câmara de Alfândega da Fé? Pois é.

A Assembleia Municipal é o Órgão fiscalizador do Executivo e eu tenho um documento, que é um documento que não me diz respeito rigorosamente nenhum que é um documento da Câmara Municipal de Alfândega da Fé e que é esse documento que eu tenho que avaliar para depois votar e o documento é um despacho de nomeação, quase me apetece dizer que se são da Dr.ª Berta Nunes certamente serão bons.

Senhora Presidente não me interessa saber as nomeações das pessoas ou despachos de outras Câmaras, o que me interessa saber efetivamente são as competências de cada um daqueles membros, que a Senhora Presidente ou alguém por si, convidou para Júris de concursos desta Autarquia. Isso é que efetivamente a mim me importa, mais nada. Já agora como estamos a falar de currículos, só mesmo a título de curiosidade e certamente, se calhar a seguir além o Deputado Agostinho Beça vem dizer que a culpa foi dele.

Eu ainda não vi no *site* da Câmara as notas bibliográficas dos membros do Executivo. Já estão? Eu só vi dos Membros da Oposição, eu verifiquei há bocado, peço desculpa. A da Senhora Presidente não está, essa eu vi. Outro aspeto que eu quero fazer referência aqui ao texto da Declaração de Voto, apesar de em lado nenhum do texto da certidão extraída para este concurso, nem mesmo no texto da Declaração de Voto dos membros da Oposição, fizeram algum tipo de referência aos lados políticos das suas escolhas para Membros do Júri. Assim sendo achei muito estranho a Senhora Presidente ter sentido a necessidade de verter para a ata da reunião de Câmara uma Declaração de Voto, aonde o faz e passo a citar: “nós vamos levar à Assembleia Municipal o *curriculum vitae* resumido do júri, porque acho que não valerá a pena entrar em pormenores pessoais, nem políticos de cada um deles”.

Senhora Presidente quem colocou aqui os pormenores pessoais e/ou políticos foi a Senhora Presidente. Sentiu essa necessidade, porquê? Pergunto eu?

Em momento nenhum o aspeto da escolha foi sequer abordado pela Oposição, então a Senhora Presidente, a única responsável mesmo que traída pelo subconsciente vir a terreiro de forma expressa justificar o que no nosso entendimento não precisava de tais justificações.

Só mesmo por curiosidade política, não haveria nas outras dez Câmaras do distrito de Bragança outros dirigentes com *curriculum vitae* adequado às funções de júri destes concursos? Mesmo que fosse esse o critério da escolha, há mais Câmaras Socialistas no distrito.

Para terminar e para que não haja segundas ou terceiras interpretações das minhas palavras, não coloco em momento algum ou em causa a idoneidade, honestidade, competência, o mérito pessoal ou profissional dos Dirigentes Locais por si indicados para membros do Júri destes concursos.

Mas que parece haver outro caminho para Mirandela, lá isso parece, talvez o caminho para Alfândega da Fé. Disse.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Só mesmo em direito de resposta, ou defesa da honra, o que entenderem. Eu quero dizer ao Senhor Deputado Carlos Ventura que certamente se terá enganado e está desculpado, não queria dizer nota bibliográfica, mas sim biográfica, mas se quiser a minha nota bibliográfica pode perguntar aí ao seu colega do lado, certamente não me conhecerá daqui de Mirandela. Se quiser a biográfica também não tenho nada a esconder e portanto também poderei colocar no *site* da Câmara sempre que assim o entenderem, se a Senhora Presidente o entender. Eu percebi, queria as deles, quanto a essas certamente a Senhora Presidente responderá, mas se quiser a minha também eu não tenho nada a esconder e desde já pode perguntar aos seus colegas de Bancada, quem é que eu sou, de onde sou, há quantos anos vivo aqui onde trabalhei, etc. Portanto, acho que é um tipo, enfim, de questõeszinhas que não lhe ficam nada bem.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Agradeço a intervenção e a oportunidade para esclarecer. Começo por dizer que se o caminho for para termos o número um da transparência no índice de transparência eu aposto nesse índice de transparência. Alfândega da Fé por vários anos consecutivos é o número um da transparência. Portanto, se o caminho é esse, Senhor Deputado Carlos Ventura, se o caminho é o da transparência, então eu aposto nesse caminho porque Alfândega da Fé conseguiu também o número um da transparência e nós como sabem descemos muitos lugares.

Repeti porque não estava a ouvir, estava a falar para o lado, de qualquer forma dentro destes seis procedimentos concursais e a constituição dos respetivos Júris estranho que só façam referência aos Júris relativos a uma Câmara Municipal, isto porquê? Por um lado nós tentamos que o Júri fossem pessoas com conhecimentos de Administração Geral, por outro que tivessem conhecimentos dentro das áreas que estão em concurso e por outro que estivessem integrados o mais próximo possível dentro das Câmaras da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana uma vez que como todos sabem todos os Técnicos (...) é só para ouvirem a resposta, não é? Como sabem todos os Técnicos do Município estão muito ocupados com situações de rotina do dia a dia e por isso, estivemos a fazer uma avaliação de todas as Câmaras aqui ao lado. Vila Flor não tem Chefes de Divisão, e portanto, não poderia ser, aliás todos aqueles que são designados têm que ser Chefes de Divisão ou Diretor de Serviços e portanto Vila Flor não poderia ser, Macedo de Cavaleiros está na mesma situação que nós, aliás isso foi explicado em reunião de Câmara aos Senhores Vereadores, acho que se calhar têm de comunicar melhor estas situações porque nós explicamos isto aos Senhores Vereadores na reunião de Câmara, portanto Vila Flor não pode porque não tem Chefes de Divisão nem Diretor de Departamento, Carrazeda de Ansiães havia uma incompatibilidade porque temos um trabalhador nosso que presta serviços em regime, julgo eu, de avença para Carrazeda de Ansiães que é ex-Chefe de Divisão de Administração Geral e Financeira e portanto havia aqui uma incompatibilidade grave e portanto sobrava Alfândega da Fé, foi por isso, que nos socorremos de Alfândega da Fé para termos as Divisões e os procedimentos concursais em ordem. Isto foi explicado em reunião de Câmara, daí este Júri ter a nossa confiança pela independência, integridade, mérito de todos aqueles que conhecem. A grande parte deles eu não os conheço, conheço, obviamente, como todos que trabalham na Direção Regional que é o meu caso, a Diretora de Serviços e que está habituada a estes procedimentos e portanto deixar também um agradecimento a todas as Entidades que cederam os Trabalhadores e que acederam ao nosso convite, para eles, estarem connosco para levarmos os concursos a cabo. De qualquer forma aquilo que está na minha Declaração de Voto está extraída de uma ata, está extraída das questões que foram faladas e levantadas na altura pela Oposição relativamente a questões pessoais a questões de carácter político ou partidário, nem sequer fala em partidário, fala por acaso em carácter político e eu considero que processos políticos são processos políticos, processos partidários são processos partidários, mas de qualquer forma julgamos reunirem as condições para que os concursos corram da melhor forma, com e pelo mérito e competência, poderem ficar os melhores. Muito obrigada.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 voto contra, 16 abstenções e 36 votos a favor, aprovar a Proposta de Abertura de seis Procedimentos Concurais e Constituição dos respetivos Júris”

4.12 –“ Contrato Programa entre Município de Mirandela, Município de Vila Flor e AIN - Agro-Industrial do Nordeste EIM, S.A.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 Abril de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 - Aprovar o Contrato Programa entre Município de Mirandela, Município de Vila Flor e AIN – Agro-Industrial do Nordeste EIM, S.A.;**
- 2 - Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente e Senhores Deputados.

O Grupo Parlamentar da CDU vai votar contra esta proposta, porque achamos que a requalificação do Complexo Agro-Industrial do Cachão passa por uma intervenção do Governo, porque as Autarquias não têm a dimensão financeira para suportar exatamente aquilo que é pretendido para aquele Complexo. As Autarquias, tanto a de Mirandela como a de Vila Flor, continuam a injetar

dinheiro num processo que vai estando agonizado durante este tempo todo, estamos a falar entre trezentos e setenta mil euros e aquilo que vemos do Complexo Agro-Industrial do Cachão é exatamente a sua agonia até provavelmente, à sua extinção. Se a Câmara Municipal de Mirandela e a de Vila Flor estão à espera que haja privados para fazerem investimento no Cachão provavelmente aí sim está completamente desvirtuado o princípio para o qual foi criado, foi exatamente a promoção e o escoamento dos produtos regionais e daí achamos que não é só suficiente estes protocolos assinados entre as duas Câmaras Municipais que tutelam o Cachão, mas sim uma aposta devida do Governo Português através do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, por isso é que nós vamos votar contra.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

De forma muito breve explicar que de facto estes contratos programa já existem há alguns anos que temos algumas empresas sediadas no Complexo, fruto do lixo e dos incêndios a situação piorou. Entretanto fruto também de uma política de despedimento coletivo o Matadouro Industrial do Cachão teve um crescimento positivo a nível financeiro, apesar de termos ainda graves problemas. Pela primeira vez houve um saldo positivo mas que está obviamente relacionado também com muitos processos em Tribunal, penhoras, relativamente ao Complexo Agro-Industrial e ao Matadouro Industrial do Cachão. O contrato programa é para apoio à exploração, aquilo que pretendemos fazer é uma candidatura conjunta que permita fazer a requalificação ambiental e fazer também o levantamento de todas as parcelas que já foram vendidas, de todas as que ainda não foram vendidas e o parque industrial ter uma nova dinâmica, uma nova imagem, uma nova forma de poder ser ocupada por industriais.

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 37 votos a favor e 5 abstenções, aprovar o Contrato Programa entre Município de Mirandela, Município de Vila Flor e AIN – Agroindustrial do Nordeste EIM, S.A”.

4.13 – “Desafetação de Parcela de Terreno e Respetiva Permuta.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 Abril de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções dos membros do PSD e quatro votos a favor dos membros do PS, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a desafetação do domínio público municipal da parcela de terreno sito no antigo traçado da Estrada Nacional 213, com a área de 2.470,00 m2, à qual se atribui, apenas para efeitos de escritura, o valor de € 12.350,00 (doze mil trezentos e cinquenta euros), resultante de um valor simbólico de € 5,00/m2;**
- 2 – Aprovar a Permuta com a SONAE RP – RETAILS PROPERTIES, S.A. da parcela desafetada e mencionada no ponto anterior, pela parcela sita na mesma zona, com a área de 2.470,00 m2 integrados na parcela com 6.175,00 m2 destinada a equipamentos coletivos;**
- 3 – Aprovar a afetação ao Domínio Público Municipal da parcela com a área de 6.175,00 m2, vinda à posse do Município em resultado do contrato de permuta;**
- 4 – Submeter esta deliberação à discussão e aprovação da Assembleia Municipal.”**

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhores Deputados, sobre este ponto a Mesa recebeu uma solicitação do Executivo para que o ponto seja retirado. A Mesa, com a justificação que foi dada aprovou e permite essa retirada, no entanto não sei se a Senhora Presidente quer esclarecer melhor esta questão.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Optamos por retirar este ponto da Ordem do Dia uma vez que aquilo que pretendemos, em nome dos interesses do Município e depois de ter ido à reunião de Câmara e verificar o princípio e a possibilidade de haver uma discussão pública sobre esta temática e portanto existindo esta possibilidade de retirar da Ordem do Dia, julgamos que seria a melhor opção em nome dos interesses do Município.

4.14 – “Nomeação do Conselho Municipal de Educação.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 19 Abril de 2018 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:
1 - Aprovar a Proposta de Nomeação do Conselho Municipal de Educação;
2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação na Assembleia Municipal obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a Nomeação do Conselho Municipal de Educação.”

5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Sá (PSD) disse:**

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.

Relativamente ao ponto 4.4 - Designação de representantes das freguesias do concelho na Comissão Municipal de Defesa da Floresta, aquilo que já aqui foi referido, eu vim aqui e disse que a legislação invocada na convocatória de dezembro não havia sido correta e venho aqui retificar, efetivamente ela tinha sido correta, a Decreto-Lei n.º 124/2006 que tinha sido alterada pela Lei 76/2017, alterada e republicada, portanto, em abono da verdade dizer aquilo que se passa. Contudo relativamente a este ponto parece-me que alguma coisa, e a Assembleia é soberana, deveremos fazer. Parece-me que houve mau entendimento, algum acaloramento na discussão deste ponto, acabou por ofuscar um bocado aquilo que se pretendia, que era darmos à Comissão os elementos necessários para que possamos ter a representação que o concelho e que o país precisa. Eu penso que esta Comissão é deveras importante para a deixarmos só com um elemento, ainda que o pudesse. Mas podemos nomear mais quatro, eu penso que a Mesa e a Assembleia é soberana para “emendarmos a mão” e que as Comissões Permanentes dos partidos, avalizadas com os respetivos Grupos Parlamentares, possam com calma falar sobre este assunto, decidir sobre este assunto e se a composição da Comissão tiverem que ser todos os partidos com representação na Assembleia, pois que o sejam, é melhor que o sejam do que ser só um elemento e esta é a proposta que eu deixava ao Senhor Presidente da Mesa para que junto dos restantes elementos que compõem a Comissão Permanente, o possam discutir com serenidade, com civilidade e que possam trazer a esta Assembleia, em junho, não é já muito tempo, ainda vamos a tempo e que possamos “emendar a mão”. Era esta a proposta que eu deixava.

Tenho dito.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado Rui Sá é o seguinte: claro que a Assembleia é soberana. O assunto foi tratado não nos vamos desculpar com maus entendimentos, agora há sempre tempo de corrigir as coisas, mas será fazendo parte da ordem de trabalhos numa outra reunião. Vamos debater, naturalmente, isto em Comissão Permanente e se for pertinente numa próxima reunião agendaremos esta questão e votaremos a este assunto.

Isto pode acontecer sempre que quisermos, haja bom senso, e da parte da Mesa haverá, naturalmente, todo o bom senso possível. Muito obrigado senhor Deputado Rui Sá.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Senhor Presidente da Mesa e Secretários, Senhores Deputados, Senhora Presidente e Senhores Vereadores.

Sobre um assunto a respeito do qual fui ouvindo algum ruído, que se trata da instalação de um Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro em Mirandela, quero informar o seguinte: bastaria uma simples pesquisa no *site* da GNR para se perceber aquilo que vou dizer aqui, que é transcrito quase na íntegra a partir de lá, “o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, foi criado em 2006 e atualmente tem 7 companhias e está presente em 11 distritos. Num futuro próximo será alargado a todo o território nacional e serão criadas companhias de ataque ampliado para efetuar ataque musculado em incêndios florestais de maior envergadura” e que, como é sabido, será sedeada uma dessas companhias em Mirandela.

A nível de organização o GIPS, que é este Grupo, pertencente à “Unidade de Intervenção da GNR, que tem por missão atuar em situações especiais e de maior complexidade dentro de diversas áreas como a proteção e socorro, ordem pública, operações especiais, inativação de explosivos, cinotécnica e aprontamento para missões internacionais. Para além da primeira intervenção, o GIPS também efetua ataque ampliado no combate a incêndios florestais bem como toda a competente policial de agente da autoridade e diretamente relacionado com os incêndios e parte ambiental. Para além da intervenção em incêndios florestais, o GIPS tem quatro subespecialidades, a Busca e Resgate em Montanha, com especial incidência na Serra da Estrela, Gerês e Madeira, a Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas, que são os sismos, Hazmat - Matérias Perigosas, acidentes graves que envolvam químicos ou substâncias perigosas, e Unidade Especial de Operações Subaquáticas, mergulho”. Tem uma hierarquia militar em que o comando do Grupo está em Lisboa e as suas unidades distribuídas pelo país, as companhias, dependem diretamente deste comando. Portanto a unidade que se vai instalar em Mirandela, não vai depender do Comando da GNR aqui instalado.

Este Grupo, o GIPS, foi condecorado em 2017 foi pelo Governo com Medalha de Ouro de Serviços Distintos de Segurança Pública fruto do trabalho desenvolvido. Em face disto, não posso deixar de manifestar profundo desagrado por alguns comentários que, sobre o assunto, nos vão chegando, proferidos pelos tradicionais “Profetas da Desgraça” e “Velhos do Restelo”.

Na verdade, é extremamente redutor, gera até um certo desencanto, ver questionar a bondade do bom uso deste património edificado, onde se vão instalar que é público e que foi feito por iniciativa do Município de Mirandela. A prazo, esse património, estaria destinado ao abandono, à degradação e à vandalização, como já acontece com outras edificações no mesmo espaço da Quinta, nomeadamente a casa do guarda, a casa do pastor, a casa da azenha e outras. Refira-se ainda que a cozinha industrial, deste Centro de Formação, o refeitório, as salas de formação, o dormitório, a casa do diretor e outras dependências estavam já sem qualquer utilização há anos.

Dou também como exemplo do mau uso do património edificado público as casas florestais e outros Centros de Formação, semelhantes a este, pelo país fora e que os colegas da Direção Regional de Agricultura aqui presentes conhecem tão bem como eu.

Para reflexão, sobre isto, deixo três perguntas à Assembleia e aos Mirandelenses: seria melhor o Executivo da Câmara Municipal de Mirandela “assobiar para o lado”, perante o abandono deste património público por parte do Poder Central? Será que o custo-benefício não virá a ser favorável? Há quanto tempo não se instala um serviço público de novo em Mirandela?

E, para terminar e deixar descansados os “Profetas da Desgraça” e os “Velhos do Restelo”, aponto algumas respostas. Também foi dito que o Município iria fazer “filhos em mulher alheia” e, enfim, eu considero que os “filhos em mulher alheia” também podem ser bons filhos e assegurar o futuro dos progenitores.

“Comodatos” e afins, que também foi muito falado, serão, naturalmente, tratados em devido tempo.

O investimento do Município nunca estará perdido, pois também questiona o tempo que ficarão em Mirandela como se fosse um problema.

Quero apenas terminar dizendo que há planos para muito mais relacionados com estas questões.
Muito obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, respetivos Secretários, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

Permitam-me aqui um comentário, está tudo já tão sério e com ar de sono, já me parece quase um campeonato de quem consegue descer mais a dívida. O Executivo anterior conseguiu reduzir 1.200.000,00€ mais ou menos, este Executivo já conseguiu reduzir 900.000,00€. Eu quero ver é no final do campeonato quanto é que as Juntas de Freguesia vão ajudar a reduzir a dívida da Câmara Municipal? E também era capaz de ser interessante fazer um estudo sobre qual foi, ou qual vai ser o Executivo que mais investiu nas Juntas de Freguesia?

Agora um pouco mais a sério, queria levantar três ou quatro questões aqui ao Executivo que gostaria de ter resposta. Está-se a aproximar a passos largos o período de férias escolares dos alunos do concelho e do país. Por acaso foi-me colocada na Assembleia de Freguesia uma questão, por um membro da respetiva Freguesia, mas eleito pelas listas do Partido Socialista. E colocou-me uma questão que eu acho por bem colocar aqui na Câmara Municipal, porque o Executivo da Junta, não tem capacidade quer humana quer técnica, quer económica para dar resposta a isto. É que, infelizmente, o concelho está cada vez mais deserto, nas aldeias são cada vez mais velhos e poucas crianças. Mas os poucos casais que ainda têm filhos, e filhos em idade escolar também já são poucos aqueles que trabalham diretamente na agricultura, ou seja, têm que se deslocar e têm que ir para os seus serviços. E a questão que me colocaram é se a Câmara está a equacionar ou se está a pensar implementar algum projeto realizado localmente ou outro com transporte para a cidade para ocupação dos alunos dos vários ciclos durante o período de férias. Porque deve ser complicado, porque se já me colocaram esta questão é porque os pais já estão a viver esta situação, vão ter férias, eles vão ter que continuar a trabalhar e não têm a quem deixar entregues os filhos.

Outra questão é a questão da autoestrada, eu não sei se a autoestrada transmontana se já foi, ou se vai ser, ou se não vai ser sequer feita a receção da obra no âmbito da área da jurisdição daqui do concelho de Mirandela. Eu sei que já estava na Junta de Freguesia, nessa altura, quando foi do IP4 a obra foi rececionada pelas respetivas Câmaras e ao ser rececionada era-nos questionado, aos Presidentes de Junta, se estavam ou se concordavam com aquilo que estava feito para a obra ser rececionada. Em relação à autoestrada, nada foi feito ainda, não sei se não foi rececionada, se vai ser, o que é certo, é que há Juntas de Freguesia e eu peço desculpa estou a falar sem lhes ter pedido autorização, de todos os Presidentes de Junta que estão abrangidos pela autoestrada, ainda nada foi feito em relação a essa obra. Mas nada foi feito também nas Freguesias, ou seja, qualquer pessoa, particular, individual ou coletiva quando faz um contrato há pelo menos duas Entidades a realizar esse contrato. Neste caso é o Estado e a Concessionária e no contrato estava bem explícito, pelo menos naquilo que eu li, e naquilo que me interessa a mim e interessará às restantes Juntas de Freguesia, coisas tão simples como esta, como por exemplo, todos os caminhos rurais existentes e que sofressem intervenção da autoestrada teriam que ser repostos. Todos os caminhos rurais tinham de ser postos com as larguras e tubagem para haver circulação. Todos os caminhos que fossem eliminados teriam de ser feitos e todos os caminhos, eu não tenho bem presente, mas isso é fácil de chegar lá, acho que com um desnível de 10% teriam que obrigatoriamente ser alcatroados pela empresa concessionária, nada disto ainda aconteceu ou pelo menos não aconteceu na totalidade. No anterior Executivo e por iniciativa minha e dos restantes Presidentes de Junta chegamos a provocar reuniões com todos os Presidentes de Junta e o Executivo, para dar solução ou pelo menos pressionar o IP em relação a esta situação. Neste momento ainda nada foi feito, também nós ainda não tivemos qualquer iniciativa, mas gostaria de questionar o Executivo se está a acompanhar esta situação ou se simplesmente já está esquecida e a nós Juntas de Freguesia seria uma das formas, que é de direito nosso, será uma das formas de compensar as pessoas que se sentem completamente (...). A autoestrada é muito boa, sim senhor, mas para os locais só veio trazer complicações. Tinham caminhos que deixaram de ter, caminhos em melhores condições do que os que tinham agora, tinham caminhos não tão desnivelados. Agora estão desnivelados e não são alcatroados e portanto acho que está bem na altura de se voltar a pressionar o IP para a solução desta situação. Faz-me lembrar um antigo membro desta Assembleia que cada vez que aqui vinha, vinha sempre falar da mobilidade de transportes. Eu também agora venho sempre, e sempre virei, falar de caminhos rurais, da limpeza e manutenção dos caminhos rurais, até se hão de convencer de certeza absoluta que o meio rural, hoje em dia todas as infraestruturas básicas as têm, mais ou menos e hoje o grande problema é a mobilidade nos caminhos rurais e portanto estão completamente degradados, estão completamente sujos e as Juntas de Freguesia, eu penso, que não serei exceção, não têm meios técnicos, nem humanos, nem económicos, capazes para fazer a reparação dos caminhos rurais. Nem que tenha alguns, não consegue acorrer a todos, estar a acorrer a um e não acorrer a outro isso é pior a emenda que o soneto. E eu isso nunca farei, quando compuser se chegar a compor terei de os compor todos e isso não tenho capacidade para tal. Em tempos, já há um mês, três, dois, nem me recorda bem, tive uma reunião com o Executivo da Junta de Freguesia e com alguns Membros do Executivo da Câmara Municipal e nessa reunião foram levantadas várias questões e uma das quais mereceu pelo menos aparentemente um acolhimento muito favorável da parte da Senhora Presidente da Câmara e que eu vou dizer, nós propusemos ou pelo menos informamos e estamos disponíveis para que na Junta de Freguesia, na área de jurisdição da União das Freguesias de Franco e Vila Boa há uma linha de água que tem bastante água, nunca no verão mais tórrido secou, que é a Ribeira de Aila, e o que nós achamos e é a linha de fronteira das Juntas de Freguesia de Mirandela, neste caso Franco e Vila Boa e do lado de Murça, Palheiros, assim como também é o limite dos concelhos de Murça e Mirandela e distrito de Bragança e Vila Real. Houve até agora disponibilização de verbas e na prática não sei se elas estão disponíveis ou não, para a questão do regadio, para a questão das represas de água. Não sei se a Senhora Presidente já fez alguma *démarche* em relação a isso, mas gostaríamos de saber qual é o ponto da situação em que nós propusemos que ali fosse criada uma barragem e com essa barragem resolveríamos o problema de abastecimento de água às populações e até mesmo a parte dos regadios.

Depois, quer aceitem, quer não, e eu também irei sempre focar isto e hoje para mim foi uma lição, as emendas e os *emails* e as voltas e a emenda. Eu continuo a reivindicar que para estas reuniões, o correio deverá ser entregue em papel. Eu estou aqui desprovido de qualquer documento, podia ter ido buscar à Câmara, sim senhor, mas se me fosse enviado o correio eu atempadamente poderia ter. Também podem dizer, mas o *email* também, pois, mas eu não gosto de ler *emails*, tenho esta coisa

comigo, pronto, sou conservador, antiquado, acho que me dá muito cabo da vista e da mente, prefiro apalpar e ler o papel. Sim gosto muito de apalpar, aquilo que eu acho que devo apalpar e que me deixam apalpar também, e se tivesse papel na mão com toda a certeza que não haveria estas complicações que houve com o correio e com os pontos da Assembleia Municipal. Era só.

----- **O Senhor Deputado Municipal Eurico Carrapatoso (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Antes de mais é um prazer estar aqui é a minha primeira intervenção, é uma paisagem lindíssima, a única pena que tenho é que daquele lado da Bancada não estejam os Municípes e Fregueses daqui do Concelho e isso até está relacionado com a minha intervenção, mas de todo o modo é um prazer, efetivamente é magnífico estar aqui.

A minha intervenção é só para lançar dois reptos, um aqui à Senhora Presidente e à sua equipa, e outro ali ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Nós na Junta de Freguesia de Alvites, eu não sei se é um problema que é partilhado por outros Presidentes de Junta, temos o problema do défice democrático. Há eleições, as pessoas envolvem-se no processo eleitoral, feitas as eleições as pessoas e a população desligam-se por absoluto daquilo que vai ocorrer na Freguesia. Em vez das coisas serem tratadas nos locais próprios, os cidadãos queixam-se na rua, queixam-se aos amigos, não vêm às reuniões do Executivo, não vêm às reuniões de Assembleia, e o que é que acontece? Por norma, pelo menos em Alvites falo por mim, dantes era no Senhor Armindo que ficava a responsabilidade de tratar de tudo, agora é em cima dos meus ombros que fica e acho que não deve ser assim. Dou o exemplo, para convocar uma Assembleia de Freguesia, quem fala com os Deputados, com os Membros da Assembleia de Freguesia, sou eu, quem elabora a Ordem do Dia, sou eu e aquilo que faço é falar com a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e pedir-lhe para que ela me assinie deixando-lhe a minuta e isto não pode ser assim. Não pode e o que acontece na Freguesia de Alvites acontece noutras Freguesias, não deve acontecer assim. O repto que eu queria lançar aqui ao Presidente da Assembleia Municipal era que pelo menos com a Freguesia de Alvites e eventualmente com outros Colegas Presidentes de Junta, que fosse promovida uma sessão de esclarecimento aqui no Auditório Municipal onde fosse dada formação aos Presidentes de Assembleias de Freguesia, aos Senhores Secretários das Assembleias de Freguesia para saberem qual o seu lugar na Autarquia. Eles têm de perceber quais são as funções que competem a cada um deles, porque senão desligam-se também eles, fazem parte das listas às Juntas de Freguesia, às eleições Autárquicas, mas depois esvaziados absolutamente de função e é bom para partilhar responsabilidades de todos os membros que cada um ocupe o seu lugar e cada um exerça a função pela qual foi eleito e assim as coisas de certeza funcionarão melhor.

Se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aceitar este repto e estarei presente com a equipa do Executivo aqui e com a equipa da Assembleia de Freguesia e de certeza que funcionarão de modo mais regular.

Aqui à Senhora Presidente de Câmara o repto que eu queria fazer, já tive oportunidade de o fazer à sua assessora Sónia, enquanto responsável, mas aproveito aqui este Auditório para o fazer aqui, que era a sugestão da criação de um grupo de trabalho que permitisse preparar candidaturas a programas financiados, não só para as Juntas de Freguesia, para Associações sem fins lucrativos, porque por exemplo, ainda aqui há dias eu tentei preparar uma candidatura e francamente quando me pedem para traduzir duzentas palavras em inglês e depois quinhentas palavras em inglês e depois cinco mil palavras em inglês da descrição do projeto e depois dados contabilísticos, dados orçamentais, dados de engenharia relativamente àquilo que se vai fazer eu não acredito que haja uma só, e se houver é uma Junta de Freguesia preparada para fazer uma candidatura. E se no momento atual em que a Câmara, não é propriamente uma desculpa, mas sendo verdade, que não tem meios para acorrer a todas as necessidades das Freguesias, se houvesse essa equipa na Câmara Municipal a trabalhar a sério nas candidaturas, isso era uma oportunidade para que Associações sem fins lucrativos e as próprias Juntas de Freguesia, pudessem concorrer a essas candidaturas e assim a Câmara com investimento pequeno, nessa equipa que trabalharia nesses projetos, conseguia poupar o investimento, esse retorno pela aprovação das candidaturas. Ainda mais fácil é quando as trinta Juntas de Freguesia pouca variação têm em termos de características, poucas variações têm termos de necessidades, ou seja, o trabalho para uma candidatura permitiria a sua aplicabilidade a trinta e a mesma coisa se diga para as Associações sem fins lucrativos. As Associação quase todas têm o mesmo fim, os projetos são basicamente idênticos, mais uma vez a mesma proposta bem estruturada permitiria que todas ou várias, ou apenas as interessadas pudessem concorrer e assim poupar ao Município investimento na Freguesia e permitir à Freguesia crescer de modo, digamos assim, autónomo.

A minha última questão e já é lateral, é ali em defesa da iniciativa de Vale de Salgueiro, eu acho que o Município se deve abster relativamente a considerações, se fuma ou se não fuma, o Estado não deve ser paternalista, quem vai à Festa é encarregado de educação, tem os seus filhos, se os encarregados de educação deixam que os filhos fumem, então que os filhos fumem, se não deixam que fumem que não fumem.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Senhor Deputado Eurico. Deixe-me dizer-lhe já uma coisa em relação ao repto que lançou. Primeiro, como eu o entendo bem, de facto a carência que tem em Alvites é geral, estas coisas acontecem normalmente na política das pessoas se embrulharem com algum ardor na política, mas depois abandonam pura e simplesmente, porque como nós sabemos, essencialmente as Freguesias a política não dá dinheiro, não é? De qualquer modo deixe-me dizer-lhe, nós em relação ao repto, infelizmente a Assembleia Municipal não tem autonomia, nem administrativa, nem financeira para poder, enfim desenvolver ações dessa natureza, no entanto, estou certo que para a Senhora Presidente é um assunto muito grato, tanto é que ela criou um Gabinete de Apoio às Freguesias onde naturalmente poderá incluir essa formação. De maneira que eu até pedia mesmo se possível e no imediato à Senhora Presidente se queria acrescentar alguma coisa ao assunto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Pires (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Fazer um aparte antes de iniciar, o que me trouxe aqui, e reforçar a ideia do meu colega Paulo Pontes, já o transmiti ao Executivo, de facto a nossa maior praga nas aldeias, penso que na minha e nas outras também, é o estado dos caminhos. É a nossa praga diária, porque de facto, 60 a 70% da população da nossa Freguesia frequenta os caminhos diariamente e de facto é uma preocupação, um problema que não conseguimos resolver, não temos máquinas, não temos meios financeiros, é de facto uma praga. Eu falo por mim e tenho quase a certeza que as outras têm esse problema também.

O que me traz aqui penso que a maior parte já sabe o que é, queria aproveitar a oportunidade para divulgar e convidar todos os presentes para a décima feira, já vamos na décima, é verdade, na décima Feira do Vinho e do Morango que vai decorrer nos próximos dias 12 e 13 de maio em São Pedro Velho, contamos este ano ter novamente cerca de sessenta expositores, teremos como habitualmente um restaurante no local, mas cada um paga o seu, já sabem se lá forem, animação musical, mas sempre tudo muito espremido porque a situação económica não permite grandes gastos. Portanto já sabem dia 12 e 13 até que porque é um fim de semana, também de muitos interesses futebolísticos, que é a última jornada, portanto, alguém vai fazer a festa em São Pedro Velho de certeza.

Obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro Carlos Cadavez (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente e Senhores Vereadores.

Eu venho aqui na defesa de Vale de Salgueiro, de manhã o Doutor José Manuel Pavão, falou em Vale de Salgueiro e eu fiquei contente. Mas quando a conversa começou, eu disse assim, estamos a começar mal, muito mal, muito mal. De Vale de Salgueiro, nascido e criado sou eu, há 44 anos. Há 44 anos nascido e criado e todos os anos, a partir dos nove, dez, não sei, sempre fumei em Vale de Salgueiro, sempre na Festa dos Reis, sempre fumei e o meu pai deixou-me sempre fumar e eu deixo fumar as minhas filhas e os restantes pais de Vale de Salgueiro fazem o mesmo. Fazem o mesmo porque aquilo, só quem nasce em Vale de Salgueiro ou quem conhece aquela cultura, conhece a Festa dos Reis. A Senhora Presidente esteve lá na Festa dos Reis, Vale de Salgueiro não é só o cigarro, é uma das componentes. Agora eu pensei que o Dr. José Pavão, como Deputado de Vale de Salgueiro, que diz que é bem recebido em Vale de Salgueiro, quando começou a intervenção dele, eu disse: bem tenho aqui um aliado para umas obras, pedir uma obrázita ou outra, ou qualquer coisa assim à Senhora Presidente da Câmara, mas não. Não era para pedir, era para dizer que os pais de Vale de Salgueiro são doidos, não, não são doidos. Os pais de Vale de Salgueiro não são doidos, as pessoas que deixam fumar os filhos não são doidas. Eu sou um deles e digo-vos mais aqui a todos, a toda a gente que me está a ouvir, a minha filha começou a fumar com seis, sete anos, até essa idade ela nunca pediu cigarros e eu digo-vos aqui com franqueza a todos, eu andava desiludido, a minha filha não fuma nos Reis? Como é que é possível? É verdade, a minha filha, não quer fumar nos Reis, como é que é possível isto? Não é de Vale de Salgueiro, “até cheguei a andar desconfiado, até cheguei a andar desconfiado”, não podia ser, tinha de fumar, em Vale de Salgueiro, na Festa dos Reis tem de se fumar.

Agora também deixo esse repto, foi lançado esse repto à Câmara. Realmente alguém da Câmara já me tinha informado, teve essa delicadeza de me informar antes de vir para aqui, lançar esse repto que havia qualquer coisa, informaram-me, sim senhor, e o Senhor Deputado Dr. Manuel Pavão se lança esse repto e se diz que é de Vale de Salgueiro, tem que acompanhar os Senhores Vereadores e a Senhora Presidente da Câmara, nesse evento a tentar demover os pais a não deixar fumar os filhos na Festa de Vale de Salgueiro. Tem que ele acompanhar, tem que ele estar ali na linha da frente, porque se diz que é de Vale de Salgueiro, tem que estar ali na linha da frente a acompanhar e dizer “ó meus amigos aqui a partir de hoje, ninguém mais fuma nesta Festa”, tem que estar lá ele na linha da frente, acompanhar porque se é de Vale de Salgueiro de certeza que as pessoas o vão receber carinhosamente e vou ouvi-lo, ouvi-lo com muita atenção, sobre o que ele tem a dizer sobre a Festa dos Reis. Eu nunca me lembro de o ver lá na Festa dos Reis. Mas pronto, é assim, há tanta coisa que faz mal, há tanta preocupação, um cigarro que uma criança fuma, não fuma, põe o fumo na boca e deita fora. Fumar é 20 anos a meter o fumo para dentro, isso é que é fumar, vinte ou trinta. Eu comecei a fumar com dezanove e agora não fumo e fumei sempre na Festa dos Reis. A maior parte das pessoas da minha idade nenhum fuma, se calhar da minha idade fuma 1 ou 2% e sempre fumaram na Festa dos Reis. Portanto não estou a ver qual é o problema da Festa dos Reis. A Festa dos Reis, não é só o cigarro, tanto não é só o cigarro que neste fim de semana vamos ter aqui em Mirandela, uma demonstração com um gaiteiro da dança da Murinheira, também tem a dança da Murinheira, tem outras coisas, tem o moço, tem o vinho, tem a fogueira, tem a missa, tem tanta coisa interessante, porque é que havemos de ligar só ao cigarro?

Porque é que havemos de ligar ao cigarro? O cigarro é uma componentezita que anda ali e sem ela a Festa penso que morre.

Eu enquanto Presidente de Junta de Vale de Salgueiro nestes próximos três, quatro anos, ajudo o Executivo se quiser ir lá fazer umas palestras, dizer que o cigarro faz mal, mas isso penso que toda a gente sabe lá em Vale de Salgueiro, lá em Vale de Salgueiro não há só agricultores, nem pastores, também saíram de lá doutores, não há lá só pastores, nem agricultores que não sabem. Toda a gente sabe o que é o cigarro, toda a gente sabe o que faz o cigarro e o que não faz, portanto, deixem os pais de Vale de Salgueiro decidir o que fazer aos filhos deles, isso é que é importante. Porque os pais de Vale de Salgueiro não são tolos, e dizem assim, ai não mas são, porque os deixam fumar. Não, isso não é deixar fumar, isso não é deixar fumar. Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Humberto (CDU) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente e Senhores Vereadores.

Senhora Presidente e é diretamente com a Senhora Presidente que eu gostava de tratar este assunto nós tivemos conhecimento que foi celebrado um contrato de ajuste direto no dia 15 de março de 2018, para os Passeios Pedestres em Mirandela, um contrato que no ano passado a Câmara Municipal fez o convite a várias empresas que estão no nosso concelho em Mirandela. Este ano sem justificação alguma a Câmara Municipal faz um ajuste direto com uma empresa no valor de 11.000,00€ mais IVA. Sendo que no ano passado as propostas que a Câmara aceitava, falava num montante de 7.500,00€ mais IVA, a proposta ganha do ano passado ficou-se por um valor de 4.900,00€. Aquilo que eu gostava de perguntar à Senhora Presidente que ainda há bocado referia sobre a questão e que pugna pela transparência e pela boa gestão dos dinheiros públicos, eu gostaria de saber qual foi a razão e motivo para que este ano a Câmara Municipal não tenha aberto concurso, porque existem em Mirandela mais empresas que prestam este serviço e que foi fazer um ajuste direto para uma determinada empresa no valor de 11.000,00€ mais IVA e aqui eu ressalvo que estamos a pagar um valor elevadíssimo em relação àquilo que foi pago no ano passado, que foram 4.900,00€.

Senhora Presidente, não é só dizer que pugnamos pela transparência e pela boa gestão dos dinheiros públicos é preciso também, nestas pequenas funções que é atribuído ao Município praticá-las. Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente e Senhores Vereadores.

Aqui uma pequena nota, eu vou tentar dizer isto rápido que se refere, eu já falei aqui nisto, há muito tempo, há muito tempo que falei aqui nisto na Assembleia Municipal. Eu acho que ainda foi no tempo do Dr. José Gama ou se não me engano, numa Assembleia Municipal com o Dr. José Silvano e eles disseram-me que iriam fazer isso e a obra continua por se realizar e já lá vai muito tempo. Eu fui aqui há dias ao Arquivo da Câmara Municipal, eu acho aquilo inconcebível, inconcebível. Eu acho que aquilo é de “bradar aos céus”, o nosso património intangível que nós temos está completamente ao desdém. É a nossa memória, é a nossa identidade, eu não percebo isto palavra de honra, eu fico banzado com isto. Eu fico banzado com isto, mesmo. Não há meia dúzia de “coroas”, meia dúzia de “coroas” para agarrar numa escola e requalificar uma escola e fazer lá um Arquivo Municipal? Por amor de deus, eu digo-vos com toda a sinceridade, as pessoas que estão lá, morrem, se há um incêndio, morrem lá. E a Portaria 1532/2008 e o Decreto-lei 220/2008, de 12 de novembro, que é o Regime Jurídico de segurança Contra Incêndios, de certeza que não sabe. De certeza que não sabe, que funciona aí um Arquivo Municipal. Senhora Presidente, pedia-lhe que fizesse um bocadinho de esforço, um bocadinho, se me está a ouvir. Esta era a primeira coisa que eu aqui comentava.

Outra situação que também vou comentar e que era para ser falada e que a Senhora Presidente retirou, não sei porquê, nem tenho nada com isso, que era em relação ao lugar dos aquedutos, onde é que se vai estabelecer a SONAE, o continente? Senhora Presidente, mais uma vez lhe digo que o processo está inquinado, inquinado em termos de legislação, vai à Lei 60/2007 e vai à Lei 238/2008 e não obedece nada, nada, em conformidade com esta Lei. Eu ontem, por acaso o Senhor Vice-presidente estava acho que no seu gabinete, eu pedi o processo, estive a ver o processo e o processo é omissivo, é omissivo, eu não sei, eu não sei, como é que as pessoas, os grandes Técnicos, os grandes diretores não davam recado a isso, eu não percebo, com toda a sinceridade. Eu não lhe estou a deitar culpas a si, à Senhora Presidente, nada disso, nada disso. Eu vou-lhe só dizer aqui uma situação: informação prévia referente a operações de loteamento, no seu artigo 1.º, no seu ponto, diz assim, no ponto f), “estudo que demonstre a conformidade com o Regulamento Geral do Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação atual e à decorrente execução das obras de urbanização”.

Eu faço loteamentos por este Concelho fora, aliás por este distrito fora e por outros distritos, eu faço isto, aqui a Câmara é que dizia que nunca valia a pena, sabe porquê? Porque os Técnicos que estavam na Câmara “borravam” para isto, e continuam. Mas não, está na Lei, a Lei é para se cumprir. A mim obrigavam-me a cumprir estes requisitos e não me aprovavam os loteamentos e há um loteamento que é do Capital Crescente, que está em Tribunal, que o respetivo loteamento foi aprovado em reunião de Câmara, deram-lhe o aval de licenciamento e depois fizeram a nulidade desse mesmo loteamento, está em Tribunal, portanto as pessoas têm esse direito.

Outra situação, informação prévia sobre as obras de demolição, ponto quatro, não há nada, eu passei lá um dia, tirei a fotografia em ortofotomapa, tirei, estão aqui, hoje as habitações estão demolidas, quem é que as demoliu? Há algum projeto de demolição? Não há, não vi lá nada, eu posso estar enganado, não vi lá nada. Eu desfolhei folha, a folha, passei lá uma hora a desfolhar folha a folha, eu não vi lá nada. “Valha-me deus”, deve haver também um pouco de bom senso nisso. Portanto, eu acho que a Senhora Presidente deve verificar *in loco* e pedir aos seus Técnicos que verifiquem esta situação. Também em relação à APA, não sei o que é que fizeram, à Agência Portuguesa do Ambiente, passa lá um ribeiro o que é que se fez? Não sei, eu vi lá projetos de acessibilidade, vi lá tudo isso, projetos de outras vertentes, trânsitos, etc, etc, tudo bem, mas há situações que não estão em conformidade com a Lei. Outra situação e esta é muito particular, um cliente veio falar comigo há relativamente pouco tempo e disse-me: “Arquiteto, invadiram-me a minha propriedade”, invadiram-lhe a sua propriedade? “Sim”, mas aonde? “Ao pé do Santuário”, ao pé do Santuário? Isso é crime, disse-lhe eu, isso é crime. Então invadem-lhe a sua propriedade? “Sim, invadiram-na, até me chamaram à Câmara”. Eu não vou dizer quem é a pessoa. “Até me chamaram à Câmara para resolver o problema”. E eu fui verificar *in loco*, na planta do respetivo projeto e realmente está lá um parque de estacionamento. Eu achei estranho, não se pode em termos de legitimidade, em termos da contratação pública, fazer uma consignação. Isso é crime. Isso dá cadeia, isso dá cadeia. As pessoas abusam têm a mania, têm a mania, que depois resolvem *a posteriori* as situações. Mas as situações têm que ser um auto de consignação, é porque todos os registos da conservatória dos terrenos estão em concordância com aquilo que se vai fazer, mas não. Há uma medida cautelar, se o meu cliente pedir amanhã ou segunda-feira ao Tribunal Administrativo a obra para, isso digo-lhe eu que para, a obra para, portanto, isso é considerado no Código das Empreitadas Públicas, invasão de propriedade.

Outra situação, para terminar, é só para saber em que ponto está o respetivo loteamento da Zona Industrial. Havia uma revisão em relação ao Norte 2020, em que havia uma situação em que a Senhora Presidente disse que em termos de altimetria se iria gastar muito dinheiro, que iria fazer uma requalificação da Zona Industrial norte, para pôr outra vez a concurso. Eu acho que o aviso que havia, o último aviso era em abril, eu não sei se a Câmara concorreu a este projeto Norte 2020 que é em relação à Zona Industrial.

----- **A Senhora Deputada Municipal Eduarda Neiva (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Dirijo-me a esta Assembleia porque me causa alguma confusão o seguinte: mesmo admirando, como pessoa, o Senhor Deputado Agostinho Beça, por quem tenho grande estima e consideração e conhecendo o seu caráter e forma de estar, quer moral, quer eticamente, estranho que, muito embora não seja incompatível e não nos resta senão aceitar, o Senhor Deputado como Chefe de Gabinete, Assessor ou Adjunto, minha culpa, não sei bem o que é, da Senhora Presidente da Câmara, desde logo com conhecimento e informação privilegiada, não tenha ainda abdicado do seu lugar de Deputado o que seria eticamente mais compreensível, sem que, para tal, espere ser obrigado a fazê-lo por imperativo legal.

Senão vejamos recorde que se comprometeu em ser uma voz ativa nos interesses de Mirandela e que não era a posição de Líder Parlamentar, do partido no poder que o limitaria. Pergunto: pode alguém que trabalha no Gabinete da Senhora Presidente e que, como tal, participa e partilha da estratégia assumida pelo Executivo, ser verdadeiramente “independente” das decisões que se tomam e vir, caso seja necessário, opor-se publicamente a essa mesma estratégia?

A nós parece-nos que não, como hoje já aqui se viu em que o Senhor Deputado quis responder pela Senhora Presidente, mas, como a Lei o permite também não iremos exigir comportamento diferente.

Ainda que, do ponto de vista da ética e da tão apregoada transparência, não nos pareça o comportamento mais recomendável. Tenho dito.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Deputado Jorge Pires pedia-lhe apenas trinta segundos para a Mesa fazer uma pequena consideração à intervenção da Deputada Eduarda Neiva que tocou dois aspetos, o aspeto ético e o aspeto legal. Quanto ao aspeto ético, ele naturalmente, reside em cada um de nós, e cada um fará a sua avaliação. Quanto ao aspeto legal, recordar que o Senhor Vereador Rui Magalhães, hoje Vereador da Câmara Municipal, em tempos exerceu as funções de Chefe de Gabinete do Senhor Presidente José Silvano e simultaneamente exerceu funções de Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, reunindo as duas funções. Na altura foi pedido um parecer até que porque ele acumulava com a Presidência da Junta de Freguesia de então, Mirandela. Foi pedido um parecer à CCDD do Norte e o parecer que a Câmara Municipal recebeu, foi que de facto não encontrava nenhuma incompatibilidade legal no exercício da função de Adjunto, Assessor ou Chefe de Gabinete da Presidência de uma Câmara Municipal e o exercício da função de Deputado Municipal que resultava da sua eleição, de uma lista, portanto do ponto de vista legal, a questão foi sanada em devido tempo e ainda hoje perdura esse parecer.

Foi só a explicação legal que a Mesa entendeu.

O Senhor Deputado Agostinho Beça está a pedir a palavra, como foi mencionado tem todo o direito, de facto, a usar da palavra.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Deputado António Figueiredo não foi mencionado em nenhuma das intervenções, não lhe cabe à luz Regimental o pedido de resposta.

----- **O Senhor Deputado Municipal António Figueiredo (PSD) disse:**

O Senhor Rui Magalhães era Presidente de Junta.

----- **O Senhor Secretário da Mesa da Assembleia Municipal José António Costa Ferreira disse:**

Senhor Deputado eu referi isso, não sei se teve oportunidade de acompanhar toda a minha intervenção.

----- **O Senhor Deputado Municipal Agostinho Beça (PS) disse:**

Não me parece sequer que valha a pena uma grande defesa da minha honra. Não me sinto nada com a consciência pesada, no dia em que tiver que atacar a Senhora Presidente como já o disse aqui publicamente e consta em atas, fá-lo-ei com todo o à vontade e ela sabe muito bem disso e no dia em que tiver que a defender, como tenho feito, também me sinto perfeitamente à vontade, tenha informação ou não tenha. No dia em que eu me sentir desconfortável pelas funções que desempenho, e eu não estou aqui de maneira nenhuma para me governar, antes pelo contrário, estou aqui desde a primeira hora para servir os interesses de Mirandela sim e dos Mirandelenses. Penso que quem me conhece bem, como tu, saberá bem isso. O meu objetivo aqui nunca foi servir-me da política, não estou aqui por esses objetivos e portanto, enquanto não me sentir desconfortável e não me pesar nada na consciência, manter-me-ei assim. Obrigado até por teres abordado isto.

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Pires (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados, Senhora Presidente e Senhores Vereadores.

Eu sinto neste momento que a minha pequena intervenção já está um bocado fora daquilo que eu queria dizer na medida em que dois anteriores oradores já falaram sobre o assunto. No entanto para reforçar aquilo que eles disseram, senti que deveria vir aqui. Tive dúvida se incluir a minha intervenção no ponto cinco se no ponto seis. O ponto cinco fala sobre assuntos de interesse para o Município e no ponto seis é na parte do público, isto insere-se nos dois lados.

Como sabemos Mirandela é um concelho evidentemente agrícola, o setor primário ainda tem uma grande percentagem da sua população a trabalhar nele. Por outro lado, ao ser um concelho eminentemente agrícola, temos gentes que trabalham no campo, que ainda é um grande número, volto a frisar e dois dos representantes de Juntas de Freguesia focaram aqui um ponto que é muito importante, que é o estado de degradação em que se encontram os caminhos rurais. É absolutamente impossível eu terei imenso prazer em convidar a Senhora Presidente um dia a ir comigo, mas aconselho é uma coisa, leve um capacete porque senão bate de certeza na parte de cima do carro, porque as pessoas vivem disto. As populações estão cada vez mais envelhecidas, têm cada vez mais dificuldades em se deslocar e no estado em que estão os caminhos agrícolas é extremamente difícil que estas pessoas que heroicamente ainda resistem e querem continuar a produzir, consigam fazê-lo, consigam ter acesso às suas propriedades e, portanto, eu penso que seria necessário dado que as Juntas de Freguesia não têm meios financeiros para conseguir fazer alguma coisa, mas que se pensasse num pequeno programa que não é caro, não é caro, porque a maior parte dos caminhos bastava uma simples máquina retroescavadora, se calhar para os alisar, mas que se pensasse num pequeno programa, é esse o apelo que eu faço à Senhora Presidente da Câmara e reforço o pedido que os meus colegas aqui fizeram também. Muito obrigado.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Naturalmente que ouvi com atenção o Deputado Jorge Pires, aliás que oiço sempre, a quem Mirandela reconhece a atenção que teve para com ela e que reforça de facto um assunto extraordinário, um estudo que quem anda no campo, eu não sendo agricultor mas sou caçador, sinto bem de facto na pele também essa lacuna, de maneira que espero bem que a Senhora Presidente dedique, de facto, tempo a essa questão. Obrigado.

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD) disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente.

Para terminar esta Assembleia eu tinha um discurso sobre o 25 de Abril *versus* regionalização, porque o PSD também festeja o 25 de Abril, eu já não o vou fazer dado o adiantar da hora e aproveito o momento para corrigir aqui uma imprecisão, até porque aqui está, ata número 12 de 10 de junho de 2010, claro que em 2007 a Senhora Presidente não estava no Município mas em 2010 já estava. Era só para corrigir isto, a ata existe e nada mais a dizer.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados.

Vou experimentar pela primeira vez aqui o palanque. Começo por felicitar o Senhor Presidente da Junta Eurico Carrapatoso pela eleição para a Assembleia Distrital, julgo que estaremos muito bem representados.

Vou fazer um esclarecimento global sobre todas as intervenções e depois falar um pouco na Brigada GIPS e também nos Jogos Nacionais Salesianos que daqui a pouquinho estão a começar. A tarde já vai longa e portanto prometo ser breve.

Relativamente às férias escolares, em todas as pausas letivas nós estamos a tentar de facto promover este período de ocupação, como falou o Presidente da Junta de Freguesia de Franco. Temos de articular com o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, esse transporte das crianças, e portanto, normalmente em Mirandela já existe ocupação das férias, teremos então que depois fazer a inscrição e articular com cada um de vocês.

Relativamente às autoestradas e às contrapartidas que também foi um aspeto levantado, posso-vos assegurar que não tenho inda um ponto de situação, sei que por exemplo a AE XXI relativamente ao Aeródromo tentamos pesquisar quais eram as contrapartidas porque eles deixaram um depósito de inertes no Aeródromo e não o retiraram e a Câmara Municipal aceitou as coisas tal qual como estavam e portanto não temos direito a qualquer contrapartida no Aeródromo. Portanto em relação às autoestradas, às contrapartidas das Juntas (...) Obrigações, sim, mas por exemplo no Aeródromo a obrigação era retirar os inertes, não retiraram e foram aceites assim. Em relação às autoestradas eu não tenho um ponto de situação, sei que no Aeródromo havia um depósito de inertes que eles teriam que ter tirado, mas que foi aceite que não tirassem e também uma estrada de acesso à pista que também não foi feita. Os serviços tentaram saber junto da AE XXI se havia ainda estas contrapartidas que poderíamos ainda ter direito mas não, já não temos direito a nada. Relativamente às obrigações junto das Juntas vamos tentar avaliar essa situação.

Relativamente à Linha de água Ribeira de Aila já falei com o Presidente da Câmara de Murça, ficou agendada uma reunião entre o Presidente da Junta de Franco e Vila Boa e de Palheiros para que pudéssemos falar. Ele não conhecia a fundo esta situação mas vamos dar o pontapé de partida depois dos Jogos Nacionais Salesianos provavelmente durante esta semana e faremos uma reunião conjunta com todos.

Relativamente à questão da formação é um ótimo tema, nós temos um Gabinete de Formação dentro da Divisão de Planeamento Estratégico temos o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia podemos juntar as duas situações e por isso julgo que podemos dar formação talvez não às Juntas todas, mas àquelas que considerarem necessário este tipo de formação, porque é uma formação muito específica, muito sob o âmbito da interpretação de Códigos e não pode ser qualquer pessoa a dar, lembrava-me rapidamente do Professor José António Ferreira, que conhece bem os trâmites legais, mas depois faremos esse convite.

Relativamente à sugestão do Senhor Presidente de Junta Eurico Carrapatoso, que acolhemos para o trabalho, em conjunto das candidaturas, posso dizer-lhe que cada caso é um caso, em relação às Juntas de Freguesia, cada Junta de freguesia tem as suas particularidades. Uma tem um projeto de um Passeio Pedestre, outra de uma Rota Turística e portanto aquilo que nós disponibilizamos, também temos dentro do Planeamento Estratégico um Gabinete de Candidaturas, para já temos poucas pessoas, mas vamos tentar ter mais para que vocês possam pelo menos ter o apoio indispensável. Conhecer quais são as candidaturas que estão abertas, qual é a temática e dar o apoio fundamental. Quem nos tem auxiliado são os Técnicos que estão na MIRCOM, que para além de fazerem o trabalho para as empresas, também têm ajudado e colaborado com a Câmara Municipal.

Relativamente ao Arquivo Municipal não posso concordar mais com aquilo que disse o Deputado José Figueiredo, que não é tão normal assim, eu concordar tanto com ele, mas de facto não são condições para as pessoas trabalharem e portanto o Arquivo Histórico já está com uma realocização dos Serviços Municipais, ou seja, eles vão passar para a parte superior do edifício, vão aí localizar-se os serviços de património e portanto, está-se a tratar de recuperar todo aquele espaço.

Em relação aos proprietários e ao lugar dos aquedutos, quando falou na invasão da propriedade, de facto houve alguns projetos públicos (...), sim esses são os projetos em conformidade, foi aquele que o processo é omissivo, que falou.

Relativamente à invasão de propriedade aquilo que lhe posso dizer é que muitos projetos públicos estão agora a ser executados, ou alguns pelo menos, sem falar com alguns proprietários, ou seja, passeios, etc, e só agora é que estão a ser chamados à Câmara Municipal para entrarem em acordo.

Em relação à alteração do projeto da Zona Industrial, sim foi apresentada uma alteração de projeto de expansão da Zona Industrial.

Em relação àquilo que disse a Deputada Eduarda Neiva, nós temos algo a dizer-lhe em relação a esta situação. É pena ela já não estar cá, pelo menos eu já não a estou a ver, porque de facto o Agostinho Beça faz parte de uma equipa de trabalho, sabe perfeitamente fazer a distinção entre o papel enquanto Deputado Municipal e o papel de Adjunto, também temos aqui na Assembleia Municipal como Deputados Municipais trabalhadores do Município, alguns até têm acesso a dossiers da Câmara Municipal e também não me sinto desconfortável com isso. Temos até um comentador que é o Gestor do Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor, que continua a ser e é comentador de rádio por parte do PSD e eu nunca comentei essa situação, de forma alguma, tendo ele acesso a dossiers da Câmara Municipal e portanto nisso não há qualquer tipo de incompatibilidade quando a transparência é o nosso mote.

Relativamente à Feira o Vinho e do Morango obviamente que sim, estaremos em São Pedro Velho e na dança da Murinheira obviamente que sim.

O contrato que o Deputado Jorge Humberto falou relativamente aos Percursos Pedestres esta adjudicação é uma adjudicação direta porque houve um parecer Técnico das Técnicas do Turismo que davam conta que havia especificações técnicas dos Passeios Pedestres que só esta empresa estava a oferecer, que havia também uma poupança no número de Percursos camarários envolvidos no apoio técnico, aquilo que poderemos fazer-lhe chegar são os pareceres técnicos que as Técnicas deram sobre este processo. Parece-me que quer as Técnicas de Turismo, quer a Chefe de Divisão terão todo o gosto de partilhar esta situação.

Relativamente aos GIPS e para terminar quero dizer-vos que foi um trabalho bastante grande porque foi um trabalho que foi feito juntamente com o Governo para que Mirandela acolhesse estes 76 militares. Julgo que para Mirandela vai ser também uma forma de crescer, fixar pessoas e no fundo ter mais um serviço que vai ser importante para o nosso território.

Quanto aos Jogos Nacionais Salesianos, queria só relevar parte, que tem sido fora do normal, que é a quantidade de voluntários que têm acolhido os nossos convidados. A cidade e também a Torre de Dona Chama que é onde se vão realizar os jogos, vai estar repleta de pessoas, de atletas, de jovens num espírito muito curioso e portanto convidado todos a estarem presentes no Parque do Império às 21h00m para a cerimónia de abertura.

2.º Período de Intervenção do Público.

6 - Público - Período de Intervenção.

----- **O Senhor José Manuel Madureira disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente e Senhores Deputados.

Sou o José Manuel Madureira, da Assembleia de Freguesia de Abambres. Boa tarde a todos.

Quero dar os parabéns ao Senhor Presidente de Alvites pelo discurso que ele fez derivado às Assembleias. Ainda bem que alguém fala nisso, só que isso deve servir para alguns Presidentes de Junta, que não ligam nada, ligam, só serve isto para quem serve, porque não ligam nada, porque há muitos casos ir lá à Assembleia é como não ir ninguém, para alguns, mas ainda bem.

Também quero dar os parabéns ali ao Senhor Presidente da Junta de Franco, derivado aos *emails* e facebook, isto também serve para alguém. É que gostam muito de escrever coisas até que são obras da Câmara Municipal e para o povo, para aquela seita que lá há, para verem lá as obras que a Junta faz. Quais são as obras que a Câmara Municipal fez lá? É engraçado isto. Fazer uma obra que a Câmara tem e dizer que foi a Junta que fez é incrível isto num país democrático que estamos. É uma vergonha para a Junta. Parabéns Senhor Presidente da Junta de Franco pelo que disse.

Obrigado a todos. Boa tarde.

----- **O Senhor David Garrido disse:**

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara e Executivo e Senhores ex-Colegas.

Aquilo que me traz aqui é uma coisa muito simples que creio que seja de fácil resolução mas que está a causar algum transtorno. Não sei se por razões de alteração da empresa de recolha, aquilo a que nós chamamos os lixos, acontece que os despejos dos contentores estão a ser mais espaçados, o que leva a que haja contentores muito subcarregados e que infelizmente a matilha de cães existente, muitos, muitos, muitos cães, que estão a tirar os sacos do lixo, que não são recolhidos para a rua o que a deixa conspurcada completamente.

Creio que era uma questão de sobreaviso à empresa de recolha no sentido de poder colmatar o problema.

----- **A Senhora Presidente da Câmara Municipal Júlia Rodrigues disse:**

Sim, a empresa alterou os horários de recolha, vai de sábado a segunda-feira à noite, normalmente recolhiam segunda-feira de manhã, já houve uma reclamação da parte do Município de Mirandela, vamos ver se a recolha é feita de uma forma mais adaptada em alguns locais da cidade.

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Luís Augusto de Melo Guimarães disse:**

Muito obrigado Senhora Presidente. Sendo assim e para terminar esta nossa reunião deixem-me só dizer o seguinte, qualquer Mesa idealiza uma sessão que gostaria de ter e não é naturalmente uma Sessão silenciosa nem muito barulhenta. Eu tenho que confessar que hoje aquilo que se passou na nossa Assembleia se aproximou muito daquilo que eu idealizo. Foi, de facto, uma Assembleia com discussões acaloradas, ricas de conteúdo.

Por parte da Senhora Presidente também não houve as não respostas, que são sempre negativas. Com certeza que não houve respostas que toda agente gostaria de ouvir, mas houve uma elevação extraordinária. Eu hoje senti-me realizado nesta Assembleia, portanto que ela seja um exemplo, porque de facto todos os conteúdos foram extremamente interessantes, aprendi muito. Muitos eram novidade, tenho que confessar, que vou estudar que vou analisar e de facto tenho que agradecer a todos os intervenientes. Para além disso o número de intervenientes está a crescer, o que é extraordinário. Hoje tivemos intervenções novas. A coisa mais negativa e que havemos de saber ultrapassar é que de facto a não ser a eleição secreta, tudo o resto o máximo que tivemos de Deputados a votar foi cinquenta e três, e depois daí para baixo, cinquenta, quarenta, quarenta e poucos e isso é mau, é mau até que porque como sabemos estas reuniões ficam caras, nomeadamente quem vem de fora, e de que maneira, não estarmos presentes na hora da responsabilidade é terrível, portanto, vamos também corrigir e melhorar isso.

Assim sendo, tenho de agradecer a todos e dou por encerrada esta sessão. Muito boa tarde e muito obrigado a todos.


----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos números 3 e 4, do artigo 57 do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 18 horas 30 minutos.


O Presidente da Assembleia Municipal


Luís Augusto de Melo Guimarães

A Primeira Secretária


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário


José António Costa Ferreira